



Volume Especial

Ed. 46 | V. 2 | 2024

XXIII SEMANA DE GEOGRAFIA

FCT/UNESP, PRESIDENTE PRUDENTE, SÃO PAULO

**A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA GEOGRAFIA BRASILEIRA
DIANTE DAS TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS E O
DESAFIO DA RECONSTRUÇÃO NACIONAL**





Caderno Prudentino de Geografia

n. 46, v. 4, agosto de 2024

**Volume Especial da “XXIII Semana de Geografia da
Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual
Paulista, campus de Presidente Prudente”**

<http://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg>

EDITORES(AS)

**Diógenes Rabello
Rizia Mendes Mares**

CONSELHO EDITORIAL

**Daiara Batista Mendes
Eduardo Nardez
Giovanna Aparecida Souza Angeli
Lara Dalperio Buscioli
Marcia Arteaga Pertuz
Matheus Buttler de Oliveira
Marcia Arteaga Pertuz
Tatiane Regina da Silva**

ORGANIZADORES(AS) DESTA EDIÇÃO

**Daiara Batista Mendes
Diógenes Rabello**

Associação dos Geógrafos Brasileiros

AGB Seção Local Presidente Prudente

2024

Caderno Prudentino de Geografia (CPG) N. 46, V. 4, agosto de 2024.

Volume Especial

“XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente”

EDITORES(AS)

Diógenes Rabello
Rizia Mendes Mares

CONSELHO EDITORIAL

Daiara Batista Mendes
Eduardo Nardez
Giovanna Aparecida Souza Angeli
Lara Dalperio Buscioli
Marcia Arteaga Pertuz
Matheus Buttler de Oliveira
Marcia Arteaga Pertuz
Tatiane Regina da Silva

CONSELHO CIENTÍFICO

Adriano Rodrigues de Oliveira, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil.
Angela Massumi Katuta, Universidade Federal do Paraná/Setor Litoral, Matinhos, Paraná, Brasil
Antonio Thomaz Junior, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
Caio Zarino Jorge Alves, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil
Camila Cunico, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil
Camila Ferracini Origuéla, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
Claudia Yolima Devia Acosta, Universidad Surcolombiana, Neiva, Huila, Colômbia,
Cristiane Gomes Barreto, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil
Erika Vanessa Moreira, Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil
Estevan Leopoldo de Freitas Coca, Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, Minas Gerais, Brasil
Evandro César Clemente, Universidade Federal de Goiás, Jataí, Goiás, Brasil
Fabricia Costa Corrêa, Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, Itaboraí, Rio de Janeiro, Brasil
Guilherme Marini Perpetua, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
Isabel Cristina Moroz Caccia Gouveia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
José Alberto Rio Fernandes, Universidade do Porto, Porto, Portugal
José Sobreiro Filho, Universidade Federal do Pará, Ananindeua, Pará, Brasil
Julio Cesar Demarchi, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
Karina Furini da Ponte, Universidade Federal do Acre, Rio Branco, Acre, Brasil
Larissa Alves Lira, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, Brasil
Lindberg Nascimento Júnior, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, Brasil
Liriane Gonçalves Barbosa, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
Marcelo de Oliveira Moura, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil
Maria José Martinelli Silva Calixto, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil
Mateus Monteiro Lobato, Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil
Melina Fushimi, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, Maranhão, Brasil
Nécio Turra Neto, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
Nubia Beray Armond, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
Paulo Cesar Zangalli Junior, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil
Raul Borges Guimarães, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
Robinson Piñeros Lizarazo, Universidad Surcolombiana, Neiva, Huila, Colômbia,
Rosangela Rosangela Custodio Cortez Thomaz, Universidade Estadual Paulista, Rosana, São Paulo, Brasil
Santiago Linares, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina

Indexada por

Ficha Catalográfica

Caderno Prudentino de Geografia, n.1, v.1, 1981. Presidente Prudente: Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção Local Pres. Prudente.

1981:	N. 1, V. 1	2011:	N. 33, V. 1
1981:	N. 2, V. 1	2012:	N. 34, V. 1
	N. 3, V. 1	2012:	N. 34, V. 2
1982:	N. 4, V. 1	2013:	N. 35, V. 1
1983:	N. 5, V. 1	2013:	N. 35, V. 2
	N. 6, V. 1	2013:	N. 35, V. 3 N. Esp. "Microterritorialidades nas Cidades"
	N. 7, V. 1	2014:	N. 36, V. 1 Núm. Esp. "Planejamento e Desenvolvimento Sustentável em Bacias Hidrográficas"
1984:	N. 8, V. 1	2014:	N. 36, V. 2
	N. 9, V. 1	2014:	N. 36, V. 3
	N. 10, V. 1	2015:	N. 37, V. 1
1989:	N. 11, V. 1	2015:	N. 37, V. 2
1989:	N. 12, V. 1	2016:	N. 38, V. 1
	N. 13, V. 1	2016:	N. 38, V. 2
1992:	N. 14, V. 1	2017:	N. 39, V. 1
1993:	N. 15, V. 1	2017:	N. 39, V. 2
	N. 16, V. 1	2018:	N. 40, V. 1
	N. 17, V. 1	2018:	N. 40, V. 1
1996:	N. 18, V. 1 Dossiê "Geografia e Globalização"	2019:	N. 41, V. 1
1997:	N. 19, V. 1	2019:	N. 41, V. 2 Dossiê "60 Anos do Departamento de Geografia da UNESP/FCT"
1997:	N. 20, V. 1	2019:	N. 41, V. 3 Dossiê "Geografias interseccionais: gênero, raça, corpos e sexualidades"
1999:	N. 21, V. 1 N. Esp. "Geografia, Cidade, Geopolítica"	2019:	N. 41, V. 4
2000:	N. 22, V. 1 N. Esp. "Agricultura, Cidade e Análise Regional"	2020:	N. 42, V. 1
2001:	N. 23, V. 1	2020:	N. 42, V. 2 Volume Especial - Múltiplas Territorialidades e Microterritorialidades nas Cidades
2002:	N. 24, V. 1	2020:	N. 42, V. 3
	N. 25, V. 1	2020:	N. 42, V. 4 Dossiê: "Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência"
	N. 26, V. 1	2021:	N. 43, V. 1
2005:	N. 27, V. 1 Ed. Esp. "30 anos da AGB Pres. Prudente"	2021:	N. 43, V. 2
		2021:	N. 43, V. 3
		2022:	N. 44, V. 1
2006:	N. 28, V. 1	2022:	N. 44, V. 2
	N. 29, V. 1	2022:	N. 44, V. 3 Dossiê "Geografia, Ensino e Pesquisa no transcurso da pandemia da Covid-19".
	N. 30, V. 1	2022:	N. 44, V. 4
		2023:	N. 45, V. 1 – Fluxo contínuo
		2023:	N. 45, V. 2 – Fluxo contínuo
		2023:	N. 45, V. 3 – Fluxo contínuo
		2024:	N. 46, V. 1 – Fluxo contínuo
		2024:	N. 46, V. 2 – Vol.Esp.–"Congresso Internacional de Geoecologia das Paisagens e Planejamento Ambiental - CIGEPAM"
		2024:	N. 46, V. 3 – Fluxo contínuo
		2024:	N. 46, V.4 – Vol.Esp.- "XXIII Semana de Geografia da FCT/UNESP – campus de Presidente Prudente"
	N. 31, V. 1		
	N. 32, V. 1		

Quadrimestral - ISSN 2176-5774

1. Geografia - Periódicos - Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção Local Presidente Prudente.

ENDEREÇO

Rua Roberto Simonsen, 305, Centro Educacional, 19.060-900, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil

Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Departamento de Geografia

Fone: 18) 3229-5388 - Ramal: 5650

Site: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg>

e-mail: cadernoprudentino@gmail.com

Sumário

Apresentação	6
Conselho Editorial	
O TRABALHO DE CAMPO EM GEOGRAFIA E A ABORDAGEM DE QUESTÕES AMBIENTAIS: um exemplo de atividade teórico-prática em Três Ranchos, GO.	7-22
Renato Cesar CARVALHO; Ana Paula Novais Pires KOGA; Geovanna Viana de JESUS.	
O ARMAZÉM DO CAMPO COMO TERRITÓRIO DO MST NO ESPAÇO URBANO (2016 A 2022).	23-47
Angela dos Santos MACHADO; Victor Hugo Quissi Cordeiro da SILVA.	
CARTOGRAFIA QUE SE PRODUZ EM AULA: relato de experiência e repertório de atividades.	48-64
Gleice Santana PEREIRA.	
O PAPEL DA UNIVERSIDADE NA FORMAÇÃO DE AMBIENTES INOVADORES: algumas considerações.	65-86
Matheus Fernandes Magalhães da SILVA.	
A CONTAÇÃO DE HISTÓRIA COMO ESTRATÉGIA PARA PROMOVER O ENSINO DE TEMÁTICAS FÍSICO-NATURAIS NAS AULAS DE GEOGRAFIA.	87-102
Camila de Souza PEREIRA; Leandra Eduarda Fabri REZENDE.	
A CONCENTRAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS E AS MUDANÇAS NAS ÁREAS CENTRAIS NA CIDADE MÉDIA DE DOURADOS/MS.	103-129
Igor Adriano Sufi Soares da SILVA.	
A BATALHA DO VALE PARA ALÉM DA PRAÇA!: ações coletivas e educativas em Presidente Prudente.	130-146
Bruno Fantin SALVI.	
O CENTRO PRINCIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP: um estudo sobre a atuação dos diferentes agentes na mutação da paisagem.	147-163
Crislaine Lima de OLIVEIRA; Erika da SILVA.	

**DISPUTAS TERRITORIAIS ENTRE O MST E O
AGRONEGÓCIO NO ASSENTAMENTO RODEIO –
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE BERNARDES – SP.**

164-182

Wuelliton LIMA; Fernanda Aparecida MATHEUS; Bernardo Mançano
FERNANDES.

APRESENTAÇÃO

O Caderno Prudentino de Geografia – CPG - é uma publicação online de fluxo contínuo da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) - Seção Local Presidente Prudente e classificado na avaliação QUALIS CAPES (2017-2020) como A3.

Criada em 1981, a publicação surge como forma de ação conjunta entre docentes e estudantes ligados à AGB/PP com o objetivo de constituir um veículo de divulgação do conhecimento geográfico e suas áreas de investigação, tendo como público-alvo estudantes, professores, pesquisadores e profissionais ligados à Geografia e áreas correlatas.

Com mais de 40 anos de história e mais de 40 números regulares, o CPG publica textos originais e inéditos na forma de artigos, notas, relatos de experiência, entrevistas, resenhas e homenagens, nos idiomas português, espanhol e inglês.

Especialmente nesse número dedicamo-nos ao trabalho junto à Comissão Geral e Comissão Científica da XXIII SEMANA DE GEOGRAFIA DA FCT/UNESP, na publicação de artigos selecionados a comporem essa Edição Especial deste importante evento organizado e promovido em parceria entre os discentes, docentes, pesquisadores e servidores técnicos que integram o Departamento de Geografia, representado pelos cursos de Graduação em Geografia e pelos Programas de Pós-Graduação em Geografia.

São 9 textos que nos convidam a refletir, sob diferentes abordagens, a responsabilidade social da Geografia brasileira diante das transformações contemporâneas e o desafio da reconstrução nacional. Esperamos que as leituras nos instiguem a repensar sobre nossa prática enquanto pesquisadores e docentes nesse cenário de mudanças sociais.

Presidente Prudente, agosto de 2024.

O TRABALHO DE CAMPO EM GEOGRAFIA E A ABORDAGEM DE QUESTÕES AMBIENTAIS: UM EXEMPLO DE ATIVIDADE TEÓRICO-PRÁTICA EM TRÊS RANCHOS, GO

Renato Cesar Carvalho

Universidade Federal de Catalão, Catalão, GO, Brasil

E-mail: renatocarvalho@hotmail.com

Ana Paula Novais Pires Koga

Universidade Federal de Catalão, Catalão, GO, Brasil

E-mail: ana_novais@ufcat.edu.br

Geovanna Viana de Jesus

Universidade Federal de Catalão, Catalão, GO, Brasil

E-mail: vianageovanna.geo@gmail.com

Resumo

Esta pesquisa objetiva refletir sobre a importância do trabalho de campo para a Geografia a partir de um exemplo teórico-prático de atividade acadêmica de campo para o trecho urbano no município de Três Ranchos, no sudeste Goiano, exemplificando porções do município como a área da Represa da Emborcação e seu entorno. Trata-se de uma pesquisa de natureza básica, objetivo exploratório, descritivo e explicativo, abordagem quali-quantitativa, tendo como procedimentos a revisão teórica, documental e o trabalho de campo. A pesquisa apresenta, tendo a paisagem como conceito e categoria de análise, propostas de atividades práticas para um trabalho de campo no município de Três Ranchos, Goiás, contemplando formas de compreensão de Unidades de Paisagem, análise dos graus de hemerobia, análise macrovisual de macroinvertebrados bentônicos, bem como análise da qualidade ambiental da água a partir de parâmetros visuais.

Palavras-chave: Geografia; Trabalho de Campo; Paisagem; Estudos Ambientais.

FIELD RESEARCH IN GEOGRAPHY AND APPROACHING ENVIRONMENTAL ISSUES: AN EXAMPLE OF THEORETICAL-PRACTICAL ACTIVITY IN TRES RANCHOS, GO

Abstract

This scientific paper aims to reflect on the importance of field research for Geography based on a theoretical-practical example of academic field activity for the urban area in the municipality of Três Ranchos, in the southeast of Goiás, exemplifying portions of the municipality such as the dam area of Emborcação and its surroundings. This is research of a basic nature, with an exploratory, descriptive and explanatory objective, a qualitative and quantitative approach, with theoretical, documentary review and field research as procedures. The research presents, with landscape as a concept and category of analysis, proposals for practical activities for field research in the municipality of Três Ranchos, Goiás, covering ways of understanding Landscape Units, analysis of the degrees of daylily, macrovisual analysis of macroinvertebrates benthic, as well as analysis of environmental water quality based on visual parameters.

Key words: Geography; Field research; Landscape; Environmental Studies.

TRABAJO DE CAMPO EN GEOGRAFÍA Y ABORDAJE DE TEMAS AMBIENTALES: UN EJEMPLO DE ACTIVIDAD TEÓRICO-PRÁCTICA EN TRES RANCHOS, GO

Resumen

Esta investigación tiene como objetivo reflexionar sobre la importancia del trabajo de campo para la Geografía a partir de un ejemplo teórico-práctico de actividad de campo académico para el área urbana del municipio de Três Ranchos, en el sureste de Goiás, ejemplificando porciones del municipio como la zona de la Represa de Emborcação y sus alrededores. Se trata de una investigación de carácter básico, con un objetivo exploratorio, descriptivo y explicativo, de enfoque cualitativo y cuantitativo, con como procedimientos la revisión teórica, documental y el trabajo de campo. La investigación presenta, con el paisaje como concepto y categoría de análisis, propuestas de actividades prácticas para el trabajo de campo en el municipio de Três Ranchos, Goiás, abarcando modos de comprensión de las Unidades de Paisaje, análisis de los grados de azucena, análisis macrovisual de macroinvertebrados bentónicos, así como así como análisis de la calidad ambiental del agua en base a parámetros visuales.

Palabras-clave: Geografía; Trabajo de campo; Paisaje; Estudios ambientales.

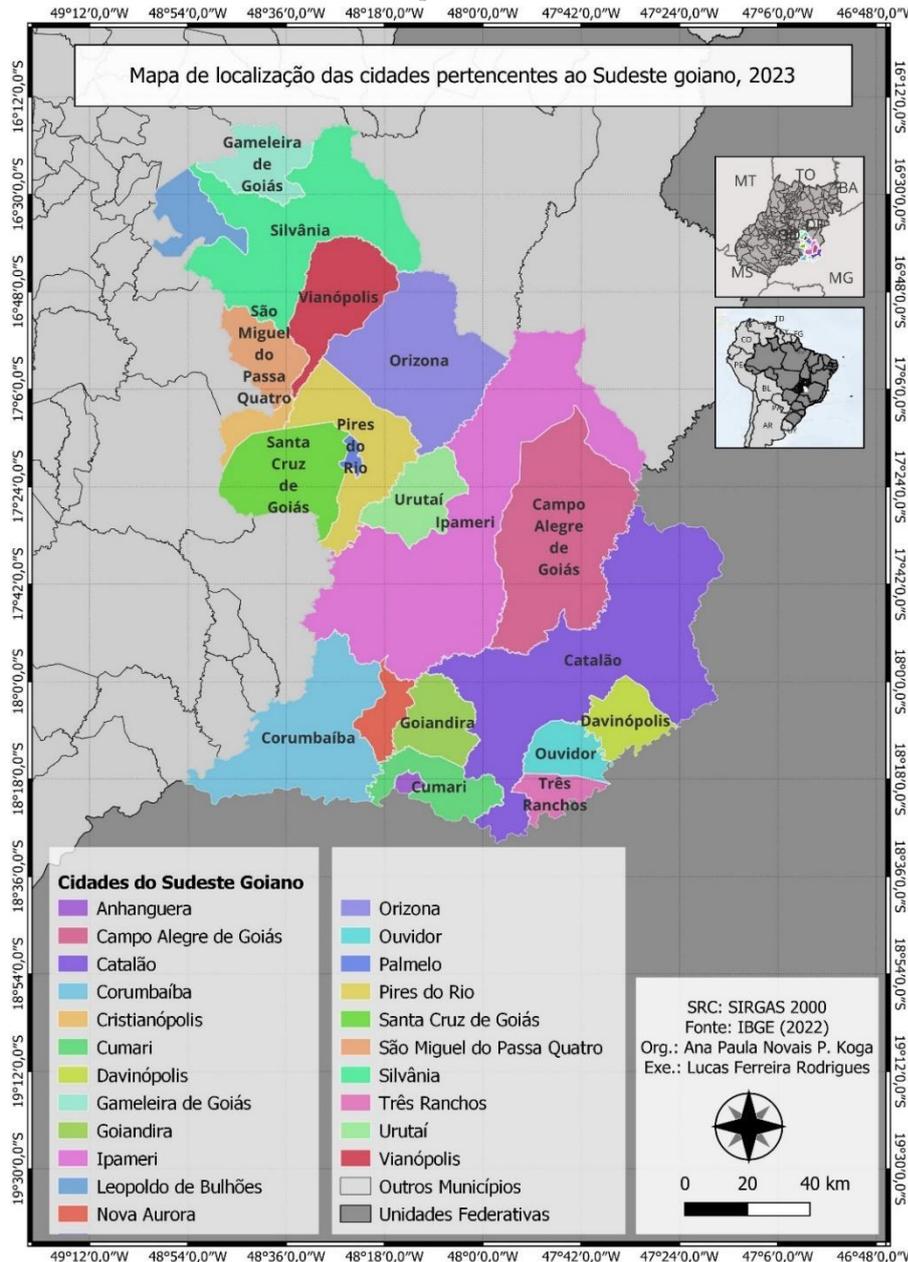
Introdução

O Município de Três Ranchos está localizado no extremo sudeste de Goiás e teve uma significativa transformação na década de 1982 em virtude do represamento no rio Paranaíba, de domínio federal, resultando no chamado Lago Azul, conhecido oficialmente por Represa da Emborcação. Ressalta-se que o município de Três Ranchos abrange a Região Hidrográfica da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba – Foz do Rio Veríssimo e Rio Dourados (MG). Superficialmente, o município integra a Bacia Hidrográfica do Rio Paraná, Região do Rio Paranaíba à montante da foz do Rio Grande, foz do Rio Claro/Rio dos Bois (Plano Diretor Participativo do Município de Três Ranchos/GO, 2013).

Partindo deste recorte territorial, a presente pesquisa objetiva refletir sobre a importância do trabalho de campo para a Geografia a partir de um exemplo teórico-prático de atividade acadêmica de campo para o trecho urbano no município de Três Ranchos, no sudeste Goiano, exemplificando porções do município como a área da Represa da Emborcação e seu entorno. A pesquisa possui abordagem quali-quantitativa, tendo como procedimentos a revisão teórica, documental e o trabalho de campo, sendo que a sua problemática é pautada na necessidade de maior divulgação científica acerca da significância do trabalho de campo acadêmico para a Ciência Geográfica, notadamente para os estudos da paisagem.

O município de Três Ranchos (Mapa 01) tem altitude média de 687 metros, população de 2.921 habitantes, segundo o censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e área territorial de 284,034 km². Três Ranchos faz divisa com Ouvidor, ao norte; Catalão a noroeste e, ao sul (LEITE; ORLANDO; VIOLA, 2016).

Mapa 01 - Localização do Município de Três Ranchos no Sudeste Goiano



Fonte: IBGE (2022). Org. Rodrigues, Lucas F; Pires Koga, Ana P. N. (2023).

O Plano Diretor Participativo do Município de Três Ranchos/GO (2013) traz em seu escopo de análise que a Represa da Emborcação é uma importante área para monitoramento e entendimento da paisagem em virtude do represamento no rio Paranaíba

para a produção de energia da Usina Hidrelétrica de Emborcação. O município de Três Ranchos está localizado na margem direita do reservatório de Emborcação e, atualmente, conforme o Operador Nacional do Sistema (ONS), a bacia do Paranaíba representa 38,37% do subsistema nacional, sendo que Emborcação tem volume útil atual de 69,16%.

Ressalta-se que A faixa marginal de Área de Proteção Permanente (APP) nos reservatórios artificiais para abastecimento público e geração de energia elétrica: área rural – mínimo de 30m, máximo de 100m. Área urbana – mínimo de 15m e máximo de 30m. Para os reservatórios artificiais destinados à geração de energia que foram registrados e tiveram seus contratos de concessão ou autorização assinados antes da Medida Provisória N°2.166-67/2001, a faixa de APP será a distância entre o nível máximo operativo normal e a cota.

Metodologia

Como parte da análise da Ciência Geográfica, a pesquisa utiliza o conceito de paisagem, notadamente em Bertrand (1972; 2004) e Cavalcanti (2018), bem como Nascimento e Sampaio (2004; 2005), e a utilização do conceito de hemerobia da paisagem e suas possibilidades de análise, conforme estudos em áreas urbanas, por exemplo, em Liberti; Leite; Silva e Nucci (2019), assim como o subsídio teórico de Rodriguez, Silva e Cavalcanti (2017). Além disso, como exemplo para a análise de macroinvertebrados bentônicos, tem-se a ficha de identificação do Projeto Rios Vivos, do Grupo de Pesquisa Gestão Ambiental e Dinâmica Socioespacial (GADIS), da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP), bem como a Resolução CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) N°. 357/2005 e de Fusari (2006). Para as reflexões acerca da importância do trabalho de campo para a Geografia, têm-se Marafon (2015) e Suertegaray (2002). Como fonte de dados secundários, utiliza-se, além da Resolução CONAMA 357/2005, o Plano Diretor Participativo do Município de Três Ranchos/GO (2013), assim como informações do município de Três Ranchos disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O conceito de Paisagem e as Possibilidades no Trabalho de Campo: O Exemplo em Três Ranchos

A importância do trabalho de campo para a Geografia é explicada/justificada ao longo da própria sistematização da Geografia como Ciência. Para além do empirismo, é no

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 46, v. 4 - Vol. Esp. da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Pres. Prudente, p. 7-22, agosto/2024.

ISSN: 2176-5774

campo que a Geografia firma suas bases entre a teoria e a prática, articulando os objetos, processos instalados vistos numa determinada área, ultrapassando os muros das Universidades, das salas de aula e dos gabinetes dos pesquisadores. Aí, a Geografia reforça, a partir do trabalho de campo, como técnica de análise, a importância da escala na análise geográfica. Conforme Marafon (2015, p.9), o trabalho de campo consegue “[...] transformar as palavras, os conceitos em experiências, em acontecimentos reais para a concretização dos conteúdos”. O autor ainda ratifica a importância do cuidado na observação, que nunca é isenta, bem como a necessidade do registro fotográfico e a descrição da paisagem em cadernetas de campo, assim como o cuidado nas entrevistas, quando estas se fazem necessárias.

Para Suertegaray (2002), ainda é muito pouco divulgado em periódicos e anais de eventos, pesquisas que englobam a temática da importância do trabalho de campo para a Geografia. A autora, ainda, reflete sobre a relação sujeito e objeto no processo do conhecimento e a pesquisa em campo. Dessa forma, a relação sujeito e objeto, ao longo das diferentes leituras de mundo, passou por transformações que guardam relação com diferentes métodos científicos. Assim sendo, o trabalho de campo, ou, simplesmente, campo (realidade concreta) é externo ao sujeito, portanto, o conhecimento em campo está no que vemos em campo. Para a dialética, por exemplo, o campo não é uma realidade externa ao sujeito, mas sim, uma extensão do sujeito, [...], fruto de uma interação dialética entre sujeito e objeto (SUERTEGARAY, 2002).

Assim sendo, pensando o campo como uma interação dialética entre sujeito e o objeto, inicia-se o exemplo desta pesquisa com a organização dos dados secundários, tais como mapas, normativas, documentos. Dessa forma, partindo-se do conceito de paisagem como um conjunto de processos, no Plano Diretor Participativo do Município de Três Ranchos/GO (2013) há uma consideração acerca de unidades de paisagem, conforme Bertrand (1972), e a classificação em escalas de perspectiva espaço-temporal, dividida em dois grandes grupos: unidades superiores - zona, domínio e região natural, I, II e III-IV ordens de grandeza; e em unidades inferiores: geossistema, geofácies e geótopo, abrangendo a IV-V, VI e VII escalas de análise.

Nesse contexto, pode-se ressaltar, para uma atividade em campo em Três Ranchos, que Georges Bertrand, um francês que fez sólida carreira no *Institut de Géographie Daniel Faucher*, na *Université de Toulouse*, é uma significativa referência em toda a América Latina nos

estudos da paisagem, sendo que a elaboração de um sistema taxonômico de classificação de paisagens no espaço e no tempo teve grande repercussão no Brasil. Bertrand reforçava, na classificação, a importância da escala para os estudos de paisagens.

Assim sendo, utilizando o conceito de paisagem e, ainda, trazendo as análises bertrandianas do modelo Geossistema-Território-Paisagem (GTP), Três Ranchos torna-se um recorte espacial interessante para uma atividade acadêmica de campo para o curso de Geografia. Dessa forma, conforme descrito no Plano Diretor (2013), a caracterização das escalas da paisagem, foi baseada na escala do geossistema – mais complexo e que engloba todo o território municipal; e na escala dos geótopos – compreendo a sede urbana e as ocupações na área rural de Três Ranchos. É importante ressaltar, nesse contexto, a área territorial de Três Ranchos, problematizando a questão da escala nas análises dessas ordens de grandezas descritas no Plano Diretor.

Outro ponto importante a ser considerado, na análise geossistêmica, é que é preciso integrar as ações humanas, as atividades socioeconômicas, fragilidades e potencialidades, bem como aspectos identitários, para que se possa refletir sobre o modelo GTP em sua completude. Portanto, ações antrópicas + potencial ecológico (geologia, relevo, clima, hidrografia - fatores abióticos) + exploração biológica (vegetação, fauna, solo – fatores bióticos), eis aí a dialética da paisagem. Ainda em campo, propõe-se a utilização de uma ficha de análise de diferentes Unidades de Paisagem em campo, conforme Moraes; Paes; Araújo *et. al* (2023) (Quadro 01).

Quadro 01. Exemplo de análise para diferentes Unidades de Paisagem na área de estudo

UNIDADES DE PAISAGEM	VEGETAÇÃO	DIMENSÃO HUMANA	CONDIÇÕES HÍDRICO-CLIMÁTICAS	RELEVO
UP1				
UP2				
UP3				

Fonte: Moraes; Paes; Araújo *et. al* (2023).

Ainda sobre a paisagem, em campo, pode-se partir para uma análise utilizando o conceito de hemerobia. Por exemplo, pode-se utilizar a metodologia proposta por Belem e Nucci (2011), e Liberti; Leite; Da Silva; Nucci (2019), para a identificação e diferenciação de Unidades de Paisagens (UP), observando a homogeneidade da cobertura da terra e, assim, possibilitando a sua classificação em relação a sua dependência energética e tecnológica. A partir daí, poderão ser identificadas paisagens como máximo até o mínimo de hemerobia (Figura 01; Quadro 02). Para melhor adequação da atividade, pode-se utilizar imagens do *Google Earth* previamente selecionadas na Universidade, em meio digital e/ou impresso, para que os alunos possam diferenciar pontos do município e o nível de alteração antrópica, que configura maior ou menor dependência tecnológica.

Figura 01. Exemplo de análise para hemerobia da Paisagem na área de estudo

Característica da Paisagem	Exemplo (imagem de satélite)	Hemerobia	Cor
<p>Baixa dependência tecnológica e energética para a manutenção da funcionalidade; alta capacidade de auto regulação; alto aproveitamento das funções da natureza; superfícies permeáveis; vegetação original e flora/fauna nativa.</p> <p style="text-align: center;">↑ ↓</p> <p>Alta dependência tecnológica e energética para a manutenção da funcionalidade; baixa capacidade de auto regulação; pouca conexão com a dinâmica dos valores naturais, desenho padrão e como expressão de esmero, estética e civismo, baixa relação com as características locais, impermeabilização das superfícies; sem vegetação original e flora/fauna exótica.</p>		Mínima	Verde
		Muito Baixa/Baixa	Amarelo
		Média	Laranja
		Alta/Muito Alta	Vermelho
		Máxima	Preto

Fonte: Liberti; Leite; Da Silva; Nucci (2019).

Quadro 02. Graus de hemerobia e suas descrições

Grau de Hemerobia	Descrição
Mínimo	Áreas de Unidades de Conservação, Áreas de Preservação Permanente, fragmentos florestais.
Muito baixo	Áreas com silvicultura e áreas de lazer (praças e parques urbanos).
Baixo	Áreas com mata devastada devido à interferência antrópica (geralmente áreas abandonadas), vegetações rasteiras e arbustos.
Médio	Áreas utilizadas para agricultura, pecuária e solo exposto, e áreas preparadas para futuras construções civis.
Alto	Áreas com construções civis de pequeno porte (casas) e construções espaçadas, ambas com jardins ou presença de arbustos e herbáceas.
Muito Alto	Áreas com calçadas, asfaltos, centros comerciais, construções civis e públicas de médio e grande porte (prédios), podendo conter jardins, arbustos e árvores espalhadas.

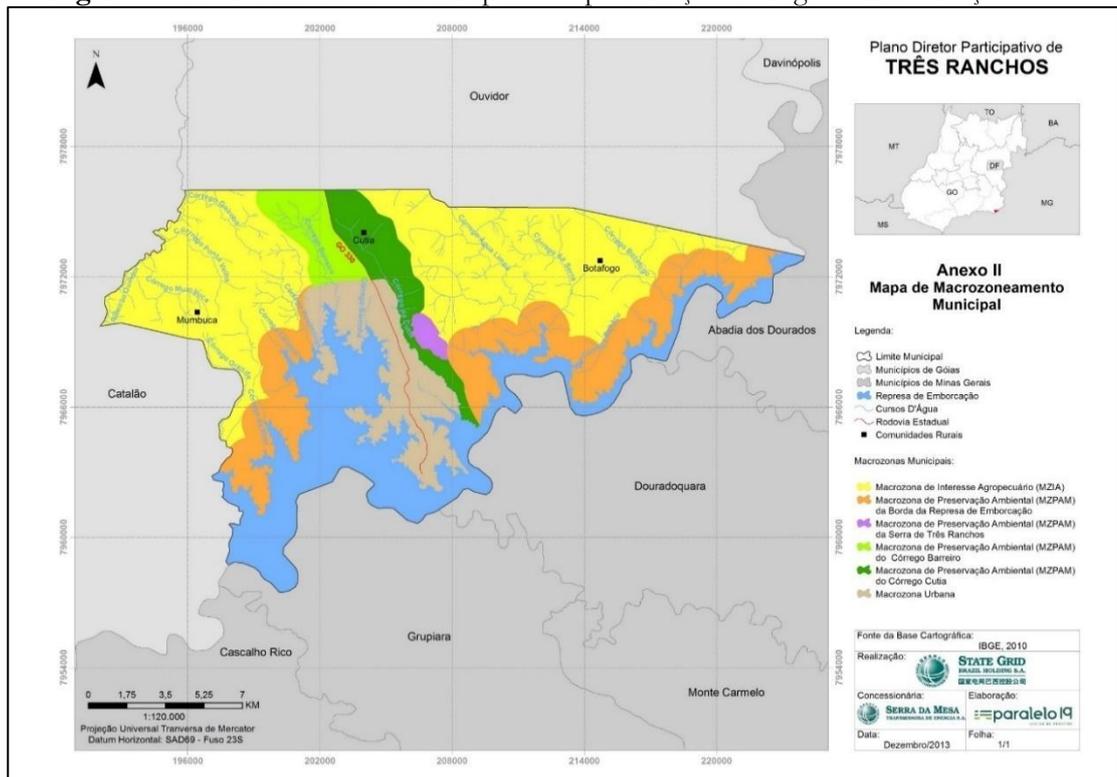
Máximo	Áreas industriais e usinas hidrelétricas.
--------	---

Fonte: Mezzomo; Gasparini (2016).

Ainda sobre a hemerobia das paisagens, cita-se a publicação de Mateo Rodriguez, Silva e Cavalcanti (2007), que engloba as categorias naturais e semi-naturais (áreas naturais, exploração florestal); antroponaturais (englobando áreas turísticas, pastoris e agrícolas) e antrópicas (áreas urbanas, minero-industriais e exploração de recursos hídricos). Além disso, engloba a identificação dos tipos (utilização e ocupação), mudanças e intensidade de modificação (hemerobia) e componentes naturais afetados pela modificação.

Utilizando o exemplo do Lago de Emborcação (Figura 03) em Três Ranchos como ponto de análise em campo, pode-se abordar conceitos como ambientes lênticos e lóticos, suas diferenças, mencionando a Resolução 357/2005, do CONAMA. Portanto, é possível dialogar acerca das mudanças acarretadas pelo represamento dos rios, que repercutem em alterações de características físicas, químicas e biológicas do ecossistema aquático. Ainda, utilizando os conceitos legais descritos no Código Florestal, Lei Federal N.º 12.651/2012, pode-se discutir o conceito de Área de Preservação Permanente (APP) e a sua importância. Além disso, pode-se realizar uma atividade de análise visual de macroinvertebrados bentônicos, utilizando utensílios de baixo custo, conforme a metodologia de coleta e análise de Pires Koga, Zago e Santos (2019), do Projeto Rios Vivos, Gadis FCT/UNESP (Figura 04) e de Fusari (2006).

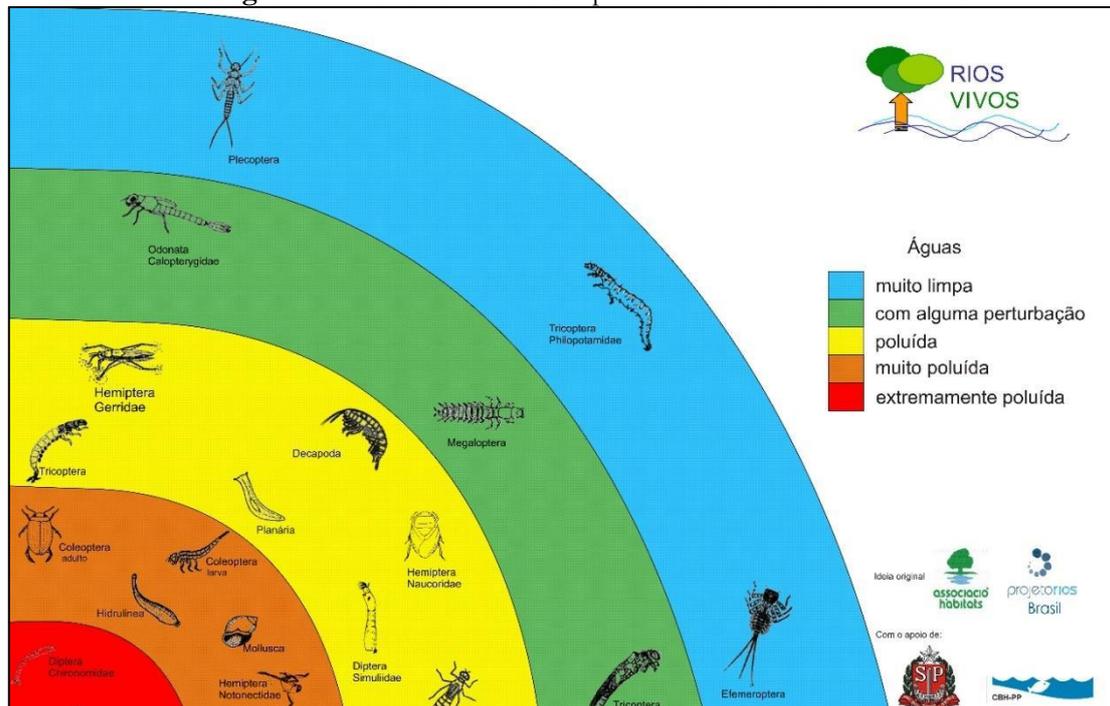
Figura 03. Macrozoneamento municipal e a espacialização do Lago de Emborcação



Fonte: Plano Diretor Participativo do Município de Três Ranchos/GO (2013).

A coleta de macroinvertebrados bentônicos pode ser realizada com rede coletora própria para coletas em ambiente aquático, sendo que o material coletado pode ser levado em saco plástico transparente e etiquetado para a Universidade e, posteriormente, despejado em bandejas plásticas brancas para a análise visual com o auxílio de uma lupa manual. Ainda na etapa da coleta de água para análise de macroinvertebrados bentônicos, é possível coletar água em garrafas de plástico transparente para análise visual de turbidez, bem como materiais em suspensão.

Figura 04. Parâmetro de análise para macroinvertebrados bentônicos



Fonte: Projeto Rios Vivos, Gadis FCT/UNESP (s.d.).

É importante ser ressaltado que, segundo a Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANA), na publicação Bases conceituais para monitoramento de águas continentais, os ecossistemas lânticos referem-se às águas estacionárias, mas que podem variar em função da sazonalidade (são ambientes aquáticos de água parada, como por exemplo, lagoas, lagos, pântano, etc.). As principais diferenças entre estes ecossistemas é que em rios e riachos a corrente é um fator limitante e de controle importante do que em lagos. Além disso, nos ambientes lóticos é a intensa troca entre os ambientes terrestre e aquático, gerando um ecossistema mais aberto com comunidades de metabolismo heterotrófico e a rara estratificação térmica e química em ambientes lóticos. A tensão de oxigênio também tende a ser mais alta e mais uniforme em rios.

De acordo com a Resolução Federal Nº. 357, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), de 17 de março de 2005, no Capítulo I, Artigo 2º, Inciso V, o ambiente lântico é o ambiente que se refere à água parada, com movimento lento ou estagnado.

Conforme Fusari (2006), o represamento dos rios repercute em alterações de características físicas, químicas e biológicas do ecossistema aquático, com associação direta

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 46, v. 4 - Vol. Esp. da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Pres. Prudente, p. 7-22, agosto/2024.

com a redução da velocidade de correnteza, flutuações no nível da água, redução da cobertura vegetal, possibilidade de contaminação ligada às atividades antrópicas na área, gerando, por exemplo, eliminação de espécies importantes ecologicamente.

Segundo Teles; Linares; Rocha e Ribeiro (2013), macroinvertebrados bentônicos são organismos que habitam, em ambientes aquáticos continentais, por parte da sua vida, o substrato de fundo, por exemplo, desde sedimentos, macrófitas e algas filamentosas, até galhos e outros substratos, naturais ou artificiais. Essa comunidade de animais abrange moluscos, larvas de insetos, anelídeos, dentre outros.

Nesse contexto, a possibilidade de utilização da coleta de água para análise de macroinvertebrados bentônicos (um bioindicador) representa uma significativa colaboração nos estudos ambientais e, também, em atividades de campo em virtude dos macroinvertebrados bentônicos serem abundantes e de fácil coleta.

Como parte do entendimento da qualidade ambiental do ambiente aquático, ainda a partir de aspectos visuais em campo, é possível fazer uma análise para parâmetros macroscópicos de qualidade ambiental na área aquática e seu entorno, conforme exemplo proposto por Gomes, Melo e Vale (2006) (Quadro 03).

Quadro 03. Exemplo de análise para parâmetros macroscópicos de qualidade ambiental na área aquática e seu entorno

Parâmetro Macroscópico	QUALIFICAÇÃO		
	(1 RUIM)	(2 MÉDIO)	(3 BOM)
Cor da água:	(1) Escura	(2) Clara	(3) Transparente
Odor:	(1) Cheiro Forte	(2) Cheiro fraco	(3) Sem cheiro
Lixo ao redor:	(1) Muito	(2) Pouco	(3) Sem lixo
Materiais Flutuantes:	(1) Muito	(2) Pouco	(3) Sem materiais flutuantes
Espumas:	(1) Muita	(2) Pouca	(3) Sem espumas
Óleos:	(1) Muito	(2) Pouco	(3) Sem óleos
Esgoto:	(1) Esgoto doméstico	(2) Fluxo superficial	(3) Sem esgoto
Vegetação (preservação):	(1) Alta degradação	(2) Baixa degradação	(3) Preservada
Uso por animais:	(1) Presença	(2) Apenas marcas	(3) Não detectado
Uso por Humanos:	(1) Presença	(2) Apenas marcas	(3) Não detectado
Proteção do local:	(1) Sem proteção	(2) Com proteção (mas com acesso)	(3) Com proteção (sem acesso)
Proximidade com residência ou estabelecimento:	(1) Menos de 50 metros	(2) Entre 50 e 100 metros	(3) Mais de 100 metros
Tipo de área de inserção:	(1) Ausente	(2) Propriedade privada	(3) Parques ou áreas protegidas

Fonte: Adaptado de Gomes; Melo; Vale (2006).

Outras análises visuais também podem ser realizadas, como a identificação de sulcos, ravinas, voçorocas em campo, as frações de solos nas áreas dos processos erosivos; organização econômica da área e a ligação com impactos ambientais positivos e negativos, assim como o reconhecimento de aspectos e impactos ambientais a partir de diversos tipos

de atividades e serviços na área de estudo. Além disso, pode-se utilizar, como ferramenta de apoio em campo, aplicativos de reconhecimento florístico (*Picture This*), de amostras de rochas (*Rock Identifier*), assim como de observação remota vertical da paisagem (*Flightradar24*). Ainda, pode-se utilizar uma ficha de observação direta da paisagem para observação e descrição das condições atmosférica durante o percurso do campo, caracterização da condição da vegetação (árvores isoladas, árvores com folhas secas, folhas verdes, flores, frutos, plantas baixas, rasteiras), residências e comércios, pavimentação e trânsito nos locais visitados.

Considerações finais

O trabalho de campo representa uma atividade em que os aspectos teóricos aprendidos em sala de aula podem dialogar com a dinâmica da natureza, a empiria, sendo, portanto, um instrumento teórico-metodológico. O texto atingiu o objetivo proposto, que foi o de refletir sobre a importância do trabalho de campo para a Geografia, apresentando uma proposta de atividade acadêmica de campo em trecho urbano no município de Três Ranchos, que possui uma área atingida pelo represamento do rio Paranaíba, formando a Represa da Emborcação, que, por sua vez, tornou-se um atrativo turístico significativo para Três Ranchos. Nesse sentido, dentre as disciplinas diversas que compõem as matrizes curriculares dos diversos cursos de Geografia no país, a área aqui mencionada para a proposta de atividade de campo pode englobar variados estudos, entretanto, aqui enfocou-se possibilidades de análises ambientais na/da paisagem, que foi considerada aqui, subsidiada pelo referencial teórico, como um conjunto de processos no espaço-tempo.

É importante considerar, também, a interação de docentes e discentes nos preparativos para a atividade de campo, que envolvem o pré-campo, o campo em si, e o pós-campo, para que se possa dimensionar todo o processo que envolve não apenas questões financeiras e normativas das Universidades, mas também a apreensão de conteúdo.

Referências

ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento. **Bases Conceituais Para Monitoramento de Águas Continentais**. Disponível em: https://capacitacao.ana.gov.br/conhecerh/bitstream/ana/2227/2/Unidade_2.pdf. Acesso em 23 ago. 2022.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 46, v. 4 - Vol. Esp. da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Pres. Prudente, p. 7-22, agosto/2024.

ISSN: 2176-5774

ANDRADE, K. W.; CHAVES, M. L. S. C. Geologia e a Redistribuição Sedimentar Pós-cretácica dos Depósitos Diamantíferos da Região ao Sul de Coromandel (MG). **Revista Geonomos**, v. 17, n. 1, 2013.

ASSUNÇÃO, M.; VIANA, D.; IBRAHIM, E. Análise da Qualidade da Água no Período de 2012 a 2015 do Reservatório da UHE Emborcação, Minas Gerais. **e-Scientia**, v.9, n. 1, p.1-13, 2016.

BELEM, A. L. G.; NUCCI, J. C. Hemerobia das Paisagens: Conceito, Classificação e Aplicação no Bairro Pici – Fortaleza/CE. **Revista Ra'e Ga: O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, p. 204-233, 2011.

BRASIL. **Resolução CONAMA Nº. 357/2005**. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=459>. Acesso em 23 ago. 2022.

BRASIL. Casa Civil. **Lei Nº 12.651/2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm. Acesso em 15 set. 2023.

BRASIL. Diário Oficial da União. **Lei Nº 14.285/2021**. Altera as Leis nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa [...]. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.285-de-29-de-dezembro-de-2021-370917982>. Acesso em 15 set. 2023.

BÁRBARA, A. D. L. S.; VALASKI, S.; NUCCI, J. C. Hemerobia e Planejamento da Paisagem no Bairro Mossunguê, Curitiba – PR. **Revista Geografar**, Curitiba, v.9, n.1, p.159-179, jun./2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/36540/22791>. Acesso em 25 ago. 2022.

BERTRAND, G. Paisagem e Geografia Física Global: Esboço Metodológico. Cruz, Olga (trad.). **Cadernos de Ciências da Terra**. São Paulo, USP-IGEOG, nº 43, 1972.

BERTRAND, G. 2004. Paisagem e Geografia Física Global: Um Esboço Metodológico. **RA'E GA**, Curitiba, n. 8, p. 141-152.

CAVALCANTI, L. **Cartografia de paisagens**. 2 ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2018.

CEMIG – **Companhia Energética de Minas Gerais**. Disponível em: <https://www.cemig.com.br/usina/uhe-emborcacao/>. Acesso em 23 ago. 2022.

FRANÇA, J. S.; CALLISTO, M. **Monitoramento Participativo de Rios Urbanos Por Estudantes-Cientistas**. Belo Horizonte: J. S. França, 2019.

FUSARI, L. M. **Estudo das Comunidades de Macroinvertebrados Bentônicos das Represas do Monjolinho e do Fozzari no Campus da UFSCAR, Município de São**

Carlos, SP. 2006. 80p. Dissertação (Mestrado em Ecologia de Recursos Naturais). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

GADIS – Grupo de Pesquisa Gestão Ambiental e Dinâmica Socioespacial. **Projeto Rios Vivos.** Disponível em: <http://bacias.fct.unesp.br/riosvivos/index.php>. Acesso em 25 ago. 2023.

GOMES, P. M.; MELO, C. de; VALE, V. S. do. 2006. Avaliação dos Impactos Ambientais em Nascentes na Cidade de Uberlândia-MG: Análise Macroscópica. **Sociedade & Natureza**, [S. l.], v. 17, n. 32, p. 103-120. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/9169>. Acesso em: 25 ago. 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo 2022.** Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama>. Acesso em 20 ago. 2023.

LEITE, O. C., ORLANDO, P. H. K., VIOLA, M. R. 2016. Mapeamento de Feições Erosivas Lineares em Três Ranchos (GO). **Espaço em Revista**, n. 18, v. 2, p. 100-110.

LIBERTI, E.; LEITE, H. R.; DA SILVA, M. C.; NUCCI, J. C. 2019. As Paisagens do Município de Pinhais (Paraná/Brasil): Uma Abordagem Segundo o Conceito de Hemerobia. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 20, n. 72, p. 189–201.

MARAFON, G. J. O Trabalho de Campo Como um Instrumento de Trabalho Para o Investigador em Geografia Agrária. In.: DAVID, C.; WIZNIEWSKY, C. R. F. (Org.). **Agricultura e Transformações Socioespaciais: Olhares Geográficos e Pesquisa de Campo.** Porto Alegre: Evangrav/Jadeditora, 2015.

MEZZOMO, M. M.; GASPARINI, G. S. Estudo da Alteração Antrópica (Hemerobia) da Bacia Hidrográfica do Rio Mourão –PR. 2016. **RA'E GA**, v. 36, p. 280-301.

MIRANDA, A. C. da S.; LIMA, A. M. M de. 2021. Voçorocas Urbanas e Protocolo de Avaliação de Risco Geoambiental Aplicado em Açailândia-MA. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 12, n. 2, p. 721-735.

MORAIS, A. N., PAES DE OLIVEIRA-COSTA, J. L., ARAÚJO DA SILVA VIANA, B., NOVAIS PIRES KOGA, A. P., & ALVES LOPES DA SILVA, W. 2023. A Classificação Ecodinâmica de Tricart Aplicada ao Setor Sudeste do Estado do Piauí. **Revista Geonorte**, v. 14, n.45, p. 268-299. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/11002/8812>. Acesso em 23 out. 2022.

NASCIMENTO, F. R. do; SAMPAIO, J. L. F. Geografia Física, Geossistemas e Estudos Integrados da Paisagem. 2004/2005. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, v.6/7, n. 1, p. 167-179.

ONS - **Operador Nacional do Sistema.** Disponível em: <http://www.ons.org.br/paginas/energia-agora/reservatorios>. Acesso em 23 out. 2023.

PIRES, A. P. N.; ZAGO, J. A. R. L.; SANTOS, C. R. dos. 2019. Dinâmica Fluvial do Córrego Cedro, Presidente Prudente (SP), Oeste Paulista: Diagnóstico dos Parâmetros Físico-Químicos, Biológicos. **Espaço em Revista**, v. 20, n. 2, p. 19–28.

Prefeitura Municipal de Três Ranchos (GO). **Plano Diretor Participativo do Município de Três Ranchos/GO - 2013**. Disponível em: https://www.tresranchos.go.gov.br/site/pd/SG_SMTE_Se%0c3%0a7%0c3%0a3o%20I%20-%20Diagn%0c3%0b3stico%20Municipal%20de%20Tr%0c3%0aas%20Ranchos.pdf. Acesso em 23 out. 2022.

RODRIGUEZ, J. M. M.; SILVA, E.V. da; CAVALCANTI, A. P. B. **Geocologia das Paisagens: Uma Visão Geossistêmica da Análise Ambiental**. Fortaleza: UFC edições, 2007.

SUERTEGARAY, D. M. A. Geografia e trabalho de Campo. In: SUERTEGARAY, D. M. A. **Geografia Física Geomorfologia: Uma (Re)leitura**. Ijuí: Editora da UNIJUI, 2002.

TELES, H. F.; LINARES, M. S.; ROCHA, P. A.; RIBEIRO, A.S. 2013. Macroinvertebrados Bentônicos como Bioindicadores no Parque Nacional da Serra de Itabaiana, Sergipe, Brasil. **Revista Brasileira de Zoociências**, v. 15, n. 1,2,3, p. 123-137.

O ARMAZÉM DO CAMPO COMO TERRITÓRIO DO MST NO ESPAÇO URBANO (2016 a 2022)¹

Angela dos Santos Machado

Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, Brasil

E-mail: angela.s.machado@unesp.br

Victor Hugo Quissi Cordeiro da Silva

Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, Brasil

E-mail: victor.quissi@unesp.br

Resumo

Desde 2016, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) vem se territorializando no espaço urbano por meio da rede Armazém do Campo. Mais do que um espaço de comercialização dos produtos da reforma agrária, o Armazém do Campo se constitui como espaço de socialização política. Neste texto, temos o objetivo de evidenciar o processo de territorialização do Armazém do Campo, discutindo sua importância na luta pela Reforma Agrária Popular e contra o sistema alimentar hegemônico. Esta pesquisa contou com pesquisa bibliográfica e documental, trabalho de campo e entrevistas semiestruturadas. Destacamos como resultado de nossas análises que o Armazém do Campo produz um diálogo permanente entre campo-cidade que resulta, por um lado, na divulgação dos resultados da reforma agrária, e de outro, na possibilidade de os consumidores saberem a origem dos produtos e as relações sociais de produção que originaram as mercadorias, deferentemente, das relações fetichizadas entre campo e cidade produzidas pelo sistema alimentar hegemônico.

Palavras-chave: Território; Sistema alimentar, MST; Armazém do Campo; Reforma Agrária.

THE ARMAZÉM DO CAMPO AS AN MST TERRITORY IN URBAN SPACE (2016 to 2022)

Abstract

Since 2016, the Landless Rural Workers Movement (MST) has been territorializing in urban space through the Armazém do Campo network. More than just a space for marketing agrarian reform products, Armazém do Campo serves as a space for political socialization. In this text, our goal is to highlight the process of territorialization of Armazém do Campo, discussing its importance in the struggle for Popular Agrarian Reform and against the hegemonic food system. This research relied on bibliographical and documentary research, fieldwork, and semi-structured interviews. Our analysis reveals that Armazém do Campo fosters a continuous dialogue between rural and urban areas, leading, on one hand, to the dissemination of agrarian reform outcomes, and on the other hand, to consumers' ability to trace the origins of products and the social relations of production that gave rise to them, in contrast to the fetishized relations between rural and urban areas perpetuated by the hegemonic food system.

¹ O artigo é uma revisão do trabalho publicado entre os Anais da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente-SP (2024). Agradecemos o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPESP), Processo 2020/14998-7.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 46, v. 4 - Vol. Esp. da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Pres. Prudente, p. 23-47, agosto/2024.

Key words: Territory; Food system, MST; Armazém do Campo; Agrarian Reform.

EL ARMAZÉM DO CAMPO COMO TERRITÓRIO DEL MST EN EL ESPACIO URBANO (2016 a 2022)

Resumen

Desde 2016, el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) se ha estado territorializando en el espacio urbano a través de la red del Armazém do Campo. Más que solo un espacio para comercializar los productos de la reforma agraria, el Armazém do Campo se constituye como un espacio de socialización política. En este texto, nuestro objetivo es evidenciar el proceso de territorialización del Armazém do Campo, discutiendo su importancia en la lucha por la Reforma Agraria Popular y en contra del sistema alimentario hegemónico. Esta investigación se basó en la investigación bibliográfica y documental, trabajo de campo y entrevistas semiestructuradas. Destacamos como resultado de nuestros análisis que el Armazém do Campo genera un diálogo permanente entre el campo y la ciudad que resulta, por un lado, en la difusión de los resultados de la reforma agraria, y por otro, en la posibilidad de que los consumidores conozcan el origen de los productos y las relaciones sociales de producción que dieron origen a las mercancías, en contraste con las relaciones fetichizadas entre el campo y la ciudad producidas por el sistema alimentario hegemónico.

Palabras clave: Territorio; Sistema alimentario, MST; Armazém do Campo; Reforma Agraria.

Introdução

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem uma longa trajetória de luta no Brasil, reivindicando, dentre outras pautas, a reforma agrária popular, políticas públicas para a agricultura camponesa, a produção agroecológica de alimentos e a soberania alimentar (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2013).

A ocupação de terra é uma das estratégias do Movimento para chamar a atenção pública sobre terras improdutivas, que de acordo com a Constituição Federal do Brasil, no artigo 184, devem ser direcionadas para a reforma agrária. No entanto, apenas a letra da lei não é suficiente para que ela seja cumprida, por isso o MST ocupa para pressionar as autoridades públicas para que tomem as medidas cabíveis para cumprir o direito constitucional da reforma agrária no Brasil (BRASIL, 1988).

Para Fernandes (2005) o MST é um movimento socioterritorial já que seu principal objetivo é conquistar a terra e produzir nela territórios camponeses, isto é, territórios de produção de alimentos, auto-organizados e trabalhados pelas famílias sem-terra. A luta pela terra também se faz em uma perspectiva territorial, derrubando as cercas que a delimitam e questionando as formas de uso, ou melhor, desuso dessas propriedades, e estabelecendo

novas territorialidades, isto é, relações sociais que nutrem os territórios (acampamentos e assentamentos).

O MST também está presente nas cidades em protestos; marchas; campanhas de doação de alimentos; ocupações de prédios públicos, tal como do INCRA; nas feiras vendendo alimentos; e mais recentemente, no Armazém do Campo, rede de lojas fruto das lutas do MST.

Nosso objetivo neste texto é discutir especificamente como o MST se territorializa no espaço urbano por meio do Armazém do Campo. Se antes o Movimento se espacializava nas cidades em ações temporárias (marchas, protestos, ocupações de curta duração, feiras etc.), agora o MST tem territórios no espaço urbano que permitem um diálogo permanente entre campo e cidade.

O debate acerca da relação cidade-campo também permeia nossa análise na medida em que buscamos compreender a diferença dessa relação quando produzida por corporações capitalistas e quando produzida pelo MST. Para elucidar tal contraste utilizamos a ideia marxista de fetichização para evidenciar as relações que estão ocultas na produção e circulação das mercadorias capitalistas. Por outro lado, defendemos que as relações cidade-campo produzidas pelo MST, no Armazém do Campo, buscam justamente revelar para a sociedade quais são os resultados da reforma agrária no Brasil, dialogando sobre as condições nas quais as mercadorias são produzidas e chegam até a mesa do consumidor (Machado, 2024).

Nas seções a seguir, primeiramente, apresentamos nossa abordagem teórico-metodológica que consiste em trabalhos de campo, entrevistas semiestruturadas e pesquisa documental. Em seguida, abordamos a questão do alimento como um direito humano, mas que sob o sistema capitalista de produção torna-se um mero bem a ser comercializado para gerar lucros para um pequeno número de grandes corporações que dominam o sistema alimentar mundial. Analisamos o processo de territorialização do Armazém do Campo evidenciando suas dimensões políticas, sociais, culturais e econômicas, buscando contrastá-lo com as formas de produção, circulação e comercialização de mercadorias convencionais.

Abordagem teórico-metodológica

Conduzimos uma pesquisa documental em cadernos de formação, cadernos de cooperação agrícola, cartilhas, declarações e propostas produzidas pelo MST entre 1989 e 2022, a fim de compreender a historicidade das lutas político-econômicas do Movimento.

No ano de 2022, realizamos 16 trabalhos de campo em 9 estados do Brasil, visitando lojas do Armazém do Campo nas regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. O trabalho de campo é uma importante metodologia de trabalho para a geógrafa e o geógrafo, pois permite a produção de novos conhecimentos a partir da observação investigativa e da análise crítica (SILVA, 2011). O trabalho de campo é um momento de articulação entre a teoria e a prática (ALENTEJANO; ROCHA-LEÃO, 2006).

O trabalho de campo foi composto por observação das lojas, registros fotográficos, conversas informais e entrevistas semiestruturadas com trabalhadoras e trabalhadores do Armazém do Campo. Os roteiros de entrevistas foram elaborados previamente, de acordo com Colognese e Melo (1998), com questões abertas, organizadas por eixos temáticos. Os participantes eram livres para abordar outros temas e, durante a entrevista, foram realizadas perguntas que não estavam previstas.

No total, 21 pessoas foram entrevistadas, sendo 14 mulheres e 7 homens. Entrevistamos não apenas representantes do Armazém do Campo, mas também da Cooperativa Terra Livre, da Escola Milton Santos de Agroecologia, da Cooperativa Central dos Assentados de Curitiba, da Cooperativa Central dos Assentados do Ceará, do Escritório de Comercialização Institucional de São Paulo e da Cooperativa Central dos Assentados/as de Minas Gerais (CONCENTRA). Realizamos esse conjunto de entrevistas para compreender os elos das cadeias produtivas do MST, isto é, como ocorre a produção, a distribuição e a comercialização dos produtos.

As entrevistas foram gravadas com o consentimento das pessoas entrevistadas, depois foram transcritas e utilizadas juntamente com as referências bibliográficas na análise da produção de territórios do MST no espaço urbano. Os nomes dos entrevistados foram substituídos por nomes de mártires da luta pela terra, tanto para proteger a identidade dos participantes da pesquisa, como para evidenciar a violência no campo e rememorar das pessoas que perderam suas vidas na luta pela terra no Brasil.

Comida: direito humano ou mercadoria?

A produção de alimentos possui um caráter multidimensional, pois expressa diferentes aspectos da dinâmica social, tais como as identidades culturais, relações de poder e diferentes formas de organização política. No modo de produção capitalista o alimento é posto na condição de mercadoria, portanto, acessível apenas aqueles que possuem um equivalente para a troca (dinheiro). Esta dimensão econômica da produção de alimentos no capitalismo nos ajuda a compreender o cerne da questão da fome ou do elevado número de pessoas que não consomem o mínimo de calorias necessárias para o bom funcionamento do corpo humano (RIBEIRO JUNIOR et al., 2021). Fica evidente o fracasso das teses da Revolução Verde e do fator produtividade como elemento único para acabar com a fome. Mesmo alcançando índices de produção cada vez mais elevados, persiste uma massa de empobrecidos e marginalizados apartados do direito fundamental à alimentação saudável (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA, 2023).

Como observado por Polanyi (2000 [1944]), uma série de inovações institucionais, políticas e ideológicas foram levadas a cabo a fim de criar as condições para a formação de preços de mercado dos produtos agrícolas. As organizações e sistemas de seguridade social herdados do período pré-revolução industrial foram destruídos para que o mercado se impusesse. Essas observações nos ajudam a desnaturalizar a ideia de que apenas pela livre iniciativa e pelas forças do mercado encontraremos um equilíbrio entre oferta e demanda que resolveria o problema da fome. Estes resultados não foram alcançados e a situação de penúria se agravou ainda mais.

O direito à alimentação, ainda que expresso na Constituição Federal do Brasil, no artigo 6º, carece de efetiva realização (BRASIL, 1988). Ainda que as garantias expressas na carta magna não devam ser desprezadas, não podemos confundir o reconhecimento de direitos e garantias com a sua real construção. Diferentes organizações políticas vêm debatendo essa questão e pressionando o Estado para que garanta os direitos fundamentais da população brasileira, com destaque para o MST. Compreendemos a luta pela Reforma Agrária Popular como indissociavelmente ligada ao direito à alimentação, assim como tantos outros direitos e garantias, individuais e coletivos.

A luta política ou, se optarmos por um vocabulário estritamente marxista, a luta de classes é o motor das disputas em torno do direito à alimentação. As políticas públicas, o

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 46, v. 4 - Vol. Esp. da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Pres. Prudente, p. 23-47, agosto/2024.

acesso à terra, o financiamento público à produção camponesa etc., apenas se materializam no Estado através da luta e organização da classe que vive do trabalho, seja camponesa, seja operária (THOMAZ JUNIOR, 2012). É com este horizonte teórico-político que se constrói a práxis do MST. Neste sentido, concordamos com Marx e Engels quanto à crítica sobre a racionalidade capitalista que transforma direitos básicos em fonte de lucro.

[A burguesia] reduziu a dignidade pessoal a simples valores de troca e, em lugar das inumeráveis liberdades estatuídas e arduamente conquistadas, erigiu a liberdade *única* e implacável do comércio. Em resumo, substituiu a exploração disfarçada sob ilusões religiosas e políticas pela exploração aberta, cínica, direta e brutal (MARX; ENGELS, 2011 [1848], p. 27-28).

A exploração no sistema capitalista não se dá apenas sob a forma do trabalho assalariado (mais-valia), inclui-se nesse processo, dentre outros, a degradação da natureza. No que se refere à produção de alimentos, o mercado global dos agrotóxicos gera elevados lucros para um reduzido número de corporações que o domina, enquanto os países do Sul Global, por terem regulamentação menos rigorosa, são os mais afetados pela contaminação da natureza e pela intoxicação de pessoas. Muitos agrotóxicos utilizados no Brasil são proibidos na União Europeia, como é o caso do glifosato (BOMBARDI, 2017; FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL, 2023).

O Brasil é o maior importador e consumidor de agrotóxicos do mundo. A bancada ruralista no Congresso Nacional atua fortemente para flexibilizar a Lei dos Agrotóxicos e garantir isenções fiscais para o setor. Isso traz consequências graves para a saúde das pessoas, do solo, dos insetos, das águas e de toda a biodiversidade. A situação agrava-se ainda mais pela prática muito comum de pulverização aérea no Brasil, em que o veneno lançado nas plantações de *commodities* são carregados pelo vento para longe, alcançado povoaamentos, áreas de proteção ambiental e outras plantações (BOMBARDI, 2017; FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL, 2023).

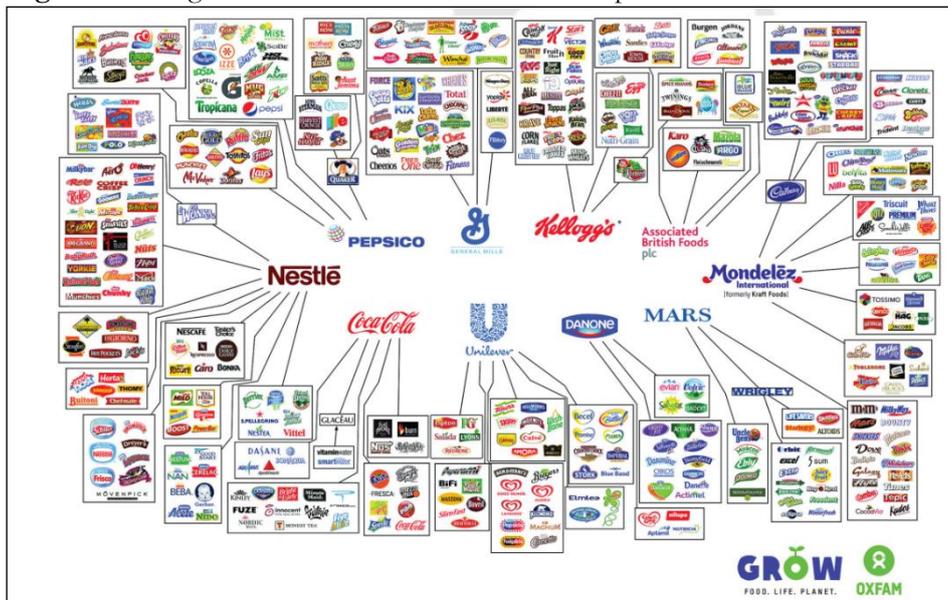
Os elevados lucros não se restringem ao mercado de agrotóxicos, mas todo o sistema alimentar é controlado por um número reduzido de corporações. As lógicas econômicas das empresas, como no exemplo do setor de alimentos, compreendem processos de acumulação, concentração e centralização do capital. A concentração e a centralização econômica compreendem, respectivamente, nas palavras de Sposito e Sposito (2017, p. 469), a “capacidade que as empresas têm de ampliar seus capitais, face as possibilidades de sua reprodução capitalista” e o “resultado da aquisição de uma empresa por outra e/ou da

diminuição do número de empresas que operam num dado ramo ou setor, revelando centralização na decisão e tendência à oligopolização”. As lógicas econômicas descrevem tendências gerais do sistema capitalista, portanto, estão diretamente relacionadas às decisões tomadas por empresas nos mais diferentes setores.

Esses processos ajudam a compreender alterações substanciais no setor de empresas alimentícias, expressas em dinâmicas de fusões e aquisições, expansão territorial e busca por novos mercados, estratégias de fidelização dos clientes e construção de diferentes formatos de lojas direcionadas a distintos perfis de consumidores etc. A figura 1 evidencia como a partir dos processos de acumulação, concentração e centralização de capital, apenas 13 gigantes do setor de alimentos dominam o sistema alimentar mundial. São elas: Nestlé, Coca-Cola, Pepsico, Unilever, General Mills, Danone, Kellogg's, Mars, Associated British Foods, Wrigley, Mondelez, Wonka e Cadbury (FIGURA 1).

É no mínimo preocupante que praticamente toda a população do planeta dependa dessas empresas para se alimentar. Vale ressaltar que os lucros dessas empresas vão para suas filiais em países de capitalismo avançado, enquanto os ingredientes básicos utilizados nesses produtos são, em sua maior parte, produzidos em países economicamente carentes, de forma predatória e exploratória, tal como evidencia a relação entre a indústria do chocolate e a exploração de trabalho infantil análogo à escravidão em países africanos (MENA, 2021).

Figura 01. Infográfico mostrando as dez maiores empresas de alimentos em 2013



Fonte: Oxfam, produzido como parte da campanha "Por Trás das Marcas".

Esse quadro geral representado na Figura 1, ou seja, a alta concentração e centralização do capital é analisado por autores britânicos no livro *Geographies of Food* (Geografias dos Alimentos) em que afirmam que o poder exercido pelos países centrais do capitalismo passou do controle colonial para o poder exercido pelas corporações, formando verdadeiros impérios alimentares (*food empires*).

Este novo tipo de “império alimentar” é dominado por um pequeno número de grandes corporações que controlam a produção, o processamento e o comércio dos produtos primários nos quais o sistema alimentar se baseia, incluindo insumos agrícolas como sementes, maquinaria e fertilizantes, e culturas essenciais como soja, cereais, carne, açúcar e óleos. Eles também dominam a marca e o varejo dos alimentos feitos com esses ingredientes básicos. O poder dessas empresas pode ser visualizado quando olhamos para a estrutura de “ampulheta” do sistema alimentar, em que um pequeno número de empresas controla efetivamente o acesso aos alimentos para bilhões de consumidores e o acesso aos mercados para bilhões de agricultores.² (KNEAFSEY et al., 2021, p.14-15).

A formação dos monopólios e oligopólios alimentares tem suas origens no colonialismo. O processo histórico que leva um conjunto de países a figurarem na divisão internacional do trabalho como meros exportadores de *commodities*, persiste nos dias atuais.

Essas potências não só controlaram os movimentos físicos e as transformações de pessoas e ingredientes em todo o mundo, mas também exportaram as suas ideias sobre o que comer e como cultivar para África, América do Sul e Ásia³. (KNEAFSEY et al., 2021, p.13).

A partir da análise sobre a formação do sistema alimentar hegemônico, podemos perceber relações multiescalares que vão desde a divisão internacional do trabalho até as formas de produção adotadas em pequenas propriedades agrícolas e os hábitos alimentares da população. Entre as relações que se alteram também podemos incluir aquelas entre a cidade e o campo. A relação campo-cidade ou rural-urbano foi historicamente interpretada a partir de uma leitura hierárquica dos termos desta relação, evidenciando a cidade com o

² No original: This new type of “food empire” is dominated by a small number of very big corporations which control the production, processing, and trade of the primary commodities on which the food system is based, including agricultural inputs such as seeds, machinery, and fertilizers and key crops such as soya, grains, meat, sugar, and oils. They also dominate the branding and retail of the foods made from these basic ingredients. The power of these firms can be visualized when we look at the “hourglass” structure of the food system, whereby a small number of corporations effectively control access to food for billions of consumers, and access to markets for billions of farmers.

³ No original: These powers not only controlled the physical movements and transformations of people and ingredients around the globe, but also exported their ideas about what to eat and how to farm to Africa, South America, and Asia.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 46, v. 4 - Vol. Esp. da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Pres. Prudente, p. 23-47, agosto/2024.

polo positivo, desenvolvido e moderno, em contraposição ao campo como polo negativo, caracterizado como atrasado, arcaico e residual (RUA, 2017).

De acordo com Rua (2017), a abordagem clássica da relação campo-cidade é orientada por uma determinada interpretação do marxismo, em que os autores dessa corrente centraram a atenção na cidade e no urbano, compreendido como a base da organização do espaço contemporâneo. O principal representante da abordagem clássica seria Henri Lefebvre, com a tese da urbanização total da sociedade. Por outro lado, em oposição à ideia homogeneizadora da relação urbano-rural, há a compreensão de “novas ruralidades”, proposta que busca enfatizar a diversidade do campo, afirmando que é precipitado “concluir que o processo de expansão da racionalidade urbana resultaria na dissolução do agrário e na tendência à transformação uniformizadora das condições de vida no campo” (CARNEIRO 1998, p. 54).

Em resumo, temos três abordagens sobre a relação campo-cidade: a dicotômica (atrasado *versus* moderno), a de *continuum* (urbanização geral da sociedade e homogeneização dos espaços) e a de permanência das ruralidades (diversidade do campo) (HESPANHOL, 2013). Esta última nos parece a mais pertinente, tendo em vista as particularidades das diferentes formas de viver e/ou produzir no campo, a exemplo da diferença entre o agronegócio que produz de forma predatória, voltado para exportação, e o campesinato que produz alimentos em territórios diversos.

Ploeg (2008, p.289) evidencia que entre as formas de resistência dos camponeses contra os impérios alimentares estão a criação de novas unidades de produção e consumo em terras que estariam improdutivas ou sendo usadas para a produção de *commodities*. A partir de uma série de alternativas criadas pelos camponeses, eles estariam “remando contra a maré” para confrontar o Império como principal modo de ordenamento.

O Armazém do Campo, portanto, pode ser entendido como uma nova fronteira de luta aberta pelo MST que nos motivou a resgatar conceitos importantes da geografia (relação cidade-campo) e da economia política (fetichismo da mercadoria). Dessa maneira, identificamos no fetichismo da mercadoria um caminho interpretativo. Marx (2017 [1867]) inicia a discussão sobre o capital a partir da análise da mercadoria, formando o que podemos chamar de núcleo teórico da teoria marxiana, ou seja, a teoria do valor-trabalho.

O autor tem o mérito de desvendar, a partir de um amplo processo de investigação, como se dá o processo de exploração no modo de produção capitalista. Neste sentido, a

teoria do valor-trabalho e a teoria da mais-valia são interdependentes, pois demonstram a extração de trabalho não pago dos trabalhadores. Tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente, valor de uso e valor de troca e etc. são categorias desenvolvidas por Marx para compreender a produção do valor e da exploração no capitalismo. No entanto, evidencia-se também uma concepção de método por parte do autor, ou seja, as categorias criadas e a forma de trabalhá-las revela a dialética materialista de Marx. Ao invés de discutir elementos transcendentais ou metafísicos, o autor busca encontrar no movimento do real as categorias para a sua teoria.

Marx (2017 [1867]) concluiu o capítulo sobre a mercadoria ou sobre a produção do valor e a exploração no capitalismo indicando um dos fatores fundamentais para a manutenção desse sistema, ou seja, o fetichismo da mercadoria. A mercadoria perde o seu caráter social e passa a ser compreendida apenas como uma coisa, portanto, quase como algo natural. O caráter social do trabalho humano é encoberto na relação de troca, ou seja, ao invés da troca entre tempos de trabalho necessário, a compra é vista como o intercâmbio de uma coisa (dinheiro) por outra coisa (mercadoria). Portanto, podemos compreender o fetichismo da mercadoria como uma espécie de máscara ou véu que recobre as mercadorias, impedindo-as de serem vista pelo que elas realmente são – frutos do trabalho humano. Nas palavras de Bottomore (1988, p. 243) fica bastante evidente a funcionalidade do fetichismo da mercadoria para a manutenção e reprodução do modo de produção capitalista.

Vamos a um exemplo real para tornar a explicação didática. Na figura 2, vemos na prateleira de um supermercado convencional, o creme de leite Terra Viva, marca dos produtos da reforma agrária do estado de Santa Catarina, abaixo do creme de leite da *Nestlé* (FIGURA 2).

Figura 02. Creme de leite Terra Viva no Supermercado Avenida – Presidente Prudente/SP



Fonte: Acervo pessoal de Angela dos Santos Machado, 11 abr. 2023.

Outra grande diferença entre os produtos é que podemos saber a origem do leite da marca Terra Viva: a Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste (COOPEROESTE) e a Cooperativa do Contestado (COOPERCONTESTADO). Sabemos que são fruto da reforma agrária e do trabalho de milhares de famílias assentadas que se organizam de forma cooperada. Mas qual a origem do leite da *Nestlé*? Quais são as relações de trabalho por trás desse produto?

Desse modo, a realidade do trabalho social fica oculta por trás dos valores das mercadorias; assim, também os salários ocultam a exploração já que, embora sejam o equivalente apenas do valor da força de trabalho, parecem ser um equivalente do maior valor que a força de trabalho em ação cria. O que na verdade é social aparece como natural; uma relação que é de exploração parece ser uma relação justa.

Poderíamos nos perguntar então qual a origem do fetichismo da mercadoria, já que indicamos o caráter de método (materialismo-histórico-dialético) e a funcionalidade dessa categoria para a reprodução do capitalismo. A origem do fetichismo da mercadoria se encontra no próprio caráter social da produção de mercadorias, apesar da aparente

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 46, v. 4 - Vol. Esp. da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Pres. Prudente, p. 23-47, agosto/2024.

contradição dessa afirmação, em realidade ela expressa a dialética materialista. Na dialética a afirmação e a negação se combinam e se fundem para gerar uma nova coisa, que revela um salto não apenas quantitativo, mas também qualitativo.

[...] os trabalhos privados só atuam efetivamente como elos do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, também entre os produtores. A estes últimos, as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem como aquilo que elas são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas (MARX, 2017 [1867], p. 148).

Uma espécie de fetichismo também pode impregnar o pensamento científico, dificultando a compreensão da totalidade social. A análises que buscam separar radicalmente cidade e campo, como unidades territoriais autônomas, podem incorrer na reprodução no nível do pensamento do fetichismo da mercadoria, porque desconsidera as relações sociais de produção, circulação, distribuição e consumo que interligam cidade-campo, como descreveu Marx (2008 [1859]).

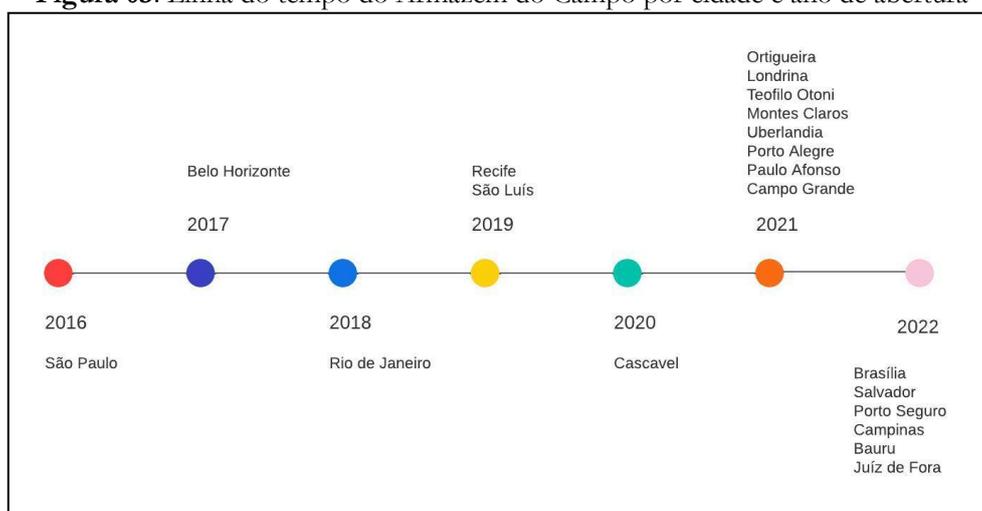
Sendo assim, identificamos dois paradigmas para a leitura dessa relação. A partir dos sistemas alimentares hegemônicos, ligados fundamentalmente ao agronegócio, temos a produção de relações campo-cidade fetichizadas, isto é, caracterizadas pelo encobrimento das relações sociais de exploração que caracterizam esse paradigma. A exploração da força de trabalho, o desmatamento dos biomas brasileiros, o pacote massivo de agrotóxicos, dentre outros elementos, é disfarçado pela troca nas grandes redes de distribuição de alimentos. Por outro lado, o MST vem construindo nas cidades territórios caracterizados por relações cidade-campo não fetichizadas. O trabalho camponês, a produção-comercialização de alimentos livres de veneno e advindos de assentamentos da reforma agrária são trunfos a serem destacados no Armazém do Campo.

O campo e a cidade podem ser compreendidos como uma síntese contraditória entre o global e local (SANTOS, 2006). A ordem global, na qual se incluem os impérios alimentares, busca impor uma única racionalidade. No entanto, a partir do lugar também podem surgir outras razões e emoções, abrindo caminho para a humanização e solidariedade. O Armazém do Campo é o exemplo de uma nova trincheira de luta do MST no espaço urbano, uma nova forma de resistência e de construção territorial na cidade.

A territorialização do Armazém do Campo no Brasil

O primeiro Armazém do Campo foi inaugurado em 2016 na cidade de São Paulo. Nos anos seguintes novas lojas foram abertas: Belo Horizonte (2017); Rio de Janeiro (2018); Recife e São Luís (2019); Cascavel (2020); Ortigueira, Londrina, Teófilo Otoni, Montes Claros, Uberlândia, Porto Alegre, Paulo Afonso e Campo Grande (2021); Brasília, Salvador, Porto Seguro, Campinas, Bauru e Juiz de Fora (2022) (FIGURA 3).

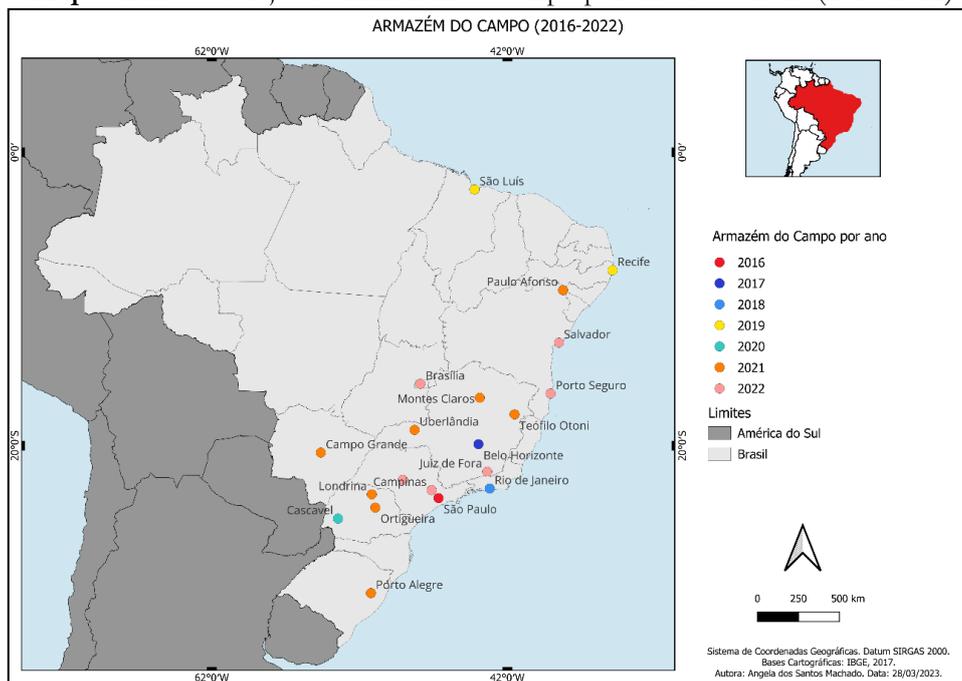
Figura 03. Linha do tempo do Armazém do Campo por cidade e ano de abertura



Fonte: Trabalho de campo. Elaborado com Lucidchart. Autora: Angela dos Santos Machado.

No mapa 1, podemos observar a espacialização das unidades do Armazém do Campo de acordo com o ano de implementação da loja (MAPA 1).

Mapa 01. Rede de lojas do Armazém do campo por ano de abertura (2016-2022)



Fonte: Pesquisa de campo. Elaborado com QGIS. Autora: Angela dos Santos Machado.

Podemos perceber que há uma concentração de lojas na região Sudeste, com 9 unidades, seguida pelo Nordeste com 5, o Sul com 4 lojas e o Centro-Oeste com 2 unidades. De todas as lojas abertas entre 2016 e 2022, apenas a unidade de Paulo Afonso, na Bahia, não prosperou por questões de gestão administrativa.

A rede Armazém do Campo é fruto, em primeiro lugar, de uma construção histórica do MST. A análise documental revelou que, desde 1989, o Movimento já demonstrava preocupação com a viabilidade econômica dos assentamentos através do incentivo à cooperação na produção e à criação de mercados alternativos.

O caderno de formação número 17 traz o Plano Nacional do MST, de 1989 a 1993. Nesse plano já se fazia presente a ideia de “luta econômica combinada a uma estratégia revolucionária” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 1989, p.10).

Conseguir crescimento econômico e político nas áreas conquistadas. Não se trata de reprodução pura e simples na unidade de produção camponesa típica. É necessário criar um novo modelo de produção baseada na utilização de tecnológicas adequadas, e na organização coletiva do trabalhador, que viabilize economicamente os assentados e promova o desenvolvimento social, político e ideológico das famílias assentadas (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 1989, p.13).

Em 1991, no 6º Encontro Nacional do MST, criou-se o Sistema Cooperativista dos Assentados.

Assim, estamos dando um importante passo para superar a produção de subsistência, alcançar a produção de mercado e agroindústria. Da mesma forma, abrem-se as possibilidades dos trabalhadores terem acesso a créditos agrícolas, assistência técnica, condições de planejar a produção e a comercialização e administrar as áreas conquistadas (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 1991, p.03).

A organização do sistema cooperativista surgiu da necessidade de produzir para o mercado, pois este, de acordo com o MST, era o meio de obtenção do capital necessário para melhorar a produção e a qualidade de vida das famílias assentadas. O mercado foi definido pelo MST como “a produção em escala voltada para conseguir ingressos monetários para que a CPA [Cooperativa de Produção dos Assentamentos] possa investir na produção, na luta e na melhoria de vida de seus assentados” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 1993, p. 51-52).

Em 1997, o caderno de formação número 5, apontou que o SCA era entendido como uma retaguarda do MST, tendo em vista que o Movimento precisava de recursos econômicos e infraestruturas para a luta social e política. Porém, o Movimento não perdeu de vista o objetivo de ser uma forma de resistência ao capitalismo e ressaltou “não ter a ilusão que organizando economicamente os assentamentos conseguiremos nos libertar da exploração capitalista, por isto devemos continuar lutando” (CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, 1997, p. 13). Ainda no caderno de formação número 5, o MST apontou a necessidade de criar uma nova concepção de mercado:

Precisamos, através da produção, desenvolver ou criar uma nova concepção ou ideologia de mercado: servir à sociedade e não só explorá-la. Também precisamos influenciar, controlar o espaço geográfico (priorizar a produção a nossa volta), em nível de município, para fazer frente a globalização. Precisamos é formar um mercado alternativo ao mercado capitalista que cria falsas necessidades (ideologia do consumismo) e que beneficia apenas em torno de 1/3 da população. Precisamos criar um mercado popular e solidário, com produtos vinculados a necessidade do povo. (CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, 1997, p.17-18).

A criação da rede Armazém do Campo apresenta-se como a concretização de um sonho antigo do MST e fruto do acúmulo de experiências de quase 40 anos de luta pela terra, *Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 46, v. 4 - Vol. Esp. da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Pres. Prudente, p. 23-47, agosto/2024.*

pela reforma agrária e por uma nova sociedade. A disputa ideológica também é travada pelo Movimento que percebe a necessidade de uma nova concepção de mercado que seja compatível com as suas pautas. Isto é, um mercado com foco no atendimento das necessidades da sociedade, como comida de boa qualidade, em contraposição aos ultraprocessados vendidos pelos impérios alimentares (PLOEG, 2008).

As entrevistas realizadas revelam que as experiências anteriores de comercialização também foram importantes aprendizados de organização coletiva, a exemplo da loja da reforma agrária que funcionou no mercado público de Porto Alegre por vinte anos. Por outro lado, a Feira Nacional da Reforma Agrária realizada em São Paulo, em 2015, foi um importante indicador de que havia um grande público interessado em adquirir os produtos da reforma agrária de forma permanente.

Vale ressaltar a importância das políticas públicas emancipatórias (FERNANDES et al., 2017), que foram implementadas ou fortalecidas nos governos petistas, entre 2003 e 2016, e que permitiram a organização da produção dos assentamentos e a criação de novas mercadorias e mercados, como ressalta um dos entrevistados:

Então, as agroindústrias que nós temos hoje que fazem o beneficiamento dos produtos que estão aqui no Armazém do Campo, existem graças a uma política pública que foi implementada lá no governo [do PT], não é? Se não tivesse tido essa política nós não tínhamos todos esses produtos que nós temos hoje. Hoje nós estaríamos entregando o nosso produto para o atravessador. Do ponto de vista dos lácteos, tem leite em pó, tem leite UHT, tem doce de leite, tem nata, tem manteiga, tem queijo, não é? A gente não ia ter nada disso. A gente ia estar entregando leite *in natura* para uma lactares, uma JBS, para elas industrializarem, colocarem no mercado. Então seria uma outra situação, não é? (informação verbal)⁴.

Dentre as políticas públicas citadas pelos entrevistados estão: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa de Qualificação dos Assentamentos da Reforma Agrária Funterra – BNDES, criado em 2012 para fomentar a produção agroecológica dos assentamentos do Rio Grande do Sul (NEUHAUS, 2015).

⁴ Entrevista concedida por Vilmar Bordim, Roseli Celeste Nunes da Silva e Vitalvino Mori. Representantes do Armazém do Campo de Porto Alegre. Entrevista VIII [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Armazém do Campo, Porto Alegre, 2022.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 46, v. 4 - Vol. Esp. da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Pres. Prudente, p. 23-47, agosto/2024.

Os entrevistados citam também o Programa Terra Sol (PTS), de agroindustrialização, viabilizado por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e executado a partir de 2006 com o nome de Projetos de Ação de Fomento à Agroindustrialização, à Comercialização e as Atividades Pluriativas Solidárias (SULZBACHER, 2014).

Entendemos essas políticas públicas como emancipatórias por promoverem crédito, educação, produção, moradia, mercado e indústria para os territórios camponeses (FERNANDES et al., 2017). A partir desse conjunto de políticas públicas, viabilizou-se a organização da produção para atender, sobretudo, o mercado institucional via Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Com a maior abertura do PNAE para a agricultura familiar, os produtores do Sul do Brasil passaram a comercializar a produção no estado de São Paulo, já que este apresenta a maior demanda por alimentos para a merenda escolar, pois concentra mais de 20% dos estudantes da educação básica do Brasil, seguido por Minas Gerais (9,10%) e Rio de Janeiro (7,39%), estados que também concentram maior volume de comercialização (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS, 2022).

Em São Paulo, é isso, é o maior mercado consumidor, todo mundo vem para cá e como as cooperativas já vinham por essa logística facilitada, não é? Para você ir para qualquer estado tem que passar por São Paulo. A região Sul porque é onde está a concentração de cooperativas mais estruturadas, com produção em escala (informação verbal)⁵.

A localização estratégica e a alta demanda são, portanto, os principais fatores que levaram à abertura da primeira unidade do Armazém do Campo em São Paulo. Em seguida, iniciou-se um processo de expansão da rede Armazém do Campo com o objetivo de tornar os produtos acessíveis para a classe trabalhadora. Entende-se que com a expansão do Armazém do Campo, o volume das vendas seja maior, garantindo, assim, redução no custo logístico e, portanto, um preço melhor para os produtos.

É claro que a logística vai resolver a questão do preço porque a gente faz milagre para ter produto aqui, não é? Pega na rodoviária, pega no trânsito, pega no caminhão que está vindo. Por isso que a nossa lógica é abrir mais lojas, porque se tem dez lojas em um eixo de cem quilômetros, aí vem o caminhão de leite e distribui nas dez lojas, não é? Aí acho que a gente

⁵ Entrevista concedida por Dorcelina Folador, coordenadora do escritório de comercialização institucional. **Entrevista I** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Escritório de comercialização institucional, São Paulo, 2022.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 46, v. 4 - Vol. Esp. da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Pres. Prudente, p. 23-47, agosto/2024.

consegue...por exemplo, o nosso leite sempre é mais barato que o da Nestlé, aí a galera quer comparar com o leite da marca [inaudível] que a metade não é leite, sabe? Mas, vai ver o da Nestlé lá, está sete reais, o nosso está cinco. (informação verbal)⁶.

O entrevistado relaciona a logística com a questão do preço, pois um dos maiores desafios para o MST é que os produtos sejam acessíveis para a classe trabalhadora. Sobre os preços dos alimentos, vale ressaltar que não é um problema exclusivo da produção do MST. Desde 2007 há inflação de alimentos no Brasil, isto é, a comida ficou mais cara do que outros bens e serviços. Mas, até 2019 a inflação estava mais ligada a produtos do comércio exterior, como a carne. A partir de 2020, outros alimentos passaram a pressionar mais a inflação como o arroz, o feijão, as frutas, os legumes e as verduras. Esse aumento de preços está relacionado, dentre outros fatores, com a desvalorização do real, o aumento da demanda, a crise sanitária e econômica da Covid-19, o aumento do desemprego e a queda na renda da população (BACCARIN; OLIVEIRA, 2021).

A questão dos preços aparece sempre entrelaçada com a logística, por isso a expansão das lojas é entendida como a via para aumentar a eficiência da distribuição dos produtos e diminuir os custos. Apesar da dificuldade no que se refere à logística, o MST consegue, por vezes, ter o preço melhor do que as grandes marcas, como a Nestlé, como mostra o último relato de entrevista citado no texto e a figura 2.

Quando falamos em expansão do Armazém do Campo, em uma leitura geográfica estamos nos referindo a um processo de territorialização. O território é o espaço apropriado e mediado pelas relações de poder (RAFFESTIN, 1993). Desse modo, quando o MST cria uma rede de lojas está praticando uma ação de territorialização, ou seja, está expandindo seu território. Além dos acampamentos e dos assentamentos que são territórios do Movimento (espaços ocupados ou conquistados) no campo, o Armazém do Campo produz territórios do MST na cidade.

Ao adentrar em uma loja do Armazém do Campo, imediatamente nos deparamos com símbolos de lutas estampados em camisetas e bonés, nos quadros e pinturas nas paredes, nas palavras de ordem e frases que comunicam ideologias, concepções, símbolos do Movimento (seu território imaterial). Esse campo dos significados é o que denominamos

⁶ Entrevista concedida por Leonir Orback, integrante da equipe gestora do Armazém do Campo. **Entrevista XI** [2022]. Entrevistadoras: Angela dos Santos Machado e Lara Dalperio Buscioli. Armazém do Campo, São Paulo, 2022.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 46, v. 4 - Vol. Esp. da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Pres. Prudente, p. 23-47, agosto/2024.

como territorialidades, isto é, as identidades, símbolos, ideias, relações sociais que promovem o sustento dos territórios.

A figura 3 representa bem a territorialidade do Armazém do Campo, ela mostra uma foto do Armazém do Campo de Londrina, no Paraná, com destaque ao trecho da música “Caminhos Alternativos”, do cantor e compositor Zé Pinto, importante criador de canções do MST, além da pintura na parede que retrata uma mulher camponesa com sua ferramenta de trabalho, pintada de vermelho, cor que remete à luta, e a frase “Da família camponesa para a sua mesa”, além da prateleira com produtos da reforma agrária (FIGURA 4).

A arte e a cultura são importantes elementos de comunicação do MST. Fazer o diálogo com a sociedade sobre a importância da reforma agrária no Brasil é uma das funções mais importantes do Armazém do Campo, pois ele proporciona a aproximação do Movimento com a população urbana. Na verdade, o principal objetivo do Armazém do Campo é fazer a propaganda da reforma agrária, por meio do acesso da população urbana às mercadorias produzidas nos assentamentos.

Figura 04. Armazém do Campo de Londrina



Foto: Angela dos Santos Machado, 12 set. 2022.

O segundo objetivo do Armazém do Campo é estabelecer parcerias com outros movimentos sociais do campo, como quilombolas e indígenas, além da agricultura familiar não assentada, trazendo seus produtos para a comercialização nas lojas. Além de evidenciar *Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 46, v. 4 - Vol. Esp. da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Pres. Prudente, p. 23-47, agosto/2024.*

ações solidárias e parcerias, isso garante produtos locais e frescos, e reflete nos preços dos alimentos.

O terceiro objetivo do Armazém do Campo é dar prioridade aos produtos orgânicos. Então, os consumidores podem encontrar produtos que não são de origem da reforma agrária, nem da agricultura familiar, mas que são orgânicos. Esses produtos são disponibilizados na loja com o intuito de aumentar o leque de opções para os consumidores e fidelizar os clientes.

O quarto objetivo do Armazém do Campo é a promoção de eventos culturais que dialoguem com as temáticas debatidas pelo MST: luta pela terra, reforma agrária, alimentação saudável, agroecologia etc. Os eventos culturais são variados: apresentação musical, gastronomia, batalha de rimas, bloco de carnaval etc. O elemento central nos eventos culturais é a valorização da cultura brasileira, como no samba da democracia e no almoço da resistência, que são eventos com música e comidas típicas brasileiras. Vale ressaltar que a intencionalidade política também está sempre presente nos eventos culturais. Assim, percebemos a multidimensionalidade do território. O Armazém do Campo é, ao mesmo tempo, espaço de comercialização e de relações políticas e culturais. Desse modo, o aspecto econômico é apenas uma das dimensões da rede Armazém do Campo.

Por fim, vale ressaltar que as pessoas, os lugares e as lutas por trás dos produtos não ficam invisibilizados, como acontece nos mercados convencionais. Ao contrário, as trabalhadoras e trabalhadores do Armazém do Campo buscam dialogar com os consumidores, e contar a história dos produtos e das famílias produtoras.

Eu acho que a importância de estar comercializando os nossos produtos é que a gente consegue colocar dentro da sociedade, dentro do mercado, a nossa identidade sem-terra, porque os nossos produtos vão com nossa identidade, então, é você estar lá consumindo um café que tem a bandeira do movimento sem-terra, que tem a identidade da nossa cooperativa. Então, a gente está conseguindo inserir o nosso produto no mercado porque o movimento sem-terra não é só ocupar terra, não é? Porque a gente produz, a gente comercializa e a gente vende nossos produtos de forma orgânica ou em processo de transição agroecológica, porque alguns produtos nossos estão em transição agroecológica, mas a gente consegue inserir no mercado não um produto qualquer, tradicional, mas é um produto que, além de ter a nossa identidade, ele vem com toda a história, todo o processo de como que ele chegou na prateleira (informação verbal).⁷

⁷ Entrevista concedida por Margarida Maria Alves, trabalhadora do Armazém do Campo de Porto Seguro. **Entrevista XII** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Armazém do Campo, Porto Seguro, 2022. *Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 46, v. 4 - Vol. Esp. da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Pres. Prudente, p. 23-47, agosto/2024.*

Portanto, os consumidores têm acesso aos produtos e ao histórico de lutas dos assentamentos produtores, isto é, os camponeses são visibilizados e valorizados na efetuação da comercialização. Ao contrário da produção fetichizada capitalista. Além disso, o Armazém do Campo busca garantir melhor retorno financeiro para os produtores do que os valores pagos no mercado convencional em que, via de regra, grande parte da renda do produtor é capturada por intermediários que compram o produto *in natura*, processam e comercializam em grandes redes supermercadistas.

Considerações finais

O presente artigo abordou o processo de territorialização do MST no espaço urbano por meio da rede de lojas Armazém do Campo. Nosso objetivo foi discutir como se dá a relação campo-cidade no sistema alimentar hegemônico e, por outro lado, como essa mesma relação vem sendo construída pelo Movimento no Armazém do Campo.

O sistema alimentar hegemônico é dominado por um reduzido número de grandes corporações que submetem bilhões de consumidores e produtores à sua lógica. Os produtos disponíveis nas prateleiras dos grandes supermercados, via de regra, não revelam a origem dos ingredientes, nem as relações de trabalho que estão por trás deles. Além disso, não constam nos rótulos a degradação ambiental causada por queimadas, uso de agrotóxicos, contaminação da água etc.

Por outro lado, no Armazém do Campo, os consumidores têm acesso à informação sobre a origem do produto, o processo de produção e as relações de trabalho que o originou. Mais do que isso, os clientes passam a conhecer o histórico de lutas das famílias assentadas que, muitas vezes, além de produzir alimentos saudáveis, sofrem violências e ameaças em um contexto de conflito no campo.

O Armazém do Campo se constitui como território do MST no espaço urbano, entendendo o conceito de território em sua multidimensionalidade. A dimensão política do território fica evidente na importância do Armazém do Campo como lugar de diálogo com a população urbana sobre questões pertinentes à questão agrária brasileira e a importância da reforma agrária, bem como por aproximar os cidadãos da produção dos assentamentos.

A dimensão econômica do território se assenta no fato de ser uma loja para a comercialização dos produtos da reforma agrária que busca, assim, a autonomia das famílias

assentadas na venda da produção. Por fim, pode-se destacar a dimensão simbólica do Armazém do Campo que demarca a sua posição no campo das disputas entre um sistema alimentar hegemônico e a luta por alternativas mais saudáveis, sustentáveis e autônomas.

A territorialização do MST na cidade indica a construção de uma relação campo-cidade diferente daquela produzida pelos sistemas alimentares hegemônicos, discutidas neste texto a partir da categoria fetichismo da mercadoria. O grande trunfo do Armazém do Campo é destacar as relações de trabalho e produção que deram origem as mercadorias vendidas nas lojas, permitindo que uma ligação direta entre campo e cidade. A aparente trivialidade dessa afirmação se desfaz quando pensamos na maneira hegemônica de produção e comercialização de alimentos, no qual o fetichismo da mercadoria se expressa de maneira clara no encobrimento das relações sociais de exploração que deram origem àquela produção, portanto, o caráter social da divisão entre campo e cidade aparecem como coisas naturais e alienadas.

Referências

ALENTEJANO, P. R. R.; ROCHA-LEÃO, O. M. Trabalho de Campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, nº 84, p. 51-67, 2006.

BACCARIN, J. G.; OLIVEIRA, J. A. Inflação de Alimentos no Brasil em Período da Pandemia da Covid 19, Continuidade e Mudanças. **Segur.Aliment. Nutr.**, Campinas, v. 28, p. 1-14, 2021.

BOMBARDI, L. M. **Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia**. São Paulo: USP, 2017.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Zahar: Rio de Janeiro, 1988.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 24 out. 2023.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro. n. 11, p. 53-75. out. 1998.

COLOGNESE, S. A.; MELO, J. L. B. de. A técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 143 – 159, 1998.

CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL. Sistema Cooperativista dos Assentados. **Caderno de Cooperação Agrícola nº 5**, 1997.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **NERA**, Presidente Prudente, n° 6, p. 24-34, 2005.

FERNANDES, B. M. et al. A questão agrária na segunda fase neoliberal no Brasil. **Boletim DATALUTA**, n° 109, Presidente Prudente, 2017.

FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL. **Atlas dos Agrotóxicos**: fatos e dados do uso dessas substâncias na agricultura. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2023.

HESPANHOL, R. A. M. Campo e cidade, rural e urbano no Brasil contemporâneo. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, número especial (2)., p. 103-112, set. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Censo escolar da Educação Básica**, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 11 abr. 2023.

KNEAFSEY, M. et al. **Geographies of Food**: an introduction. London: Bloomsbury Academic, 2021.

MACHADO, A. dos S. **A formação dos mercados da reforma agrária popular pelo MST no Brasil (2003-2023)**. Orientador: Bernardo Mançano Fernandes. 2024. 246 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2024.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2 Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2008 [1859].

_____. **O capital**: crítica da economia política (livro I). 2 Ed. – São Paulo: Boitempo, 2017 [1867].

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2011 [1848].

MENA, F. Ação nos EUA liga indústria do chocolate à trabalho infantil na África. **Folha de São Paulo**, 22 fev. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/02/acao-nos-eua-liga-industria-do-chocolate-a-trabalho-infantil-na-africa.shtml>. Acesso em: 03 jan. 2024.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Plano Nacional do MST 1989 a 1993. **Caderno de Formação n° 17**, 1989.

_____. Declaração do 6° Encontro Nacional do MST. **Declaração de Piracicaba**, 1991.

_____. A cooperação agrícola nos assentamentos. **Caderno de Formação n° 20**, 1993.

_____. Programa de Reforma Agrária. **Caderno de Formação n° 23**, 1995.

_____. **Programa Agrário do MST: lutar, construir reforma agrária popular.** São Paulo, 2013.

NEUHAUS, M. Acompanhamento de projetos do Programa de Qualificação dos Assentamentos de Reforma Agrária FUNTERRA – BNDES. **Especialização** (Gestão Pública). Universidade Federal de Santa Maria, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo: urbanización, transformación de los sistemas agroalimentarios y dietas saludables a lo largo del continuo rural-urbano.** Roma: FAO, 2023.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Porto Alegre: UFRGS, 2008.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época.** [1944]. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Editora Ática, 1993.

RIBEIRO JUNIOR, J. R. S. **Atlas das situações alimentares no Brasil: a disponibilidade domiciliar de alimentos e a fome no Brasil contemporâneo.** Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2021.

RUA, J. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 2, n. 02, p. 45–65, 2017.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SILVA, A. C. S. Natureza do trabalho de campo em geografia humana e suas limitações. **Revista do Departamento de Geografia**, nº 1, p. 49-54, 2011.

SPOSITO, M. E. B.; SPOSITO, E. S. Articulação entre múltiplas escalas geográficas: lógicas e estratégias espaciais de empresas. **GEOSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 462-479, 2017. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geosp.2017.131655. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/131655>. Acesso em: 7 set. 2023.

SUERTEGARAY, D. M. A. GEOGRAFIA, AMBIENTE E TERRITÓRIO. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, [S. l.], v. 17, n. 3, p. 128–144, 2015. Disponível em: [//rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/260](http://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/260). Acesso em: 22 dez. 2023.

SULZBACHER, A. W. Agroindustrialização em assentamentos rurais: concepções e experiências a partir do MST e da execução do Programa Terra Sol no Rio Grande do Sul. **Boletim Gaúcho de Geografia**, nº 41, vol. 1, 67-93, 2014.

THOMAZ JÚNIOR, A. Degradação e centralidade do trabalho: as contradições da relação capital X trabalho e o movimento territorial de classe. **Revista Pegada**, v. 13, n. 2, 2012.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 46, v. 4 - Vol. Esp. da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Pres. Prudente, p. 23-47, agosto/2024.

ISSN: 2176-5774

WEBER, L. Colonialismo químico: por que o Brasil está morrendo pela boca e como o agro tem culpa nisso? **Brasil de Fato**. Acesso em: 16 de outubro de 2023. Disponível em: <https://podcast.brasildefato.com.br/2023/10/colonialismo-quimico-por-que-o-brasil-esta-morrendo-pela-boca-e-como-o-agro-tem-culpa-nisso/>

Entrevistas

Entrevista concedida por Dorcelina Folador, coordenadora do escritório de comercialização institucional. **Entrevista I** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Escritório de comercialização institucional, São Paulo, 2022.

Entrevista concedida por Vilmar Bordim, Roseli Celeste Nunes da Silva e Vitalvino Mori. Representantes do Armazém do Campo de Porto Alegre. **Entrevista VIII** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Armazém do Campo, Porto Alegre, 2022.

Entrevista concedida por Leonir Orback, integrante da equipe gestora do Armazém do Campo. **Entrevista XI** [2022]. Entrevistadoras: Angela dos Santos Machado e Lara Dalperio Buscioli. Armazém do Campo, São Paulo, 2022.

Entrevista concedida por Margarida Maria Alves, trabalhadora do Armazém do Campo de Porto Seguro. **Entrevista XII** [2022]. Entrevistadora: Angela dos Santos Machado. Armazém do Campo, Porto Seguro, 2022.

A CARTOGRAFIA QUE SE PRODUZ EM AULA: RELATO DE EXPERIÊNCIA E REPERTÓRIO DE ATIVIDADES¹

Gleice Santana Pereira

Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, Brasil

E-mail: gleice.santana@unesp.br

Resumo

O professor tem um papel crucial na criação de situações capazes de estimular e desenvolver as habilidades dos alunos, utilizando desde recursos visuais a atividades lúdicas, especialmente no ensino de conteúdos mais complexos, como é o caso daqueles relacionados à cartografia. Nesse sentido, este artigo tem por finalidade apresentar propostas a partir dos resultados de atividades e técnicas, que foram aplicadas na disciplina de “Cartografia e ensino de Geografia” no curso de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP em 2023. A avaliação dos produtos/ideias construídas durante a disciplina possibilitou ponderar sobre as potencialidades e fragilidades relativas à relação ensino-aprendizagem, assim como o emprego de técnicas lúdicas entre as metodologias de ensino de cartografia.

Palavras-chave: Ensino de Geografia; Cartografia; Atividades lúdicas.

THE CARTOGRAPHY THAT IS PRODUCED IN CLASS: EXPERIENCE REPORT AND REPERTOIRE OF ACTIVITIES

Abstract

The teacher has a crucial role in creating situations capable of stimulating and developing students' skills, using everything from visual resources to playful activities, especially when teaching more complex content, such as those related to cartography. In this sense, this article aims to present proposals based on the results of activities and techniques, which were applied in the discipline of “Cartography and Geography teaching” in the Geography course at the Faculty of Science and Technology/UNESP in 2023. The evaluation of the products/ideas constructed during the course made it possible to consider the potentialities and weaknesses relating to the teaching-learning relationship, as well as the use of playful techniques among cartography teaching methodologies.

Key words: Teaching Geography; Cartography; Playful activities.

LA CARTOGRAFÍA QUE SE PRODUCE EN CLASE: RELATO DE EXPERIENCIA Y REPERTORIO DE ACTIVIDADES

Resumen

El docente tiene un papel crucial en la creación de situaciones capaces de estimular y desarrollar las habilidades de los estudiantes, utilizando desde recursos visuales hasta actividades lúdicas, especialmente cuando enseña contenidos más complejos, como los relacionados con la cartografía. En este sentido, este artículo tiene como objetivo presentar propuestas basadas en los resultados de actividades y técnicas que fueron aplicadas en la disciplina de “Enseñanza de Cartografía y Geografía” en la carrera de Geografía de la Facultad de Ciencia y Tecnología/UNESP en 2023. La evaluación de los productos/ideias construidas durante el curso permitió considerar las potencialidades y debilidades

¹ O artigo é uma revisão do trabalho publicado entre os Anais da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente-SP (2024).

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 46, v. 4 - Volume Especial da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, p. 48-64, agosto/2024.

relativas a la relación enseñanza-aprendizaje, así como el uso de técnicas lúdicas entre las metodologías de enseñanza de la cartografía.

Palabras-clave: Enseñanza de Geografía; Cartografía; Actividades lúdicas.

Introdução

A formação docente em Geografia, na atualidade, deve envolver o esforço de superar a simples prática de repassar seus conteúdos de maneira expositiva, entre as principais correntes teóricas e categorias de análise da geografia, enquanto visa despertar neste processo, a importância de uma postura profissional que emancipe, torne vivo, prazeroso e significativo o processo de ensino e aprendizagem. Para além da ideia ensino atrativo, é necessário fomentar o debate em relação a mudanças nas metodologias e formas de ensino para as novas gerações, integrando as vivências e experiências dos educandos (FREIRE, 1995). Entendemos que: “educadores com alto nível de informação devem possuir condições de hierarquizar as noções e os conceitos referentes a sua disciplina, de compreendê-los e adaptá-los ao processo de aprendizagem dos alunos” (SIMIELLI, 1999, p. 92).

Castellar e Vilhena (2010, p. 65) enfatizam que “se o objetivo das aulas, entre outros, é ampliar a capacidade crítica do aluno, é preciso propor situações em que ele possa confrontar ideias, questionar os fatos com argumentação e, ao mesmo tempo, facilitar-se o acesso aos vários gêneros de textos e de linguagem”. Para tanto, no caso do ensino de cartografia, devemos oferecer os recursos necessários, entre desenhos, fotos, maquetes, plantas, mapas, imagens de satélites, tabelas, jogos e representações feitas por crianças, acostumando o aluno a uma linguagem espacial. Segundo Souza e Katuta (2001):

Ler mapas como se fossem um texto escrito, ao contrário do que parece, não é uma atividade tão simples assim; para que isso ocorra, faz-se necessário aprender, além do alfabeto cartográfico, a leitura propriamente dita, entendida aqui não apenas como mera decodificação de símbolos. As noções, as habilidades e os conceitos de orientação e localização geográficas fazem parte de um conjunto de conhecimentos necessários, juntamente com muitos outros conceitos e informações, para que a leitura de mapas ocorra de forma que o aluno possa construir um entendimento geográfico da realidade (p.76).

Considerando a complexidade que envolve uma linguagem cartográfica, a utilização de técnicas e recursos lúdicos em sala de aulas são instrumentos importantes na medida em que ajuda os alunos a “[...] compreender os conteúdos e conceitos geográficos por meio de uma linguagem que traduzirá as observações abstratas em representações da realidade mais concretas” (CASTELLAR, 2011, p. 121). Esse exercício deve contribuir com o engajamento

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 46, v. 4 - Volume Especial da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, p. 48-64, agosto/2024.

ISSN: 2176-5774

dos alunos, pois, quando estão se divertindo, estão mais propensos a participar ativamente das aulas; ademais, envolve um aprendizado prático, permitindo que os estudantes apliquem conceitos por meio da experiência, e suas relações, seu confronto da/na realidade, mesclando situações e elementos do cotidiano, utilizando, por exemplo, a localização de pontos conhecidos, favorecendo a retenção do conhecimento; também trabalha a colaboração e comunicação, no desenvolvimento habilidades socioemocionais; a redução da ansiedade já que torna o processo de aprendizado mais acessível e menos intimidante; para fechar, o aprendizado é autodirigido, que permite que os alunos aprendam de forma mais independente, explorando e experimentando os conceitos por conta própria.

Este artigo avalia a experiência ao ministrar a disciplina de “Cartografia e ensino de Geografia” aos discentes do quarto ano do curso de Licenciatura em Geografia (1º semestre de 2023) da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Ao longo da disciplina os temas abordados foram:

1. Introdução a Cartografia: origens e principais definições;
2. As representações e elementos cartográficos básicos;
3. Alfabetização cartográfica: o desenvolvimento do conceito espacial pela criança e adolescente;
4. Apresentação e análise dos PCN/BNCC e livros didáticos de Geografia em relação às temáticas cartográficas;
5. Recursos cartográficos para o ensino de Geografia;
6. O ensino de Geografia e as ferramentas online/ mídias: limites e potencialidades da internet para a cartografia escolar; e,
7. Inclusão e práticas de ensino para alunos neuro-divergentes.

A proposta para a disciplina foi definida tomando como referência tais tópicos a serem trabalhados (indicados acima). Nosso objetivo era que os estudantes de graduação realizassem as atividades indicadas aos alunos dos ciclos de ensino básico (fundamental II) e, ao mesmo tempo, considerando que muitos deles estavam realizando seus estágios obrigatórios nas escolas do município e arredores, queríamos que eles confrontassem as experiências nas condições de aluno e de estagiário; a ideia era ajudar a criar repertórios e estimular a criatividade para os graduandos conseguirem replicar as atividades com seus alunos, ou mesmo elaborar outras propostas.

Assim, para ilustrar e auxiliar a fixação das temáticas tratadas, indicadas acima, realizamos algumas atividades, como: 1 - Elaboração de esboços; 2 - Aplicação de jogo - batalha naval; 3 - Perfis de relevo e curvas de nível; 4 - Corte e colagem de mapa de relevo; 5 - Elaboração de mapas táteis; e, 6 - Uso de aplicativo de simulação de relevo (LandscapeAR).

Metodologias

Todas as aulas ministradas no decorrer da disciplina foram estruturadas em duas partes: o primeiro momento consistiu em abordar os conteúdos do dia em aula expositiva e, num segundo momento, foram aplicadas as atividades práticas, mediante técnicas lúdicas/recreativas, com o intuito de levar a assimilação dos conceitos. As metodologias, materiais e principais apontamentos são apresentadas a seguir:

1. **Esboço do caminho “Casa - Universidade”:** geralmente, os esboços são desenhos simples utilizados para aperfeiçoamento das noções de localização e proporção. No entanto, nesse primeiro momento, não foram passadas instruções técnicas e normativas (sobre escalas, proporções e pontos de referência), para que fosse realizado um balanço ao fim da disciplina sobre se, enquanto estudantes no final do curso de graduação já tinham essas noções em mente. Ao fim da experiência, todos sentaram em roda e explicaram os desenhos e as principais dificuldades que sentiram. A ideia era que essa atividade funcionasse como um diagnóstico, já que é a partir dela que os conteúdos e os métodos de ensino previstos anteriormente poderiam ser modificados e reconstruídos em função das dificuldades encontradas e das tentativas de saná-las.
2. **Esboço do Mapa-múndi:** este outro produto teve a ideia similar à do primeiro esboço e, após os produtos ficarem prontos, além das questões já citadas, partimos para a discussão, onde verificamos que todos os mapas eram eurocêtricos e norteados.
3. **Batalha naval:** Este jogo permitiu fazer uma analogia com o próprio globo terrestre e mostrar para os estudantes que as coordenadas possibilitam localizar qualquer ponto na Terra e para tal, foi utilizado o modelo de jogo e instruções disponibilizadas pelo site TudoGEO (<https://www.tudogeo.com.br/2019/703/30/aprenda-coordenadas-geograficas-jogando-batalha-naval-e-terrestre/>). Cada aluno recebeu

uma folha sulfite com o desenho e tendo sido estabelecido que a sua dupla seria a pessoa sentada ao lado direito, sem que o adversário pudesse ver, cada um deveria pintar os quadrinhos conforme o formato e a quantidade de armamentos indicados na folha. Posteriormente, o jogo poderia ser iniciado e segundo as normas do jogo, cada jogador tem direito a rodadas com 3 “tiros” /tentativas, onde o tiro é dado ao indicar uma coordenada geográfica (latitude e longitude) e caso a coordenada indicada coincida com um dos cantos do quadrinho onde há algum equipamento, o adversário é atingido, e sendo assim, o jogador deverá ser comunicado. Para destruir um equipamento por completo, todos os quadrinhos devem ser atingidos. Ganha quem eliminar todos ou a maior quantidade de equipamentos adversária.

4. **Esboço da entrada da universidade até a sala de aula:** por ser nosso terceiro croqui, o objetivo era analisar se os alunos já haviam começado a associar os conteúdos da disciplina e os aplicam de forma mais precisa, principalmente a questão de escalas e proporção.
5. **Perfis de relevo e curvas de nível:** aqui foram iniciadas as temáticas de visão oblíqua e vertical, relacionadas a interpretação das curvas de nível. Solicitamos que eles desenhassem o perfil de relevo conforme modelos de curva de nível retirados da internet (Figura 2) e, posteriormente, foram exibidos os resultados esperados, para os alunos fazerem a avaliação dos próprios desenhos.
6. **Relevo brasileiro:** uma maneira de trabalhar temas como relevo brasileiro e mapas topográficos pode ser a utilização de maquetes ou mapas confeccionados a partir de curvas de nível, obtidas em uma carta hipsométrica (geralmente classificados em intervalos de altitude.). Um ponto a ser destacado é que as informações referentes às convenções cartográficas relacionadas às cores foram frisadas; porém, os mapas foram confeccionados a partir de materiais disponíveis no momento, isso gerou essa diversidade de cores.
7. **Elaboração de mapas táteis da região norte e nordeste do Brasil:** é dado que a cartografia tátil pode ser utilizada no ensino de Geografia para a compreensão do espaço para todos os alunos, com ou sem deficiência visual (FREITAS & VENTORINI, 2011; ALMEIDA, 2008). Partindo desse pressuposto, foi proposto que os alunos elaborassem um mapa tátil e sugerido que eles tentassem inserir

algumas das informações/legendas em braile (sistema de escrita e leitura para deficientes visuais).

- 8. Simulação de relevo:** a ideia foi que os alunos fizessem a elaboração dos relevos por meio de 3 formatos: no aplicativo LandscapAR33 (é necessário baixá-lo pelo celular, desenhar as curvas de nível em uma folha sulfite e apontar posteriormente a câmera para o desenho de modo a produzir o modelo 3D), no simulador de Relevo construído no “Laboratório de Geologia, Geomorfologia e Recursos Hídricos” da FCT-UNESP e finalmente com a montagem de maquetes com isopor.

Os produtos elaborados foram idealizados e montados pensando no baixo custo e na disposição de matérias que usualmente são encontrados nas escolas e, ao final da disciplina, foi proposto que os estudantes fossem protagonistas e organizassem ideias (lúdicas ou não) que pudessem usar com seus alunos a partir dos conteúdos e habilidades geográficas do ensino fundamental e médio.

Resultados

Os resultados, aqui organizados, demonstram os produtos gerados e as avaliações ponderadas por meio da aplicação em sala de aula, das atividades que elencamos no capítulo anterior.

- 1. Esboço do caminho “Casa - Universidade”:** ao fim da experiência, os alunos se sentaram em uma roda, e cada um explicou seu mapa, seus desenhos e simbologias, bem como as principais dificuldades que encontraram. Ficou claro, entre as dificuldades que mais aparecem, como os alunos não conseguiram utilizar o espaço designado adequadamente, ou seja, não conseguiram representar os tamanhos dos locais (maior ou menor) fielmente. Isso nos levou à conclusão de que se outra pessoa tentasse utilizar os mapas construídos em aula, não seria possível chegar ao mesmo lugar; ponto que abriu a discussão das necessidades dos elementos cartográficos e convenções cartográficas.
- 2. Esboço do Mapa-múndi:** Após a elaboração do esboço pelos alunos, houve uma roda de conversa onde foram tratadas as temáticas relacionadas ao padrão de ensino, e a possível falta de diversidade nos materiais didáticos que poderiam ser encontrados no ambiente escolar, conduzindo a uma reflexão sobre (re)pensar as formas de representação e projeções cartográficas que utilizamos.

- Batalha naval:** Os alunos demonstraram bastante dificuldade em jogar utilizando os pontos cardeais e coordenadas (Figura 1), por isso, muitos acabaram recriando as regras estabelecidas e jogando conforme se sentiram mais confortáveis (apesar das regras e objetivo da atividade terem sido bem esclarecidos).

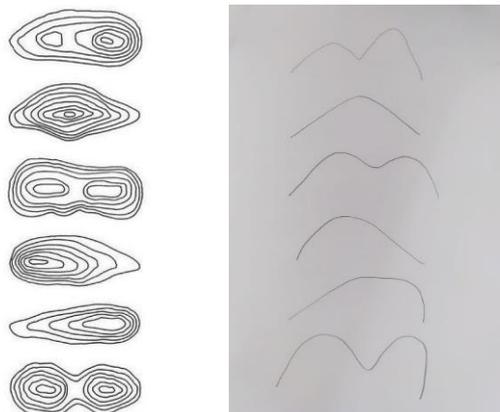
Figura 1 – Alunos da disciplina jogando batalha naval.



Fonte: Acervo pessoal.

- Esboço da entrada da universidade até a sala de aula:** aqui já foi possível notar que a atividade foi desenvolvida com maior facilidade em relação às anteriores e, demandou menos tempo, uma vez que em função da rotina de utilização de tais espaços, a escala do recorte selecionado, e a partir da repetição da atividade, os alunos já estavam mais ambientados com as noções de proporção, escala e estrutura desejada.
- Perfis de relevo e curvas de nível:** a finalização foi rápida e uma das quais os alunos fizeram com mais facilidade (Figura 2), pois já possuíam repertório para interpretação de curvas de nível.

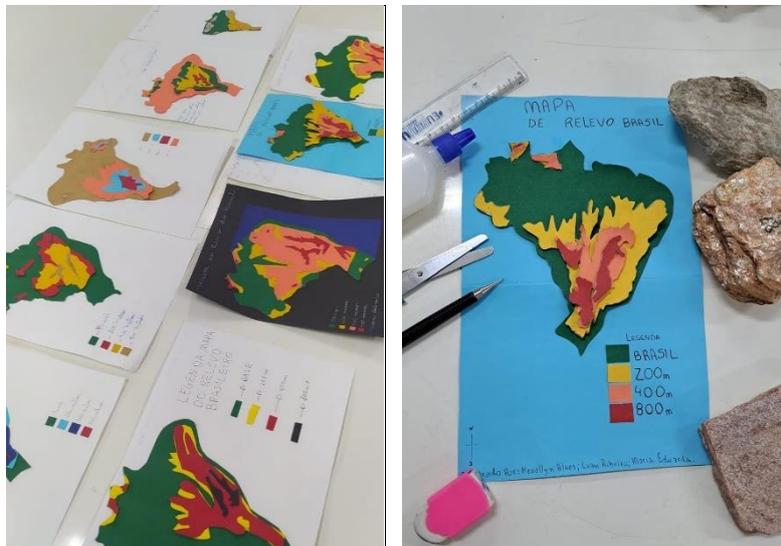
Figura 2 – Curvas de nível e seus perfis correspondentes.



Fonte: GeoSensori, 2019.

6. **Relevo brasileiro:** (Re)Produzir o mapa de relevo em maquete (Figura 3) teve como objetivo a visualização altimétrica tridimensional, de maneira a integrar esse conhecimento com as análises de curvas de nível, adicionando a complexidade e diversidade de representações dos conhecimentos adquiridos; esse material também serviu como ponte para transição de assuntos, incluindo também a temática tátil, relacionando a questão da importância das cores e convenções cartográficas nos mapas para alunos com baixa visão. Em relação aos produtos elaborados pelos alunos, foi possível verificar que mesmo usando os mesmos modelos e instruções, cada mapa ficou diferente um do outro (alguns ficaram muito pequenos a ponto de não ser possível identificar ou mesmo fazer a colagem de classes com menor área, outros fizeram a colagem do limite do Brasil ao contrário e a maioria não identificou a orientação, escala utilizada ou se atentou a incluir o título).

Figura 3 – Mapas de Relevo do Brasil.



Fonte: Acervo pessoal.

7. **Elaboração de mapas táteis da região norte e nordeste do Brasil:** Um dos pontos mais importantes sobre a realização dessa atividade, tem relação com o fato que para a maioria dos alunos, esta foi a primeira vez que estiveram em contato com materiais táteis e com o braille (Figura 4). Pensando na dinamicidade e na obtenção de uma variedade maior de texturas, foi estabelecido que em pelo menos um dos estados fosse utilizado materiais diferentes daqueles disponíveis em sala, podendo ser plástico, cascas de árvores, grama, etc.).

Figura 4 – Mapa Tátil da Região Nordeste do Brasil.



Fonte: Acervo pessoal.

8. **Simulação de relevo:** a ideia inicial foi utilizar a mesma aula para realizar as três formas de representações (curva de nível, imagem em 3D e uso da caixa de areia para simulação de relevo); porém, num sentido mais prático e de organização do tempo, os alunos desenharam uma curva de nível aleatória, utilizada tanto para a visualização em 3D no LandscapAR quanto de modelo para a construção da maquete (Figura 5); deixando o simulador de relevo para um momento posterior.

Figura 5 – Produção das curvas de nível/relevo em 3D.



Fonte: Acervo pessoal.

A seguir, estão dispostas as atividades práticas (lúdicas ou não) elaboradas pelos alunos da disciplina a fim de exercitar sua criatividade:

Quadro 1 - Batalha Cartográfica (Jogo de perguntas e respostas).

Objetivo	A dinâmica planeja fazer com que os alunos/as consigam aplicar os conhecimentos adquiridos de maneira interativa.
Materiais	Mesa e um cronômetro para administrar o tempo das respostas.
Metodologia	Para realização da dinâmica a sala deve ser dividida em dois grupos e o docente irá fazer perguntas relacionadas à cartografia (conforme o conteúdo das aulas) e o aluno/grupo que for mais rápido em “bater” na mesa irá responder primeiro. A ideia é que cada aluno tenha 60 segundos para responder e caso responda corretamente, pontuar; do contrário, devem passar a vez para o adversário. Se houver alguma pergunta que nenhum dos grupos souber ou responder errado, haverá desconto de pontos. Ao final de todas as rodadas de perguntas, o grupo que mais somar pontos será o vencedor.

Fonte: Produção em sala/elaborado pelos alunos e adaptada pela autora.

Os jogos de perguntas e respostas podem ser uma ferramenta eficaz no ensino de geografia ao proporcionar uma abordagem interativa e engajadora; no entanto, como qualquer método de ensino, podem apresentar tanto vantagens (exemplos: reforço do conhecimento e a possibilidade de correções mais descontraídas) quanto desvantagens (exemplos: foco na memorização e possível superficialidade nas questões). Em resumo, é importante que o professor consiga definir muito bem o que se planeja atingir e equilibrar aspecto competitivo/brincadeira com a promoção de uma compreensão mais profunda e crítica dos conceitos.

Uma observação ou alternativa seria que ao invés de realizar a atividade com os alunos “batendo” na mesa poderia ser definido que as rodadas fossem feitas em turnos.

Quadro 2 - Experiência tátil a partir da perspectiva de pessoas com baixa visão.

Objetivo	A ideia é realizar uma dinâmica com a sala, onde será possível experienciar sensorialmente o mundo dos deficientes visuais, na tentativa de reconhecer sua singularidade; por meio da atividade, hoje os alunos, amanhã os professores, poderão desenvolver mais empatia no planejamento das aulas e atividades.
Materiais	Globo terrestre, maquetes e mapas táteis.
Metodologia	A prática consiste em vendar parte dos alunos, simulando a cegueira total e, se possível, óculos com sobreposição de materiais de diferentes espessuras para simular diferentes graus de diferenciais visuais. Sob a mesa da sala de aula, serão dispostos ao menos quatro tipos de representações cartográficas e, um a um, os alunos os tatearão, colocando-se no lugar de aluno com deficiência visual.

Fonte: Produção em sala/elaborado pelos alunos e adaptada pela autora.

Trabalhar com a experiência tátil tem potencialidades relacionadas principalmente a conscientização da importância da acessibilidade, porém é necessário considerar que nem todas as escolas terão disponível ou fácil acesso os materiais adequados e, nesse caso, é necessário considerar se a elaboração desses materiais é exequível diante do tempo estabelecido para tal.

Quadro 3 - Caça ao tesouro.

Objetivo	Desenvolvimento das habilidades sociais e análise cartográfica/espacial.
Materiais	Folha sulfite para elaboração dos mapas e perguntas.
Metodologia	Trata-se de uma caça ao tesouro, onde os alunos irão navegar pela instituição de ensino utilizando uma planta baixa produzida por eles, em busca de “tesouros” que serão encontrados a partir de pistas desenvolvidas por professores de disciplinas que tiverem o interesse de participar, assim, tornando-a uma atividade interdisciplinar. As etapas de elaboração são: divisão dos alunos em grupos; elaboração do mapa da escola pelos grupos; escrita das questões norteadoras e distribuição dos “tesouros” e das “charadas” (as pistas) pelos professores.

Fonte: Produção em sala/elaborado pelos alunos e adaptada pela autora.

A ideia aqui é promover o trabalho em equipe, incentivando a colaboração entre os alunos na busca por pistas e na resolução de desafios cartográficos, e pode ser usado para contextualização dos conceitos como localização, proporção, escala, etc. Porém, é necessário estar preparado para lidar com a dificuldade do controle dos alunos e das possíveis distrações.

Quadro 4 - Trabalhando escala numérica com objetos 3D.

Objetivo	Compreensão da escala através da proporção entre o objeto 3D e o real.
Materiais	Régua; tesoura; cola; lápis; borracha; <i>papercraft</i> impresso em folha sulfite A4; e, papel para anotação.
Metodologia	Os alunos receberão cada um uma folha sulfite com um <i>papercraft</i> a ser recortado e montado pelos estudantes. Em seguida, será exposto a eles o mesmo objeto em outro <i>papercraft</i> , mas em tamanho maior, que será tido como “objeto real”. Com o auxílio de uma régua, eles irão calcular as medidas do objeto real, e do objeto construído, para descobrir a escala do objeto.

Fonte: Produção em sala/elaborado pelos alunos e adaptada pela autora.

Um dos pontos fortes de do uso de objetos 3D em cartografia refere-se ao poder de visualização tridimensional (que também pode ser usado para facilitar ao aluno a compreensão das propriedades da visão oblíqua e vertical), e da aplicação prática das equações de escala considerando a proporcionalidade. O que poderia ser um entrave está principalmente relacionado ao tempo destinado à preparação e colagem; portanto, a partir dessa ideia também seria possível utilizar os próprios elementos da escola (como carteiras, bancos) e permitir que os alunos façam as medições dos objetos reais com trenas, régua, etc.

Quadro 5 - “A caminho da escola”.

Objetivo	A atividade de fixação servirá para o aluno se familiarizar com os pontos cardeais, noção de direção e espacialidade.
Materiais	Rede de internet para que se possa acessar a ferramenta do <i>Google Maps</i> , dispositivo tecnológico como celular (o professor pode acessar com o <i>notebook</i> para alunos que não tenham <i>smartphone</i>), caderno e lápis/ caneta.

Metodologia	A partir da aula introdução dos pontos cardeais e colaterais, o professor deve reforçar para que os alunos se atentem aos pontos de referência mais chamativos no caminho da escola. Posteriormente, com ajuda do <i>Google Maps</i> , irá localizar o percurso que cada aluno faz até a escola e, a partir disso, eles deverão produzir um relato de quais pontos de referência que ele observa no caminho, e em quais direções dos pontos cardeais e colaterais ele está.
--------------------	--

Fonte: Produção em sala/elaborado pelos alunos e adaptada pela autora.

Esse tipo de atividade é muito importante, ao ajudar ao aluno a compreender os pontos cardeais como uma habilidade que pode ser aplicada na vida cotidiana de lá é possível fazer a correção do local com o global, atingindo diferentes escalas de análise.

Quadro 6 - Representação de curvas de nível por meio de maquetes.

Objetivo	O objetivo é que os alunos tenham interação em grupo e consigam fixar o conteúdo de curvas de nível para leitura e elaboração de mapas.
Materiais	Argila, placa de isopor grossa, tinta, pincel, cola, palitos de sorvete e algodão.
Metodologia	Inicialmente será oferecido um mapa de curva de nível para cada grupo, com isso eles terão que moldar a topografia do mapa com argila. Após todos os grupos terem finalizado, esses relevos serão encaixados em uma grande maquete, formando um “mundo”.

Fonte: Produção em sala/elaborado pelos alunos e adaptada pela autora.

Ao utilizar maquetes para representar curvas de nível, é essencial equilibrar as vantagens visuais e práticas com as possíveis dificuldades logísticas; principalmente, considerando que a construção de maquetes demanda bastante tempo, o que pode ser uma preocupação em termos de planejamento.

Quadro 7 - Utilização do jogo Geoguessr.

Objetivo	Estudar a Geografia de forma lúdica e didática, estimulando os estudantes a buscarem outras ferramentas digitais que facilitem o aprendizado.
-----------------	---

Materiais	Sala de informática com computadores que tenham acesso à <i>internet</i> . É desejável um projetor para o professor poder exemplificar a todos de uma vez o funcionamento do jogo.
Metodologia	Este jogo, funciona como um “passeio” ao longo de países, onde é disponibilizada uma imagem aleatória retirada do Google Street View, então o jogador deve, através de seus conhecimentos e análises breves da paisagem, apontar de onde supostamente a imagem foi tirada.

Fonte: Produção em sala/elaborado pelos alunos e adaptada pela autora.

Na prática, esse jogo mostra a visão panorâmica em 360° de algum lugar do mundo captada pelo Google Street View e a partir dela você deve adivinhar através da análise da paisagem de qual localidade a imagem se refere. Sua implantação é desafiadora e o que pode impossibilitar sua boa utilização é o repertório necessário para decifrar as paisagens e localizações correspondentes; no entanto, a depender da forma que for aplicada, essa “dificuldade” pode ser utilizada exatamente para os alunos poderem explorar lugares/regiões até então desconhecidos.

Quadro 8 - Estudo de semiologia gráfica proposta por Bertin.

Objetivo	É esperado que os alunos apliquem/treinem a identificação dos diferentes signos da semiologia gráfica proposta por Bertin, explorando a relação entre os indicadores e sua representação gráfica, aperfeiçoando, assim, sua capacidade de ler e interpretar diferentes mapas temáticos.
Materiais	Para a realização da atividade serão necessários oito cartogramas distintos impressos (quatro para cada integrante das duplas formadas), e uma folha impressa com as variáveis visuais, e propriedades perceptivas para cada mapa, a cada um dos alunos presentes em aula.

Metodologia	Os mapas irão conter diferentes variáveis visuais e propriedades perceptivas, sendo alguns mais complexos e outros mais simples, com temas variados. Ele acompanhará uma ficha para o assinalamento das variáveis e propriedades correspondentes em cada mapa analisado. Os alunos serão divididos em duplas, e cada um de seus integrantes receberá quatro mapas temáticos, bem como uma ficha dividida em quatro setores, cada um referente a um mapa, apresentando as variáveis e propriedades perceptivas de Bertin, com a ideia de exercitar a análise e identificação dos signos.
--------------------	--

Fonte: Produção em sala/elaborado pelos alunos e adaptada pela autora.

A semiologia gráfica refere-se ao estudo dos sinais e símbolos visuais, analisando as relações entre os dados apresentados e suas formas, cores, tamanhos, modo de implantação, entre outros elementos visuais; portanto, deve ser realizada quando o professor já estiver numa etapa mais avançada da alfabetização cartográfica.

Entende-se, portanto, que todas essas abordagens tendem a enriquecer a experiência educacional dos alunos além de, facilitar/auxiliar a fixação de conteúdos. Por fim, enquanto uma disciplina ofertada no nível de graduação, a partir do cumprimento do plano de aula e desenvolvimento das atividades, é esperado que tenha impacto/exerça influência nas suas futuras práticas docentes.

Considerações finais

A utilização da ludicidade se mostra como um recurso muito importante no ensino de cartografia, uma vez que consegue superar técnicas de ensino tradicionais, principalmente ligadas a memorização de conteúdo sem a devida atenção para a formação de conceitos, e pode ser incorporada de diversas maneiras, desde jogos de tabuleiro e quebra-cabeças até simulações computadorizadas ou ao ar livre, dependendo dos recursos disponíveis na sala de aula e das preferências dos alunos. Tais recursos podem aproximar os conteúdos e conceitos da experiência de vida dos alunos (ao utilizar a escala local para exemplificar o global), e, na prática, emprega elementos do cotidiano para ensinar ou insere tais elementos no cotidiano para a mesma finalidade.

Evidencia-se, portanto, a necessidade de transcender a mera transmissão de conhecimento no processo de ensino-aprendizagem de Geografia e, por extensão, de

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 46, v. 4 - Volume Especial da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, p. 48-64, agosto/2024.

ISSN: 2176-5774

qualquer disciplina; criando situações desafiadoras e utilizando diversos recursos visuais/atividades lúdicas. Ao adotar metodologias que privilegiam a interatividade e o envolvimento dos alunos, é possível demonstrar uma preocupação genuína com a qualidade do processo educacional, buscando tornar o ensino mais acessível, interessante e eficaz para todos os envolvidos.

No entanto, vale frisar sobre a necessidade de equilibrar os aspectos lúdicos com os objetivos educacionais, garantindo que a atividade tenha um objetivo pautado na assimilação dos conceitos necessários. Uma abordagem compromissada com a alfabetização pode dar conta da precariedade dos estudos do passado, e dessa forma, verificamos a necessidade da aplicação de atividades diagnósticas (mesmo no contexto do ensino superior) já que quando o professor identifica as precariedades no conhecimento a partir disto ele pode desenvolver possibilidades para saná-la.

Enquanto docente, ministrar a disciplina de “Cartografia e Ensino de Geografia” apresentou desafios significativos e entre eles estão incluídos a necessidade de adaptar os conteúdos e metodologias considerando os diferentes níveis de compreensão e habilidades de cada aluno e, a escassez de recursos (como diversidade de materiais táteis), limitou a variedade de atividades. Assim, entendo que a demanda de tempo para preparar os materiais também representou um obstáculo, considerando especialmente a diversidade dos temas abordados.

Referências

ALMEIDA, R. D. de (Org.). **Cartografia Escolar**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

CASTELLAR, S. V.; VILHENA, J. **Ensino de Geografia**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

CASTELLAR, S. V. A Cartografia e a Construção do Conhecimento em Contexto Escolar. In: ALMEIDA, Rosângela Doim (org). **Novos Rumos da Cartografia Escolar**. São Paulo: Contexto, 2011.

FREIRE, P. **A educação na cidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

SIMIELLI, M. E. R. Cartografia no ensino fundamental e médio: a geografia na sala de aula. In: CARLOS, A. F. A (Org.). **A geografia em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1999.

SOUZA, J. G.; KATUTA, A. M. **Geografia e conhecimentos cartográficos.** A Cartografia no movimento de renovação da geografia brasileira e a importância do uso de mapas. São Paulo: EdUNESP, 2001.

FREITAS, M. I. C. de; VENTORINI, S. E. (Orgs). **Cartografia Tátil:** orientação e mobilidade às pessoas com deficiência visual. Jundiaí: Paco editorial, 2011.

O PAPEL DA UNIVERSIDADE NA FORMAÇÃO DE AMBIENTES INOVADORES: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES¹

Matheus Fernandes Magalhães da Silva

Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, Brasil

Email: fernandes.magalhaes@unesp.br

Resumo:

Este estudo analisa como a inovação e seus espaços/agentes tornaram-se a palavra-chave para a nova sociedade do conhecimento, observando criteriosamente como ocorre o processo de inovar. Para tanto foi destacado a análise de agentes e espaços protagonistas para o desenvolvimento inovativo, sendo um desses principais espaços a universidade, tornando possível compreender, a partir de levantamentos bibliográficos seguidas de pesquisas exploratórias, como as instituições de ensino superior, geram inovação a partir de seus espaços, tais como laboratórios de pesquisa, parques tecnológicos, entre outros. A análise revela como os agentes universitários e seus espaços de ensino, criam ambientes propícios para o desenvolvimento da inovação em suas mais diversas variações, realçando a formação desses ambientes a partir de sua conexão direto com demais agentes de inovação, sendo os principais o Estado e empresas (tríplice hélice), como também no desdobramento dos tipos de inovações incrementais e principalmente disruptivas que a academia fornece para o processo inovativo.

Palavras-chave: Inovação, universidade, parque de inovação e tecnologia.

THE ROLE OF THE UNIVERSITY IN THE FORMATION OF INNOVATIVE ENVIRONMENTS: SOME CONSIDERATIONS

Abstract:

This study analyses how innovation and its spaces/agents became the keyword to the society of knowledge, carefully observing how the innovation process occurs. To do so, the analysis of agents and protagonist spaces for the innovative development were highlighted, with universities being one of these main places, making it possible to comprehend, through bibliographical surveys followed by explanatory research, how higher education institutions generate innovation from its spaces, such as research labs, technology parks, among others. The analysis reveals how university agents and their spaces create environments prone to the development of innovation in its most diverse forms, linking the formation of these environments to its direct connection with other innovation agents, being the main ones the government and enterprises (triple helix), as well as developments of incremental and mainly disruptive types of innovation that the academy provides to the innovative process.

Key words: Innovation, university, innovation and technology park.

EL PAPEL DE LA UNIVERSIDAD EN LA FORMACIÓN DE ENTORNOS INOVADORES: ALGUNAS CONSIDERACIONES

Resumen:

Este estudio analiza cómo la innovación y sus espacios/agentes se han convertido en la palabra clave de la nueva sociedad del conocimiento, observando atentamente cómo se produce el proceso de

¹ O artigo é uma revisão do trabalho publicado entre os Anais da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente-SP (2024).

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 46, v. 4 - Vol. Esp. da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Pres. Prudente, p. 65-86, agosto/2024.

innovación. Para eso, se destacó el análisis de los agentes y espacios protagonistas del desarrollo innovador, siendo uno de estos espacios principales la universidad, permitiendo comprender, a partir de estudios bibliográficos seguidos de investigaciones exploratorias, cómo las instituciones de educación superior generan innovación desde sus espacios, como laboratorios de investigación, parques tecnológicos, entre otros. El análisis revela cómo los agentes universitarios y sus espacios de enseñanza crean ambientes propicios para el desarrollo de la innovación en sus más diversas variantes, destacando la formación de estos ambientes a partir de su vinculación directa con otros agentes de innovación, siendo los principales el Estado y las empresas (triple hélice), así como en el desarrollo de los tipos de innovaciones incrementales y principalmente disruptivas que la academia proporciona para el proceso innovador.

Palabras clave: Innovación, universidad, parque de innovación y tecnología.

INTRODUÇÃO

A inovação torna-se a palavra-chave na sociedade contemporânea, baseada principalmente na eclosão da nova sociedade do conhecimento, onde a informação se tornou uma ferramenta de fácil acesso e essencial para o desenvolvimento pessoal e coletivo, que atinge seu progresso a partir dos diversos conhecimentos construídos nas mais diversas áreas das ciências.

Para melhor analisarmos, a inovação sempre esteve ligada à história humana e foi o processo de inovar que incumbiu o progresso das civilizações, porém, após a primeira revolução industrial, a inovação tornou-se a maior força motriz para o desenvolvimento econômico e social², na qual o seu processo de mercantilização é um dos principais pilares para o progresso de suas respectivas sociedades. Sendo assim, ela passa a ser uma das componentes mais relevantes para a promoção econômica-social, tornando-se, assim, um desafio que precisa ser compreendido em diferentes dimensões: política, ambiental, social, tecnológica e econômica (GOMES, 2020).

Inovar e o seu processo de construção e desenvolvimento, sempre esteve ligado na história humana, sendo as inovações responsáveis pelo progresso civilizatório

Para Vale (2009), a inovação mercantilizada está na base da mudança na economia capitalista e é decisiva para a obtenção de ganhos de produtividade e de valor de produção. Nesse contexto, o desenvolvimento das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) provocam mudanças socioespaciais.

A análise da inovação diante das transformações recentes, traz novos desafios teóricos e metodológicos, que devem ser observados sobre suas dimensões espaciais, em

² Conceito mais qualitativo, incluindo as alterações da composição do produto e a alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social. Vasconcellos (1998, p.205)

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 46, v. 4 - Vol. Esp. da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Pres. Prudente, p. 65-86, agosto/2024.

diversas escalas geográficas. Abrangendo esses novos desafios, a geografia da inovação, segundo Tunes (2016, p. 2): “Constitui de pesquisas que analisam a relação dialética entre inovação e território a partir da constituição de redes de inovação que são territorializadas em seletivos espaços em diversas escalas geográficas”, [...] podendo assim analisar os contextos, cenários e percalços necessários para compreender a fundo o processo de inovação.

Nesse sentido, o debate sobre inovação na Geografia, visa analisar a relação entre inovação e território, destacando os aspectos espaciais da inovação, como a condição territorial de desenvolvimento³, integração de ciências regionais⁴ e políticas de base territorial⁵, analisando e compreendendo em seguida a complexa rede de relações que se estabelecem entre os diferentes atores e agentes. Dessa forma, a universidade é um dos agentes da inovação com papel importante de articulação, cooperação e complementaridade entre os demais agentes do Estado e empresas público/privadas, bem como na produção e difusão de conhecimento e inovação (GOMES, 2020).

Segundo Vale (2009), a produção e transferência de conhecimento permite aos agentes econômicos, especialmente às empresas, sustentarem as dinâmicas inovativas. As universidades são agentes, particularmente relevantes na geração de conhecimento, sobretudo nos setores baseados na investigação científica. Por isso, podemos ponderar sobre a universidade, como principal agente de criação e desenvolvimento de produção de conhecimento científico e tecnológico no cenário brasileiro, reforçando o papel dos ambientes acadêmicos na produção e difusão da inovação.

Neste aspecto, a inovação é um elemento crucial para a promoção do desenvolvimento econômico e social, oferecendo novas soluções para os desafios que a sociedade enfrenta, com destaque ao papel que as instituições de ensino superior têm desempenhado nesse processo.

Para compreender como a inovação tomou tamanha importância no cenário de desenvolvimento econômico e social, podemos citar Vale (2009, p. 10):

³ Condições territoriais de desenvolvimento, que podem incluir a disponibilidade de recursos, a presença de infraestrutura adequada e a proximidade de mercados.

⁴ Processo que integra diversas ciências regionais, proporcionando uma visão coerente e clara do desenvolvimento territorial

⁵ Políticas de base territorial ligadas aos sujeitos de inovação, projetadas para promover o desenvolvimento em áreas específicas

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 46, v. 4 - Vol. Esp. da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Pres. Prudente, p. 65-86, agosto/2024.

A evolução dos sistemas econômicos têm revelado a centralidade do conhecimento enquanto fator decisivo para o progresso tecnológico e inovação. Com o processo de desindustrialização das economias ocidentais acentuou-se esta tendência. No início dos anos 1970, Bell (1978) anunciava o fim das sociedades industriais típicas do capitalismo do século XX e a irreversibilidade da emergência da ciência e da tecnologia na sociedade do conhecimento. A economia dependeria menos do trabalho e do capital e mais do fator conhecimento, indispensável para a competitividade das empresas e para o desenvolvimento das economias regionais e dos Estados-nação.”

Com a transformação da sociedade industrial, baseada na fase de desenvolvimento econômico e social, caracterizada pela produção em massa e pelo emprego em larga escala em indústrias manufatureiras. Sendo argumentado que a sociedade industrial está dando lugar à sociedade pós-industrial, que é caracterizada pelo avanço do setor de serviços e das atividades de informação, que pode ser chamada como sociedade pós-industrial ou como sociedade do conhecimento. Conforme destaca Bell (1978), ocorreu o aprofundamento das pesquisas sobre inovação e o seus agentes de produção, tal como a universidade. Entendemos que considerando os múltiplos significados de inovação, deve-se entender que “considerando as múltiplas definições de inovação, [...] pode-se definir inovação como a efetiva implementação, com sucesso (valor agregado), de novas ideias, em um determinado contexto.” (AUDY, 2017), [...] na qual essa inovação pode ser separada em uma inovação incremental⁶ ou disruptiva⁷, seguindo exemplos de inovações incrementais a atualização de software e hardware de dispositivos eletrônicos, enquanto a inovação disruptiva pode ser uma política pública na qual auxilia na implementação de saneamento básico de um bairro, mudando drasticamente a realidade de uma determinada comunidade.

Na construção das formas evolutivas de inovação, tem a noção convencional sobre inovação, baseada apenas na inovação tecnológica e linear sobre pesquisa e desenvolvimento, uma visão sistemática da inovação, que mais recentemente, passou a englobar outras dimensões, reconhecendo o processo inovativo como um processo complexo e dinâmico que envolve diversas interações entre os atores envolvidos (FERRÃO, 2002).

Compreender os espaços inovativos torna-se fundamental ao entendermos são espaços geográficos, em que se concentram diversos agentes, que criam redes de cooperação

⁶ Inovação que implementa melhorias em um processo ou uma solução que já existe.

⁷ Inovação que produz uma nova solução, capaz de substituir produtos, serviços e problemáticas, rompendo paradigmas e criando novos cenários.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 46, v. 4 - Vol. Esp. da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Pres. Prudente, p. 65-86, agosto/2024.

e relacionamentos caracterizados por diferentes níveis de complexidade, desde especialização à integração com outros espaços. Segundo Gomes (2019; 2020) podem ser chamados de “espaços híbridos da inovação”, os ambientes em que a partir da análise da dimensão espacial da inovação e do papel dos agentes produtores do espaço de inovação, sendo eles os, parques tecnológicos, incubadoras de base tecnológica e espaços de *coworking*.

Na formação de ambientes de inovação a interação entre os agentes é de suma importância, pois são esses ambientes em contatos diretos com seus agentes que proporcionam o espaço favorável para o processo inovativo, sendo possível apontar tais constatações por meio da troca de dados entre os agentes inovativos e pela produção da informação inovativa no espaço de contato entre estes protagonistas da inovação. Etzkowitz e Leydesdorff (1995) destacam o modelo tríplice hélice, um modelo de colaboração entre a universidade, o setor empresarial e o governo.

Visualizando os tipos, formas, relações e espaços da inovação, podemos construir uma profunda base de estudos e análises sobre como a universidade contribui na produção e difusão do tema. Isso pode ser percebido através da observação dos resultados alcançados em pesquisas nas instituições de ensino superior, compreendendo sua multidimensionalidades dos mais diversos campos das ciências que a inovação pode ser produzida (ALMEIDA, 2012). Porém a análise mais complexa do cenário demonstra algumas restrições para agentes e espaços fora do ambiente acadêmico, sendo necessário pensar em parcerias com empresas, indústrias e demais entidades, público-privadas, público-público, desenvolver a extensão, entre outras, podendo ser possível a conexão com os grupos e parcerias de pesquisas, interações entre pesquisadores, professores, estudantes e setores produtivos.

Analisar criticamente os desafios enfrentados por estes agentes, demonstra-se de grande importância para a compreensão da totalidade no processo de produção da inovação. Portanto, entender a sofisticada relação entre universidade, governo e empresa, apontam características vitais para a elaboração do ato de inovar, visto que problemáticas e desafios ainda se mantêm sob esses atores. Sendo igualmente necessário uma melhor percepção da produção de inovação, a partir de problemáticas saltadas de fora da academia, principalmente pautadas na realidade social, na qual houve o processo inovativo a partir de um problema que partiu do senso comum, como por exemplo a prática de reciclagem para a reutilização dos materiais para produtos artesanais, demonstrando dessa forma como outros agentes

como sociedade civil e meio ambiente também desempenham papel fundamental na inovação.

Este ensaio foi elaborado a partir de debates e pesquisas bibliográficas buscando verificar como ocorre as pesquisas nos ambientes universitários são capazes de inovar e de que modo as instituições de ensino superior externalizam seus produtos e resultados à sociedade. Ademais, quais os mecanismos do poder público que contribuem para formação de ambientes de produção e difusão de inovações.

METODOLOGIA

Para a atingir os objetivos propostos, primeiramente realizamos um levantamento bibliográfico entre artigos em periódicos, capítulos de livros, dissertações e teses, no acervo da FCT UNESP⁸ de Presidente Prudente; assim como em indexadores acadêmicos, como o *Google Acadêmico*, *SciELO*, Periódicos CAPES e as bibliotecas digitais da UNESP e USP, a fim de realizar um aprofundamento teórico sobre o tema. Além disso, realizamos uma pesquisa exploratória sobre o objeto de estudo, pela coleta de dados qualitativos e quantitativos, sobre o papel da universidade na produção e difusão da inovação.

Essa revisão teórica está ligada às nossas palavras chaves: inovação, geografia da inovação, inovação, tríplice e quádrupla hélice, políticas públicas de inovação, inovação e universidades, ambientes de inovação, parques tecnológicos. Focamos em alguns espaços no estado de São Paulo, confrontando sua condição, seus indicadores e as revisões teóricas, tendo como enfoque na coleta de dados de indicadores de ciência, tecnologia e inovação em São Paulo, fornecido pela FAPESP (2010). Elencamos os parques: Parque Tecnológico SUPERA - USP (Ribeirão Preto), Parque tecnológico de São Carlos (Parqtec) - USP e UFSCar (São Carlos), Parque Científico e Tecnológico da Unicamp (Campinas), entre outros considerados os agentes atuantes dos espaços híbridos de inovação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Existem diversas definições sobre inovação, conforme abordaremos a seguir. A partir do pensamento de Schumpeter (1989), onde o autor define inovação como um processo de "destruição criativa", essa é uma definição caracterizada pela introdução de novas

⁸ Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Faculdade de Ciências e Tecnologias - Câmpus de Presidente Prudente / SP
Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 46, v. 4 - Vol. Esp. da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, câmpus de Pres. Prudente, p. 65-86, agosto/2024.

combinações de recursos e tecnologias que rompem com os métodos tradicionais de produção/utilização, estimulando à criação de novos produtos, serviços, processos ou modelos de negócios, tendo a inovação como chave elemento-chave no processo de desenvolvimento econômico. De maneira complementar, para Lencioni (2015a, p. 24):

[...] o que aparece como *novo* pode ser novo para o mercado, mas pode ser novo para uma dada empresa, quando ela adota algo que já existe no mercado, sendo novo apenas para ela. Em todos esses casos trata-se de inovação. Em outros termos, a inovação pode se relacionar a algo inteiramente novo ou algo novo apenas para uma empresa. Em síntese, a inovação pode se dar em relação a um produto ou a um processo.

Segundo Audy (2017, p. 75): “Inovação é mais do que a ideia, é ideia aplicada, executada”. Já de acordo com Ferrão (2002), a inovação deve ser transpassada de suas visões conceituais para uma visão sistemática, demonstrando que a construção do processo inovativo ocorre por meio da relação de diversos agentes de territórios divergentes entre si. Sua construção se deve pelo resultado de processos de interação de aprendizagem coletiva, havendo a separação de conhecimentos tácitos e codificados, em que suas principais diferenças são baseadas nos processos de desconstrução da sabedoria popular e de socialização do conhecimento, ligadas ao conhecimento tácito, contraposto do conceito do conhecimento codificado na qual se conecta com as bases tecnológicas e científicas, podendo também ocorrer uma classificação de interna ou externa dos ambientes da inovação ao analisar sua produção de dentro ou fora da organização.

Compreendendo que a geografia da inovação, envolve interações entre atores, territórios, redes e recursos financeiros que ocorrem em diferentes contextos espaciais (GOMES, 2020), deve-se apontar que o papel da geografia perante a inovação ultrapassa apenas as questões espaciais; contudo ela é a dimensão de análise, indicando as tipologias e os vetores fomentadores de cada tipo de inovação assim como os resultados gerados por elas. Em suma, entendemos que: “a geografia da inovação é marcada por uma clara concentração das atividades intensivas em conhecimento em diversas escalas de análise, desde a cidade ao Estado-nação.” (VALE, 2009, p. 11).

Segundo Audy (2017), os ecossistemas ou áreas da inovação são envolvidas pelos agentes produtores da inovação, emaranhados pela cultura de colaboração e compartilhamento de conhecimento, em que os atores interagem de forma intensa e colaborativa, possuindo elevada importância a diversidade de sujeitos e recursos

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 46, v. 4 - Vol. Esp. da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Pres. Prudente, p. 65-86, agosto/2024.

fundamentais para a dinâmica desses ecossistemas, permitindo a combinação de habilidades complementares e a formação de redes cooperativas. Sendo possível destacar as afirmações de Audy (2017) a partir dos dados retirados dos indicadores de ciência, tecnologia e inovação em São Paulo:

Quadro 01. Publicações em colaboração entre universidades e institutos de pesquisa paulistas indexadas nas bases de dados SCIE e SSCI, por tipo de instituição – Estado de São Paulo – 2002-2006.

Publicações com colaboração	Universidades ou faculdades públicas		Institutos de pesquisa públicos		Universidades ou faculdades privadas	
	Nºs Abs.	Contribuição (%) (1)	Nºs Abs.	Contribuição (%) (1)	Nºs Abs.	Contribuição (%) (1)
Total de publicações	35.594	100,0	4.400	100,0	1.770	100,0
Universidades ou faculdades públicas	4.105	11,5	2.033	46,2	1.215	68,6
Institutos de pesquisa públicos	2.033	5,7	232	5,3	163	9,2
Universidades ou faculdades privadas	1.215	3,4	163	3,7	63	3,6

Fonte: FAPESP (2010)

Quadro 02. Publicações de universidades públicas paulistas em colaboração indexadas nas bases SCIE e SSCI, segundo instituição e tipo de colaboração – Estado de São Paulo – 1998-2006

Instituição e tipo de colaboração	Período 1998-2002			Período 2002-2006		
	Nºs Abs.	Contribuição (%) (1)	Taxa de crescimento	Nºs Abs.	Contribuição (%) (1)	Taxa de crescimento
USP	13.454	100,0	50,8	20.306	100,0	46,5

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 46, v. 4 - Vol. Esp. da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Pres. Prudente, p. 65-86, agosto/2024.

ISSN: 2176-5774

Internacional	4.247	31,6	55,0	6.167	30,4	30,3
Interestadual	2 607	19,4	54,5	4 540	22,4	89,2
Intraestadual	2.715	20,2	96,3	4 906	24,2	64,5
Unicamp	5.756	100,0	45,9	8.040	100,0	41,0
Internacional	1 509	26,2	37,4	1.982	24,7	22,6
Interestadual	1.134	19,7	88,4	1.739	21,6	65,8
Interestadual	1.246	21,6	108,9	2.187	27,2	52,7
Unesp	3.730	100,0	70,2	5.840	100,0	44,7
Internacional	906	24,3	51,6	1.258	21,5	32,3
Interestadual	765	20,5	87,4	1.443	24,7	86,5
Interestadual	1.238	33,2	95,6	2.233	38,2	61,8
Unifesp	1.853	100,0	71,7	3.166	100,0	57,8
Internacional	575	31,0	86,7	858	27,1	41,9
Interestadual	369	19,9	142,6	676	21,4	64,0
Interestadual	491	26,5	73,0	936	29,6	97,7
UFSCar	1.844	100,0	61,6	2.401	100,0	10,5
Internacional	494	26,8	37,5	525	21,9	0,0
Interestadual	396	21,5	56,7	696	29,0	29,5
Interestadual	639	34,7	128,8	969	40,4	24,0

Fonte: FAPESP (2010)

Quadro 03. Patentes concedidas pelo USPTO para residentes no Brasil, segundo subdomínios tecnológicos do OST – 1974-2006.

Subdomínio tecnológico do OST (1)	Patentes concedidas pelo USPTO para residentes no Brasil				
	1974	1982	1990	1998	2006
Total	59	125	163	364	429
29. Consumo das famílias	12	9	17	29	38
20. Trabalho com materiais	0	18	0	33	35
12. Química de base	2	0	5	23	33
15. Biotecnologia	0	0	1	27	27
24. Motores-bombas-turbinas	0	0	18	4	27
26. Componentes mecânicos	8	11	13	30	26
7. Análise-mensuração- controle	3	0	1	12	22
16. Farmacêuticos-cosméticos	0	0	1	6	22
23. Máquinas-ferramentas	1	12	10	12	19

30. Construção civil	0	1	8	10	17
4. Informática	4	0	0	8	17
18. Procedimentos técnicos	3	12	4	21	15
17. Produtos agrícolas e alimentares	11	3	10	515	15
25. Procedimentos térmicos	1	2	3	6	14
10. Química orgânica	0	1	1	16	14
8. Engenharia médica	3	2	7	15	11
27. Transportes	7	1	1	7	11
22. Aparelhos agrícolas e alimentares	0	17	5	9	10
1. Componentes elétricos	2	9	13	33	9
19. Manutenção gráfica	1	4	10	19	8
14. Materiais-metalurgia	0	9	17	11	8
3. Telecomunicações	0	1	0	8	7

11. Química macromolecular	0	1	10	3	6
21. Meio ambiente-poluição	0	5	0	2	5
13. Tratamento de superfícies	0	7	5	30	5
2. Audiovisual	0	0	1	4	4
6. Óptica	1	0	0	5	3
28. Espacial-armamentos	0	0	2	0	1
5. Semicondutores	0	0	0	0	0
9. Técnicas nucleares	0	0	0	0	0

Fonte: FAPESP (2010)

Portanto, reconhecemos a universidade como, um dos grandes agentes desses ecossistemas, formando as condições adequadas para os integrantes universitários explorarem, avaliarem e potencializarem o conhecimento, buscando que o mesmo seja transformado e aplicado conforme a realidade da sociedade.

Para Suzigan e Albuquerque (2008), apesar da debilidade brasileira na criação de pontos de interações eficientes para a produção de inovação, destacadas pelas dificuldades e disparidades sócio-territoriais regionais, municipais e estaduais. Os autores ressaltam a interação entre universidades e empresas nas relações sociais e econômicas, por meio do esforço contínuo das instituições para o desenvolvimento do processo tecnológico e inovativo, podendo ser exemplificado a partir dos espaços de conexão e interação entre os agentes inovadores (pesquisadores, investidores, líderes políticos, entre outros).

Ao analisarmos o ambiente de inovação e os agentes que tornam o processo de inovação contínuo, percebemos que suas formas e conexões são vitais para o desenvolvimento inovativo, onde Etzkowitz (1995 e 2000) elabora o conceito de tríplice hélice, caracterizado pela relação entre universidades, governo e empresas para a criação da inovação, possuindo as instituições de ensino superior o papel de fornecedores de recursos intelectuais e humanos para os demais atores.

É provável que uma "hélice tripla" de relações entre o mundo acadêmico, a indústria e o governo seja uma componente essencial de qualquer estratégia de inovação nacional ou multinacional no final do século XX. A ênfase nas interações entre as instituições de investigação fundamental "do lado da oferta" e as empresas não se tem refletido apenas nas políticas tecnológicas, mas também nos estudos tecnológicos. (ETZKOWITZ e LEYDESDORFF, 1995, p. 2)

Porém, após novas análises dos agentes de inovação, forma-se a necessidade de atualizar esse estudo para quádrupla hélice, com a adição de mais duas entidades que fomentam diretamente na inovação, sendo eles a sociedade civil, que atuam e também moldam os territórios em que ocorrem e resultam da inovação, incluindo as organizações sem fins lucrativos, grupos comunitários e cidadãos individuais; a outra é o meio-ambiente, envolvendo suas perspectivas condicionantes ambientais e ecológicas, de conscientização e desenvolvimento sustentável para os meios da inovação (CARAYANNIS, BARTH E CAMPBELL, 2012). Sendo a Quádrupla Hélice, a sociedade civil como um quarto componente do modelo de inovação, promovendo a participação e engajamento social, e a Quíntupla Hélice, o meio ambiente como um quinto componente, destacando a importância da sustentabilidade e responsabilidade ambiental nas práticas inovadoras.

No Brasil com a criação da Lei da Inovação, passou a ser obrigatório os NITs nas universidades. Incentivos das secretarias de desenvolvimento dos estados para criação de parques tecnológicos. As universidades tiveram papel de relevância na organização e formação destes espaços da inovação, pois são nos espaços fomentados pela universidade, que surgem a maioria dos parques tecnológicos, como por exemplo Parque Tecnológico SUPERA - USP (Ribeirão Preto), Parque tecnológico de São Carlos (Parqtec) - USP e UFSCar (São Carlos), Parque Científico e Tecnológico da Unicamp (Campinas), entre outros.

Para Reghelin (2022) destaca que há uma necessidade contínua das universidades na construção de interações com a comunidade fora dos ambientes acadêmicos, criando uma

aproximação e facilitação do processo de aprendizagem e transposição do conhecimento científico, impactando na sociedade.

Atualmente, as universidades se despontam como protagonista da nova sociedade do conhecimento como pode ser visto a partir do relatório da empresa Clarivate Analytics (2019) sobre pesquisa e ciência no Brasil:

Examinando os cinco mais produtivos Comparações das categorias de pesquisa da CAPES pode ser traçado entre o institucional produção e o impacto da citação de artigos publicados entre 2013 e 2018. A análise é dividida em duas organizações: universidades e institutos de pesquisa. Os 15 mais produtivos universidades e 10 institutos de pesquisa são examinados. Embora as universidades tenham áreas de ênfase, a maioria delas realiza pesquisas em cada uma das cinco categorias de pesquisa da CAPES. Em contrapartida, as instituições de investigação, com duas exceções notáveis, foram estabelecidas para concentrar-se em áreas específicas de pesquisa, que são evidentes a partir da distribuição de suas pesquisas de produção nas cinco categorias da CAPES.

Para tanto, as universidades além de serem formadoras de recursos humanos, possuírem ambientes para a fomentação de pesquisa e desenvolvimento, interligando o financiamento do Estado e empresas, na qual pode resultar na formação de parques tecnológicos, laboratórios de pesquisa e outros, também possuindo a principal característica a transferência desses conhecimentos para a sociedade e demais atores fomentadores da inovação, podendo ser exemplificado a partir da fermentação de empresas nas incubadoras dos parques tecnológicos, projetos de extensão para determinada comunidade, e assim por diante (AUDY, 2017).

Compreendendo o protagonismo gerado pelas universidades no desenvolvimento científico, observa-se o contemplamento da inovação nas instituições de ensino superior quando estas criam ambientes favoráveis para o processo inovativo e com o desenvolvimento do capital humano (ETZKOWITZ, 2000). Ocorre-se a externalização e transferência das produções tecnológicas, científicas e conseqüentemente inovadoras das universidades por meio criação de empresas de base tecnológica, da participação em projetos de cooperação com empresas ou do desenvolvimento de soluções inovadoras que atendam às demandas da sociedade, sendo essas transposições transformadoras de seu espaço e atribuindo a universidade como agente potencializador de transformação social e econômica por meio da inovação (FAVA, 2000).

No Brasil, é possível compreender a magnitude que a universidade (especialmente às universidades públicas) possui com a inovação, criando desde inovações incrementais a inovações disruptivas, desenvolvendo novos tipos de produção de conhecimento e ambientes propícios para a produção de inovação, como podemos ver na sua materialização dos parques tecnológicos.

O Estado tem um papel importante na produção da inovação brasileira, seja através das universidades, seja as políticas públicas de incentivo à inovação, seja as instituições de fomento à pesquisa, como CNPq, FAP's (como a Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo [FAPESP]), além dos próprios governos estaduais, municipais com a criação de programas de apoio e incentivos à criação de ambientes de inovação, sendo possível exemplificar tais medidas com a criação da Lei de Inovação, em 2004, que propôs a obrigatoriedade da instalação dos NITs (Núcleos de Inovação Tecnológica) ou em casos regionais, com a Lei Paulista de Inovação nº 1.049/2008, na qual visa a estimular as instituições (universidades, institutos de pesquisas e centros de conhecimento), empresas, pesquisadores públicos e inventores a participar do processo de inovação tecnológica a partir de investimento de capital direto e criação de espaços propícios à inovação.

De acordo com o Sistema Paulista de Parques Tecnológicos (SPTEC), os parques tecnológicos:

[...] são empreendimentos para a promoção de ciência, tecnologia e inovação. São espaços que oferecem oportunidade para as empresas do Estado transformarem pesquisa em produto, aproximando os centros de conhecimento (universidades, centros de pesquisas e escolas) do setor produtivo (empresas em geral). Esses ambientes propícios para o desenvolvimento de Empresas de Base Tecnológica (EBTs) e para a difusão da Ciência, Tecnologia e Inovação transformam-se em locais que estimulam a sinergia de experiências entre as empresas, tornando-as mais competitivas. (ESTADO DE SÃO PAULO, 2016 apud GOMES, 2020).

Gomes (2020, p. 140), analisando a dimensão espacial da inovação e o papel dos agentes produtores do espaço de inovação, considera como “espaços híbridos da inovação” os ambientes inovadores, entre parques tecnológicos, incubadoras de base tecnológica e espaços de *coworking*.

Os parques tecnológicos possuem como função a alta produção de soluções, juntamente com o papel de desempenho no território, atraindo investimentos público e privado, indústrias, universidades em que são presentes, da qual objetificam o favorecimento

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 46, v. 4 - Vol. Esp. da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Pres. Prudente, p. 65-86, agosto/2024.

da geração, fortalecimento de novos empreendimentos de base tecnológica, difundir o empreendedorismo e contribuir com a transferência de tecnologia por meios dos processos inovativos (CRUZ, REZENDE, MENEZES, SANTOS, 2022).

Para Audy e Piqué (2016), os parques tecnológicos, além de integrarem os ecossistemas (ou áreas) de inovação, também se interligam com os mecanismos de geração, na qual ocorre a fusão entre essas duas dimensões que ao final se caracterizam no chamado ambiente inovativo. Audy define a importância dos ambientes inovadores por elementos como um espaço físico adequado, infraestrutura tecnológica, redes de relacionamento, interação entre diferentes disciplinas e atores, além de uma cultura organizacional favorável à inovação, sendo estes ambientes capazes de atrair talentos, promover a troca de conhecimento e facilitar a transferência de tecnologia entre universidade, empresas e governo.

Enquanto Josep Piqué, enfatiza nos *clusters*⁹ e suas importantes vantagens em função da proximidade física, troca de conhecimento e informações, acesso a recursos compartilhados e a cooperação em projetos de pesquisa e desenvolvimento, sendo os *clusters* ambientes que estimulam a competitividade e a inovação em um determinado setor ou região.

Por fim, podemos analisar os apontamentos de Boschma (2005) ao examinar diferentes perspectivas teóricas e empíricas, conceituando as proximidades geográficas e seus impactos com a inovação, abordando a proximidade em diferentes níveis espaciais, como apontadas a partir dos parques tecnológicos, laboratórios de pesquisa projetos de extensão, entre outros na qual destaca simultaneamente o papel das redes sociais para conexões organizacionais e troca de conhecimento na criação de ambientes propícios à inovação, argumentando posteriormente que a proximidade geográfica não é um fator isolado, concluindo com a importância das políticas públicas e governança regional na promoção da inovação, realçando assim os papéis dos agentes estatais e empresariais em conjunto com a universidade na produção e difusão da inovação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando analisado o papel da inovação na sociedade do conhecimento, torna-se visível a importância das universidades no âmbito da produção e do avanço científico-

⁹ Concentração espacial de empresas, instituições de pesquisa, universidades e outras organizações que criam redes de conexões colaborativas de produção e desenvolvimento.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 46, v. 4 - Vol. Esp. da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Pres. Prudente, p. 65-86, agosto/2024.

tecnológico, especialmente quando voltamos nossa atenção para o contexto nacional das universidades públicas.

Considerando o histórico industrial e tecnológico das universidades, juntamente com as políticas implementadas para fomentar a colaboração entre os setores acadêmico, empresarial e governamental (modelo tríplice hélice), testemunhamos a efetivação da produção e disseminação da inovação por meio dos parques tecnológicos. Vale ressaltar que muitas vezes esses parques têm sua origem nos espaços fomentados pelo ensino superior, apontando, assim, a importância vital dessas instituições ao longo de todo o ciclo de inovação que sustenta a sociedade do conhecimento contemporâneo.

Além disso, a integração efetiva entre as instituições acadêmicas e os parques tecnológicos contribui não apenas para a geração de conhecimento avançado, mas também para a sua aplicação prática e comercialização, promovendo a transformação de pesquisas nas mais diversas concepções de inovações, tais como a inovação incremental (como atualização de produtos ou serviços), ou na culminação de uma inovação disruptiva (como a aplicação de uma política pública).

Observando nos espaços híbridos da inovação, a interseção entre conhecimento acadêmico, demandas empresariais e ações governamentais, pode-se compreender como tais universidades e seus centros de pesquisas desempenham um papel fundamental na dinâmica do processo inovador. Esse ambiente propicia a convergência de ideias e recursos, impulsionando a criação de soluções práticas para desafios complexos. A colaboração estreita entre universidades, empresas e o governo torna-se um grande catalisador essencial para o desenvolvimento de tecnologias disruptivas, aderindo e gerando a promoção de avanços inovativos significativos na qual transforma a realidade daquela sociedade inserida.

REFERÊNCIAS UTILIZADAS:

AUDY, J. **A inovação, o desenvolvimento e o papel da Universidade.** Estudos Avançados, São Paulo, v. 31, n. 90, p. 75-87, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/rtKFhmw4MF6TPm7wH9HSpFK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 abr. 2023.

AUDY, J.; PIQUÉ, J. **Dos parques científicos e tecnológicos aos ecossistemas de inovação: Desenvolvimento social e econômico na sociedade do conhecimento.**

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 46, v. 4 - Vol. Esp. da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Pres. Prudente, p. 65-86, agosto/2024.

ISSN: 2176-5774

Brasília, DF : ANPROTEC, 2016. Disponível em:

<https://www.feevale.br/Comum/midias/684044bd-5e6b-4413-9a86-463e49c79d2a/parquescientificos.pdf>. Acesso em: 1 maio. 2023.

BELL, D. **O advento da sociedade industrial: uma tentativa de previsão social**. São Paulo: Cultrix, 1978. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/110246678/BELL-Daniel-O-Advento-Da-Sociedade-Pos-Industrial-Uma-Tentativa-de-Previsao-Social>. Acesso em: 21 jan. 2023.

BOSCHMA, R. Proximity and innovation: A critical assessment. **Regional Studies**, 39(1), 61-74. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/0034340052000320887>. Acesso em: 12 jun. 2023.

BRASIL. Lei n.º 10.973, de 2 de dezembro de 2004. **Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências**. Brasília: Presidência da República, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.973.htm. Acesso em: 28 ago. 2020. Acesso em: 1 jun. 2023.

CARAYANNIS, E; BARTH, T; CAMPBELL, D. The Quintuple Helix innovation model: global warming as a challenge and driver for innovation. Carayannis et al. **Journal of Innovation and Entrepreneurship**. 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/257884675_The_Quintuple_Helix_innovation_model_global_warming_as_a_challenge_and_driver_for_innovation. Acesso em: 04 abr. 2023.

CLARIVATE ANALYTICS. Research in Brazil: Funding excellence Analysis. **CAPES**, 2019. Disponível em: https://jornal.usp.br/wp-content/uploads/2019/09/ClarivateReport_2013-2018.pdf. Acesso em: 27 mar. 2024.

CRUZ, C.; REZENDE, M.; MENEZES, R.; SANTOS, M. Parques tecnológicos e inovação no Brasil: uma análise da produção científica. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**,

Boa Vista, v. 9, n. 27, p. 39–49, 2022. Disponível em:

<https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/575>. Acesso em: 2 de maio. 2023.

ETZKOWITZ, H.; ZHOU, C; Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo

universidade-indústria-governo. **Estudos avançados** 31 (90), Jul 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/4gMzWdcjVXCMp5XyNbGYDMQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 abr. 2023.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L, The Triple Helix - University-Industry-

Government Relations: A Laboratory for Knowledge Based Economic Development

(January 1, 1995). **EASST Review**, V. 14, N. 1, p. 14-19, 1995. Disponível em:

https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2480085. Acesso em: 03 abr. 2023.

ETZKOWITZ, Henry. The future of the university and the university of the future:

evolution of ivory tower to entrepreneurial paradigm. **Research Policy**, v. 29, n. 2, p. 313-330, 2000. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0048733399000694>. Acesso em: 03 abr. 2023.

FAPESP. INDICADORES DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SÃO PAULO 2010. Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação em São Paulo.

FAPESP, Indicadores. 2013. Disponível em: <https://fapesp.br/indicadores2010>. Acesso em 10 de abr. de 2023.

FAVA-DE-MORAES, F. Universidade, inovação e impacto socioeconômico. **São Paulo em Perspectiva. Fundação SEADE (São Paulo):** July 2000. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/spp/a/4FY7bXQX6nthzbyfXTJX7Cd/>. Acesso em: 10 de abr. 2023.

FERRÃO, J. Inovar para desenvolver: o conceito de gestão de trajetórias territoriais de

inovação. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. V. 3, N. 4, p. 17-26, Mar.

2002. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/285329448> Inovar para desenvolver O conceito de gestão de trajetórias territoriais de inovação. Acesso em: 30 de mar. 2023.

GOMES, M.T.S. **A Geografia da inovação e os agentes produtores dos “espaços híbridos da inovação”**. In GOMES, M.; TUNES, R.; OLIVEIRA, F. **Geografia da Inovação: Território, Redes e Finanças**. 1ª ed. Rio de Janeiro - RJ: Editora Consequência, 2020, p.137-181.

GOMES, M.T.S. **Espaço, inovação e novos arranjos espaciais: algumas reflexões**. In: OLIVEIRA, F. G. (org.). **Espaço e economia: Geografia econômica e a economia política**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2019, 1. v. p. 163-196.

GOMES, M.T.S O papel do estado e a formação de espaços híbridos de inovação em cidades médias brasileiras. **Revista GeoUECE**, v. 9, p. 63-80, 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/GeoUECE/article/view/3386>. Acesso em: 15 jun. 2023.

GOMES, M.T.S.; TUNES, R.; OLIVEIRA, F. **Geografia da Inovação: Território, Redes e Finanças**. 1ª ed. Rio de Janeiro - RJ: Editora Consequência, 2020.
IBGE. **Ribeirão Preto**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/ribeirao-preto.html>>. Acesso em: 19 jun. 2023.

GOMES, M. A inovação como conexão para o desenvolvimento de parcerias entre universidade-empresa. **Navus - Revista de Gestão e Tecnologia**. Florianópolis/SC, v.4, nº2, p.78-91, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3504/350450614007.pdf>. Acesso em: 15 de jun. 2023.

LEITE, D. Inovação na Universidade: a pesquisa em parceria. **Interações: Cultura e Comunidade**. São Paulo, v. 4, n. 7, p. 89-104, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/DtmJh5HLN7gLzGhN96ZW3sf/>. Acesso em: 30 maio. 2023.

LENCIONI, S. Região Metropolitana de São Paulo como centro da inovação do Brasil.

Cadernos Metr pole, 17(34), 317–328. 2015a. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cm/a/6wB7wQ64Bx6nL38yfRrgJhS/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 18 abr. 2023.

LENCIONI, S. Estado de São Paulo: lugar de concentra o da inova o e da intensidade tecnológica da indústria brasileira. In: SPOSITO, E.S., org. **O novo mapa da indústria no início do século XXI**:diferentes paradigmas para leitura das dinâmicas territoriais do Estado de São Paulo. São Paulo:Editora UNESP, 2015, p.12-34.

LEYDESDORFF, L. The mutual information of university-industry-government relations: An indicator of the Triple Helix dynamics. **Scientometrics**, v. 58, n. 2, p. 445-467, 2003.

Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/45888700_The_Mutual_Information_of_University-Industry-Government_Relations_An_Indicator_of_the_Triple_Helix_Dynamics.

Acesso em: 17 jun. 2023.

REGHELIN, G. **A inova o e as universidades públicas federais**. P2P E

INOVA O, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 104–120, 2022. Disponível em:

<https://revista.ibict.br/p2p/article/view/6020>. Acesso em: 19 de abr. 2023.

SCHUMPETER, J. **A Teoria do desenvolvimento econômico: uma investiga o sobre lucros, capital, crédito, juro e ciclo econômico**. São Paulo. 1989. Acesso em: 19 de abr. 2023.

SUZIGAN, W.; ALBUQUERQUE, E, **A intera o entre universidades e empresas em perspectiva histórica no Brasil**. Textos para Discussão Cedeplar-UFMG, Cedeplar,

Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em:

<https://EconPapers.repec.org/RePEc:cdp:texdis:td329>. 2008. Acesso em: 19 jun. 2023.

TUNES, R. Geografia da inovação: o debate contemporâneo sobre a relação entre território e inovação. **Espaço e Economia** [Online], 9. 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/2410>. Acesso em 30 de maio. 2023.

TUNES, R. **Geografia da Inovação: Território e Inovação no Brasil no século XXI**. São Paulo: Editora Contexto, 2015. Disponível em: https://www.observatoriodasmetroles.net.br/wp-content/uploads/2020/03/Geografia-da-Inova%C3%A7%C3%A3o-Territ%C3%B3rio-e-Inova%C3%A7%C3%A3o-no-Brasil-no-s%C3%A9culo-XXI_final.pdf. Acesso em: 17 de abr. 2023.

VALE, M. Conhecimento, Inovação e Território. **Finisterra**, [S. l.], v. 44, n. 88, 2009. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1364>. Acesso em: 9 abr. 2023.

VASCONCELLOS, M; GARCIA, M. Fundamentos de economia. São Paulo: **Saraiva**, 1998.

A CONTAÇÃO DE HISTÓRIA COMO ESTRATÉGIA PARA PROMOVER O ENSINO DE TEMÁTICAS FÍSICO-NATURAIS NAS AULAS DE GEOGRAFIA¹

Camila de Souza Pereira

Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, Brasil

E-mail: camila.s.pereira@unesp.br

Leandra Eduarda Fabri Rezende

Universidade Estadual do Norte do Paraná, Cornélio Procópio, PR, Brasil

E-mail: lefabrizende@gmail.com

Resumo

Contar histórias é uma forma ancestral de preservar saberes e desperta diferentes estímulos para o imaginário do sujeito. Por meio de uma história são narrados fatos, há a descrição de fenômenos e o desenvolvimento da criatividade e criticidade do leitor/ouvinte. Trata-se de potencialidades que podem ser exploradas em diferentes etapas da aprendizagem e com faixas etárias variadas. Partindo disso e mediante a complexidade de realizar uma transposição didática adequada sobre temáticas relativas à ciência geográfica, justifica-se a pertinência de relatar experiências acerca do uso da contação de história como recurso didático. Para isso, este trabalho tem como objetivo descrever a execução de duas intervenções que utilizaram como estratégia a contação para abordagem de temáticas físico-naturais com turmas da Educação Infantil e do Ensino Médio nas aulas de Geografia. Ambas as intervenções foram desenvolvidas durante o período de estágio e em instituições públicas de ensino. O período de aplicação foi logo após o isolamento imposto pela pandemia da Covid-19 e na retomada das aulas presenciais, uma situação que impôs desafios e acentuou a importância de planejar a execução de atividades pedagógicas no âmbito escolar.

Palavras-chave: Linguagem Literária; Didática; Ciência Geográfica; Ensino; Educação Básica.

STORY TELLING AS A STRATEGY TO PROMOTE THE TEACHING OF PHYSICAL-NATURAL THEMES IN GEOGRAPHY CLASSES

Abstract

Telling stories is an ancestral way of preserving knowledge and awakens different stimuli for the subject's imagination. Through a story, facts are narrated, phenomena are described and the creativity and criticality of the reader/listener is developed. These are potentials that can be explored at different stages of learning and with different age groups. Based on this and given the complexity of carrying out an adequate didactic transposition on themes related to geographic science, the relevance of reporting experiences regarding the use of storytelling as a teaching resource is justified. To this end, this work aims to describe the execution of two interventions that used storytelling as a strategy to approach physical-natural themes with Early Childhood Education and High School classes in Geography classes. Both interventions were developed during the internship period and in public educational institutions. The application period was shortly after the isolation imposed by the Covid-19 pandemic and the resumption of in-person classes, a situation that posed challenges and highlighted the importance of planning the execution of pedagogical activities at school.

Key words: Literary Language; Didactics; Geographic Science; Teaching; Basic Education.

¹ O artigo é uma revisão do trabalho publicado entre os Anais da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente-SP (2024).

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 46, v. 4 - Vol. Esp. da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Pres. Prudente, p. 87-102, agosto/2024.

EL CUENTO COMO ESTRATEGIA PARA FOMENTAR LA ENSEÑANZA DE TEMAS FÍSICO-NATURALES EN LAS CLASES DE GEOGRAFÍA

Resumen

Contar historias es una forma ancestral de preservar el conocimiento y despertar diferentes estímulos para la imaginación del sujeto. A través de una historia se narran hechos, se describen fenómenos y se desarrolla la creatividad y criticidad del lector/oyente. Estos son potenciales que pueden explorarse en diferentes etapas del aprendizaje y con diferentes grupos de edad. Con base en esto y dada la complejidad de realizar una adecuada transposición didáctica sobre temas relacionados con las ciencias geográficas, se justifica la relevancia de relatar experiencias respecto al uso del storytelling como recurso didáctico. Para ello, este trabajo pretende describir la ejecución de dos intervenciones que utilizaron el storytelling como estrategia para abordar temas físico-naturales con clases de Educación Infantil y Secundaria en las clases de Geografía. Ambas intervenciones se desarrollaron durante el período de pasantía y en instituciones educativas públicas. El período de postulación se produjo poco después del aislamiento impuesto por la pandemia de Covid-19 y el reinicio de clases presenciales, situación que planteó desafíos y destacó la importancia de planificar la ejecución de las actividades pedagógicas en la escuela.

Palabras-clave: Lengua Literaria; Didáctica; Ciencias Geográficas; Enseñando; Educación Básica.

Introdução

O ensino de Geografia é multiescalar e perpassa por diferentes temáticas. Considerando tal pluralidade, por vezes, os conteúdos discutidos em sala de aula são refletidos cotidianamente na vida dos alunos. Partindo desse pressuposto e baseando-se nas reflexões da Cavalcanti (2001), é reiterada a necessidade e a vantagem de valorizar as vivências dos alunos no processo de ensino e aprendizagem.

Para a autora supracitada, “é do confronto dessa dimensão do vivido com o concebido socialmente - os conceitos científicos - que se tem a possibilidade da reelaboração e maior compreensão do vivido [...]” (Cavalcanti, 2001, p. 148). Em suma, o excerto expressa a importância de relacionar as experiências cotidianas com os saberes científicos e as potencialidades que tal associação representa para a prática docente.

Nesse sentido, o local de vivência dos discentes se apresenta como o ponto de partida para desenvolver o conhecimento sobre o mundo e desenvolver reflexões críticas sobre o que os cerca. Ademais, é uma forma de promover a participação ativa em sala de aula, uma vez que o aluno é incentivado a falar sobre como aquele conteúdo está relacionado ao seu cotidiano, ou seja, uma maneira de expandir a relação que os alunos possuem com o local em que vivem (Freire, 1999).

Mas de que maneira é possível fomentar a associação, descrita no parágrafo anterior, durante as aulas de Geografia? Uma das possibilidades é por meio da contação de história, visto que se trata de uma forma lúdica de conduzir e dramatizar a apresentação do conteúdo, estimulando os alunos a estabelecer relações entre o real e a narrativa contada.

A contação de história, sejam elas fictícias ou não, é uma forma ancestral de preservar e repassar o saber popular. Em algumas culturas, por exemplo, é comum que anciãos sejam incumbidos de registrar e contar acontecimentos, além dos seus conhecimentos empíricos, para a comunidade (Sousa e Bernardino, 2011). Uma ação fundamental e que auxiliou no registro de conhecimentos e no desenvolvimento da humanidade em diferentes áreas como, por exemplo, na agricultura com a observação dos processos de germinação de sementes e muitos outros.

É, portanto, uma tradição oral que também apresenta potencialidades para ser desenvolvida em ambientes de ensino. Isso porque, apesar de não ser um costume inovador, o ato de contar histórias desperta imaginários e está intrinsecamente conectado a formação do indivíduo.

Nesse sentido, cabe ressaltar como a literatura se expressa como uma ferramenta para oportunizar o acesso ao conhecimento e estimular a criatividade ou, até mesmo, a criticidade do sujeito. De acordo com Villardi (1997, p. 2), “[...] para formar grandes leitores, leitores críticos, não basta ensinar a ler. É preciso ensinar a gostar de ler”, portanto ao contar e dramatizar uma narrativa o acesso a essa linguagem pode se tornar mais atrativo para o aluno. É partindo das vantagens de formar alunos leitores e críticos que a contação de histórias se mostra como uma possibilidade seja para alunos em fase de alfabetização ou para aqueles que estão nas últimas etapas da educação básica.

Desse modo, o objetivo deste trabalho é relatar duas ações que utilizaram como estratégia a contação de história para abordagem de temáticas físico-naturais com diferentes faixas etárias. As turmas contempladas pela atividade foram o primeiro ano do Ensino Médio - de uma escola estadual cívico-militar do município de Cornélio Procópio/PR, período matutino e com trinta e cinco alunos - e uma turma do Jardim III (5 a 6 anos) de uma escola do município de Ribeirão do Pinhal/PR. A temática escolhida em ambas às turmas, relativas aos aspectos físico-naturais da Terra, favoreceu o estabelecimento da relação entre o conteúdo das aulas e o cotidiano dos discentes envolvidos na intervenção.

Metodologia

Ambas as experiências didáticas relatadas neste artigo seguiram um planejamento próprio, permeando etapas que condiziam com a faixa etária dos alunos e com o objetivo proposto para a aula. No caso da intervenção pedagógica realizada com o primeiro ano do Ensino Médio a duração foi de oito semanas e permeou seis etapas principais, foram elas: 1) observações passivas durante as aulas ministradas pelo professor preceptor do estágio; 2) definição da temática da regência, alinhada a Base Nacional Comum Currículo - BNCC e dando continuidade ao conteúdo programático da disciplina. Para tanto, o tema desenvolvido foi relativo aos agentes externos modeladores do relevo e o processo de salinização do solo; 3) escolha dos materiais e recursos didáticos, incluindo o livro da contação de história; 4) aprofundamento teórico sobre o tema das aulas e a respeito dos recursos selecionados para a intervenção, utilizando autores como: Freire (1999), Cavalcanti (2001), Callai (2015) e Libâneo (1994); 5) planejamento das aulas e atividades; 6) desenvolvimento da ação em sala de aula.

Já com a turma da Educação Infantil a intervenção pedagógica durou aproximadamente doze semanas, percorrendo quatro etapas principais, sendo: 1) observação e coparticipação durante as aulas ministradas pela professora preceptora do estágio; 2) estudo sobre o Regimento e Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição de ensino em que o estágio estava sendo desenvolvido; 3) planejamento para a aula em que seria realizada a regência; 4) aplicação do plano de aula sobre a temática escolhida alinhada a Base Nacional Comum Currículo - BNCC. Neste caso, o tema proposto concerniu à biodiversidade presente no solo – microfauna, mesofauna, macrofauna e megafauna.

Desse modo, a abordagem metodológica deste trabalho configura-se como qualitativa e foi baseada em levantamentos e análises teóricas sobre a contação de história como possibilidade para promover o ensino de temáticas físico-naturais nas aulas de Geografia (Gil, 2004). Com a turma do Ensino Médio o tema principal da intervenção foram os agentes externos modeladores do relevo e o processo de salinização dos solos, para tanto houve a necessidade de aprofundar os conhecimentos teóricos e até mesmo práticos relativos ao conteúdo. Já com a turma da Educação Infantil a temática escolhida para a intervenção foi à biodiversidade do solo, abordando questões relacionadas ao meio ambiente e ações humanas que podem contribuir para uma sensibilização relativa aos elementos da natureza de modo geral.

Em ambas as intervenções foram selecionadas obras que contaram com a coautoria das estagiárias que conduziram a contação das histórias e as regências. Para o Ensino Médio foi utilizada a narrativa “Cadê a Água que estava aqui?” publicada no ano de 2021 e desenvolvida pelas escritoras Jully Retzlaf de Oliveira, Lygia de Oliveira Ribeiro, Camila de Souza Pereira e Leandra Eduarda Fabri Rezende. Já para a educação infantil o livro utilizado foi “A biodiversidade do solo: a vida sob os nossos pés”, cuja publicação ocorreu no segundo semestre de 2020 e contou com a participação das autoras supracitadas.

Desenvolvimento

A contação de história como instrumento didático para o ensino de Geografia.

Propiciar um envolvimento ativo dos alunos durante as aulas é um desafio e para isso são utilizadas diferentes estratégias. Uma das maneiras é aplicando os chamados recursos didáticos, que para Libâneo (1994) pode ser definido como materiais utilizados para conduzir o processo de ensino e aprendizagem. Um destes recursos são os livros de histórias - narrativas, poesias, fábulas, etc. - que podem ser utilizados tanto em sala de aula como extraclasse.

Especificamente no que se refere ao ensino de Geografia, utilizar a linguagem literária como recurso didático propicia um diálogo direto entre a temática trabalhada na narrativa e o contexto do conteúdo abordado em sala de aula. Visto que envolve a imaginação e interpretação do sujeito sobre o tema proposto. Nesse sentido, afirma-se que:

Pode-se conceber a arte e a literatura, como fonte para interpretar o espaço, pois a mesma manifesta a cultura humana e as diversas visões de mundo. Essa geografia direcionada para investigação humana que busca na literatura as representações espaciais promove a dialogicidade entre vários campos do saber, possibilitando o avanço da ciência, pois permite analisar os espaços em suas múltiplas significações (Garcia, 2019, p. 1778).

É, portanto, por meio da literatura que diferentes manifestações sociais são expressas no espaço. Cada frase que compõe uma narrativa – seja ela formal ou coloquial, fantasiosa ou verossímil - são impressões e leituras de mundo registradas em um determinado contexto. Desse modo, utilizá-las em sala de aula, sobretudo para a Geografia Escolar, possibilita entendimentos valiosos e a construção de diálogos sobre diferentes temas.

Mas qual faixa etária é a ideal para se trabalhar com o recurso supracitado? Depende do objetivo da aula e do perfil dos alunos, independente da idade ou nível escolar em que eles se encontram. Para tanto, conhecer previamente a turma e elaborar o planejamento da atividade é fundamental. Cabe salientar que a utilização de histórias no processo de ensino não deve se limitar apenas a disciplina de língua portuguesa/literatura, pois é possível explorar diferentes temáticas por meio desses materiais, conforme expresso no parágrafo anterior.

Nas aulas de Geografia, sobretudo para abordagem de temáticas físico-naturais, que por vezes são mais abstratas para os alunos, utilizar narrativas e outras linguagens literárias apresenta potencialidades. Nesse sentido, Callai (2015) destaca que ao trabalhar temas relativos à Geografia Física é essencial que haja uma valorização do espaço vivenciado pelos alunos promovendo, desse modo, uma apreensão holística. Trata-se de uma maneira de mostrar a aplicabilidade do conteúdo e de envolvê-los com o fato narrado. Também é possível, por meio da história, despertar uma identificação com as ações descritas no livro e propiciar uma reflexão crítica, além de mudanças atitudinais, sobre o assunto.

Um relato de experiência acerca do uso contação de história como recurso para aulas de Geografia do Ensino Médio

Durante a intervenção pedagógica, promovida no estágio curricular supervisionado e realizada no ano de 2022 com uma turma do primeiro ano do Ensino Médio, buscou-se firmar uma conexão entre o espaço vivenciado pelos alunos e o conteúdo das aulas. Para tanto, no período de observação passiva das aulas conduzidas pelo professor preceptor, foi necessário identificar alguns traços e características dos alunos. Por se tratar de um momento em que eles estavam passando por um processo de readaptação ao ensino presencial, foi necessário tomar certos cuidados para selecionar recursos didáticos e priorizar os que não envolvessem o uso de telas.

A sobrecarga em relação ao excesso de recursos audiovisuais foi explicitada em diversos momentos pelos próprios alunos. Devido a essa condição, optou-se por não utilizá-los e como alternativa foi apresentada a possibilidade de incluir o uso de narrativas curtas durante as aulas, uma proposta bem aceita e que para agregar dinamismo contou ainda com a contação de história.

Antecedendo a contação foram realizadas aulas expositivas dialogadas abordando os agentes externos modeladores do relevo, uma continuidade ao que eles já estavam estudando com o professor preceptor e em concordância com o conteúdo programático da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Quadro 1) e da instituição de ensino.

Quadro 01. Trecho da BNCC que corresponde à intervenção (Geografia – Ensino Médio)

Área do Conhecimento	Competências	Habilidades
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas no Ensino Médio	Competência Específica 1	<p>(EM13CHS101) Analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão e à crítica de ideias filosóficas e processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.</p> <p>(EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de natureza qualitativa e quantitativa (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos, gráficos, mapas, tabelas etc.).</p> <p>(EM13CHS106) Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica e de diferentes gêneros textuais e as tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.</p>
Ciências da Natureza e suas Tecnologias no Ensino Médio	Competência Específica 1	<p>(EM13CNT105) Analisar a ciclagem de elementos químicos no solo, na água, na atmosfera e nos seres vivos e interpretar os efeitos de fenômenos naturais e da interferência humana sobre esses ciclos, para promover ações individuais e/ou coletivas que minimizem consequências nocivas à vida.</p>

Fonte: Adaptado de Base Nacional Comum Curricular - BNCC, 2018.

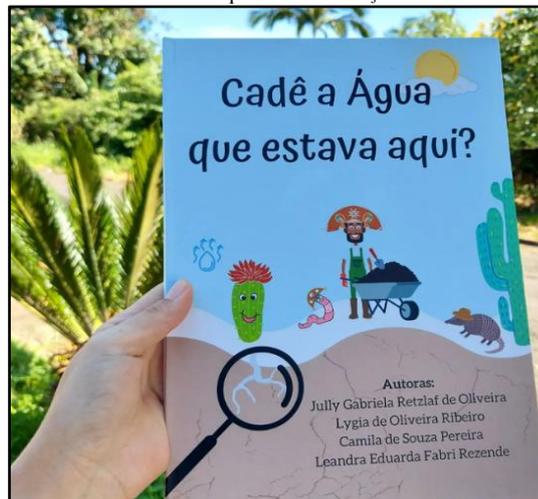
As competências da Base Nacional Comum Curricular – BNCC presentes para o planejamento da atividade abrangeram as áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Ciências da Natureza e suas Tecnologias. Para o Ensino Médio as habilidades são

abrangentes e o conteúdo programático da escola, no caso da intervenção realizada, auxiliou para que ocorresse seu delineamento. Contudo, no que se concerne a escolha do recurso didático as habilidades descritas no documento deixam explícita a importância de utilizar diferentes linguagens para promover o ensino, o que foi priorizado com a contação de história.

Ainda em relação ao conteúdo da aula, a ênfase foram os processos erosivos (pluviais, fluviais, eólicos, marinhos, glaciais e antrópicos) e para exemplificar a ocorrência das ações foram impressas e distribuídas fotografias para os alunos. Como a escola estava localizada no município de Cornélio Procópio/PR que sofre, predominantemente, com a erosão pluvial e de caráter antrópico, foram selecionadas imagens que representavam o fenômeno no referido recorte espacial.

A explicação sobre os processos erosivos despertou nos alunos inúmeras curiosidades, o que permitiu o tangenciamento para outras temáticas que envolviam mudanças de aspectos físicos da Terra e também sobre a interferência humana nessas ações. Aproveitando a margem dada pelos discentes e buscando incluir a contação de história na intervenção, foi selecionada a obra “Cadê a água que estava aqui?” (Fig. 1) para conduzir a última parte da intervenção pedagógica.

Figura 01. Capa do livro escolhido para a contação de história no Ensino Médio



Fonte: As autoras (2023)

O referido livro narra, de forma sintética e utilizando personagens ilustrados, o processo de salinização do solo no semiárido brasileiro. Um assunto pertinente a nível global

e que foi tema do Dia Mundial do Solo no ano de 2021, promovido pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO (ONU Brasil, 2021).

Na história, cuja personagem principal é uma minhoca que narra os efeitos da salinização em seu local de vivência, enfatiza-se a interferência das ações antrópicas no meio. A minhoca, durante sua caminhada, encontra vários seres que padecem diante da falta de nutrientes proveniente da salinização e firma diálogo com um agricultor que explica como ele influenciou para que aquilo acontecesse e as ações que ele adota para mitigar os efeitos e promover uma sensibilização sobre o tema – uma tentativa de se redimir diante do que aconteceu. Foi o personagem favorito da turma e que carregava um apelido, “Zé do Mato”, que os divertiu e favoreceu a fixação da história.

Até aquele momento a turma não conhecia a temática e acharam interessante, e ao mesmo tempo preocupante, saber que a salinização dos solos também ocorria no Brasil. Como atividade eles preencheram uma ficha (Quadro 2) durante a leitura da obra e todos obtiveram excelentes resultados, compreendendo os aspectos centrais retratados na história.

Quadro 02. Ficha de Leitura para o Ensino Médio

FICHA DE ATIVIDADE
Nome completo:
O que causou a degradação do solo na história?
Cite uma ou mais atitudes de cuidado com o solo, conforme o que foi mostrado na história.

Fonte: Os autores, 2022.

No que concerne à primeira questão todos foram assertivos ao responderem que o que causou a degradação do solo, de acordo com a história, era o processo de salinização. Referente à segunda questão as respostas variaram, contudo todos citaram exemplos de atitudes, descritas ao longo da narrativa, que contribuem para o cuidado com o solo. Demonstrando que os alunos ficaram atentos a contação e ao que estava sendo retratado pelo livro.

Foi um momento da disciplina que fugiu do convencional e do que eles vivenciavam no ensino remoto, o que incentivou uma troca e gerou curiosidade entre os envolvidos na atividade. Por se tratar de uma turma comunicativa muitos comentários, para além do que

ficou registrado na ficha de leitura, levantaram discussões ricas e pertinentes sobre a importância do solo e os inúmeros tipos de degradação que ele pode sofrer.

Após a contação e a discussão a respeito das questões colocadas na ficha de leitura, dois exemplares do livro físico foram entregues para que os discentes pudessem folhear e observar as ilustrações que estavam presentes no material. Além dos questionamentos relativos ao conteúdo presente na narrativa, os alunos demonstraram interesse em saber como eram realizadas as ilustrações presentes no livro e o que elas representavam. Tais dúvidas surgiram, pois foi naquele momento eles notaram que as autoras do livro eram responsáveis pela intervenção. Identificar a autoria após a contação fomentou nos alunos ainda mais interesse e curiosidades, contudo, cabe salientar que a contação por si só foi bastante produtiva.

Um relato de experiência acerca do uso contação de história como recurso para aulas de Geografia da Educação Infantil

A etapa da Educação Infantil costuma ser marcada pela participação ativa das crianças, por meio de perguntas, comentários e outros diálogos. Para a turma do Jardim III a proposta de intervenção teve como um dos recursos à obra “A Biodiversidade do Solo: a vida sob nossos pés”. Uma discussão de grande relevância internacional e que foi tema do Dia Mundial do Solo de 2020, promovido pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO (ONU Brasil, 2020).

A história infantil “A Biodiversidade do Solo: a vida sob nossos pés” aborda a temática da biodiversidade dos solos partindo da microfauna até a megafauna, a narrativa se desenvolve de forma semelhante à obra utilizada com o Ensino Médio, variando em quantidade de personagens e na linguagem empregada - neste caso a história é narrada em quadrinhos e com balões de diálogo, diferente da estrutura adotada para a obra “Cadê a água que estava aqui?”. Pensando no nível de complexidade e buscando se adequar a faixa etária dos alunos, a obra apresenta diversas ilustrações que contribuem com a aprendizagem por meio da linguagem visual.

O tempo de contação da história se desenvolveu da seguinte forma: 1) convite para que os alunos se sentassem em círculo; 2) contação da história com entonação de personagens, buscando cativar e envolver os alunos; 3) abertura de momentos para perguntas e apresentação das imagens presentes no livro; 4) apresentação das autoras da obra e

comentários sobre ter feito parte da elaboração do livro, especialmente na parte de desenhos, algo que eles acharam muito legal e ficaram animados com a ideia de poder desenhar também; e 5) o último momento foi o convite para que eles fizessem um desenho sobre a história, pensando em partes que mais chamaram a sua atenção, nesse momento o livro foi deixado no chão à disposição para que eles pudessem pegar e folhear novamente. A capa do livro utilizado na intervenção (Fig. 2) era de capa dura, o que facilitou o manuseio entre as crianças. Além disso, as ilustrações representando a biodiversidade eram com cores vivas e bastante expressivas.

Figura 02. Capa do livro escolhido para a contação de história na Educação Infantil



Fonte: As autoras (2023)

A proposta foi ao encontro de uma necessidade da turma, considerando que eles gostavam bastante de socializar e expor seus pensamentos sobre as atividades, buscando entender o que estavam ouvindo e visualizando. A história contribuiu, nesse sentido, para que cada uma tivesse seu momento de fala, de questionamentos, e, até mesmo, reflexão sobre o que estava sendo apresentado por meio da história.

As estratégias adotadas durante a contação também foram muito úteis, envolvendo alunos desde a sua organização na sala, dúvidas, comentários e atividades práticas por meio dos desenhos. Desse modo, a proposta visou contemplar o máximo do desenvolvimento dos alunos nos anos iniciais, fortalecendo o pensamento crítico e reflexivo (Pontes, 2020).

Tratou-se de um momento onde as crianças se sentiram motivadas e foi possível observar que todas estavam atentas com a história, até mesmo as que tinham mais

dificuldades de concentração, conforme observado em aulas anteriores. Em outras situações quando um aluno falava o outro começava a conversar também, mas durante a história quando um começava a falar o próprio colega pedia para que o outro esperasse terminar a história. Ao propor a atividade de desenho alguns alunos ficaram pensativos se fariam ou não, mas quando foi apresentado o papel cartão para que fizessem o desenho a expressão mudou. Essa estratégia de levar um papel maior que o A4 também foi interessante, pois foge do formato de atividade que eles fazem diariamente.

Considerações gerais sobre o uso da contação de história como estratégia para o ensino de temáticas físico-naturais

Como mencionado neste artigo, ambas às obras literárias utilizadas nas intervenções foram desenvolvidas para a comemoração do Dia Mundial do Solo promovido pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO. O evento é realizado desde 2014 e, dentre as inúmeras ações realizadas ao redor do mundo com o propósito de sensibilizar a sociedade sobre a importância do solo, promove um concurso de livros. Vale ressaltar que em cada edição do Dia Mundial do Solo elege-se uma temática norteadora e com base nela são desenvolvidas ações e materiais didáticos ao redor do mundo.

Ao levar a referida comemoração para a sala de aula, ainda que em diferentes momentos do ano letivo, oportuniza-se a aplicação dos recursos desenvolvidos pelos pesquisadores e até mesmo a criação de novos. É ainda uma maneira de instigar reflexões críticas sobre o tema e promover mudanças atitudinais entre os alunos envolvidos com as ações. Ao longo das intervenções realizadas com o ensino médio e educação infantil tais possibilidades foram evidenciadas e os objetivos da proposta foram alcançados.

Em cada comentário e dúvida proferida pelos alunos, independente de estarem corretos ou não, havia um claro interesse em compreender as ações e fenômenos explicitados. Ademais, eles refletiam organicamente sobre maneiras de mitigar os impactos ambientais e se colocavam no centro das problemáticas quando estas eram, direta ou indiretamente, de caráter antrópico.

As características do comportamento e desenvolvimento das duas turmas envolvidas com as intervenções revelam a importância de promover um ensino de temáticas físico-naturais que considere o local de vivência dos alunos, além de instigar reflexões críticas relativas ao tema. Para Suertegaray e Nunes (2001), o ensino de Geografia Física é o estudo

da natureza e sua dinâmica, enfatizando seus componentes e suas interações na análise. Portanto, é fundamental que os alunos tenham capacidade de interpretar e contextualizar o dinamismo presente no espaço, sobretudo no que eles estão inseridos.

Corroborando com as discussões do parágrafo anterior, os autores supracitados apontam que:

Se o momento presente tem levado muitos geógrafos a privilegiar a escala local e não tanto a regional é porque os problemas socioambientais tornam-se mais visíveis e crônicos no lugar. A partir do lugar construiu-se o mundo e a natureza global. Por consequência, os problemas ambientais locais tornaram-se, por força de sua lógica construtiva, planetários (Suertegaray; Nunes, 2001, p. 18).

Reafirmando a maneira como foram conduzidas as atividades relatadas neste trabalho, observa-se a possibilidade de expandir as discussões iniciadas em âmbito local para outros recortes como, por exemplo, o regional, o nacional e, até mesmo, o global. Foi o que aconteceu com a turma do primeiro ano do Ensino Médio que iniciou as aulas estudando os processos erosivos que aconteciam em Cornélio Procópio/PR e foram imersos a uma contação de história que relatava uma problemática cuja ocorrência era no semiárido pernambucano e que também ocorre em outras partes do mundo.

Além disso, cabe ressaltar que apesar de serem fictícios os personagens da narrativa utilizada em sala de aula geraram comoção e conexão entre os alunos. Assim, a proposta de realizar a contação de história com uma turma já na reta final do ensino básico foi significativa e revelou as potencialidades para a aplicação do recurso em uma fase em que ela não é comumente desenvolvida.

Para a turma do Jardim III da Educação Infantil o resultado não foi diferente e os alunos foram envolvidos ativamente na atividade. Por meio dos desenhos realizados pelas crianças ficou evidente a apreensão da história e das ilustrações presentes no livro. Desse modo, eles compreenderam a importância do solo e a enorme manifestação de vida que nele ocorre.

Embora o ensino de Geografia não seja estimulado nos anos iniciais, com o desenvolvimento da intervenção ficou evidenciada a importância de promovê-lo. Uma vez que eles se mostraram, após o desenvolvimento da ação, engajados com a temática e até mesmo preocupados em “proteger” os seres vivos retratados no livro. Uma forma única de

enxergar um recurso natural presente cotidianamente na vida deles, ainda na infância, e que por vezes passou despercebido.

Conclusões

Mediante as discussões levantadas neste trabalho, observa-se a relevância da contação de história como instrumento pedagógico para dois públicos distintos e em diferentes etapas escolares. Em ambos os casos descritos a participação dos alunos foi dinâmica e houve uma identificação com os conteúdos abordados, além de uma reflexão crítica a respeito das temáticas.

Para o primeiro ano do Ensino Médio, em que a contação de história não é habitualmente realizada, a narrativa “Cadê a água que estava aqui?” possibilitou um entendimento acerca de um tema que até então era desconhecido pelos alunos. A partir disso, eles souberam do que se tratava o processo de salinização do solo, como ele se manifestava na prática, seus impactos e como a sociedade estava envolvida com a ocorrência de tal ação. Uma maneira efetiva de iniciar a aula e promover um envolvimento ativo dos discentes.

Ademais, a partir da intervenção pedagógica realizada no primeiro ano do Ensino Médio, foi possível estabelecer uma conexão entre a linguagem literária e a ciência geográfica. Uma interdisciplinaridade que permitiu explorar a capacidade dos alunos de interpretação e, até mesmo, contextualização do conteúdo discutido. Por meio das fichas respondidas e observando o envolvimento ativo durante as aulas foi possível concluir que os objetivos traçados com a intervenção foram alcançados.

Para o Jardim III na Educação Infantil, embora a contação de história seja algo mais comum, observa-se que nem sempre ela é feita com uma intencionalidade pedagógica. Ao contar a história e possibilitar momentos para que os alunos pegassem o livro, observassem as ilustrações, refletissem sobre a mensagem que ele apresentava a discussão agregou valores educacionais inestimáveis.

Com a narrativa “A biodiversidade do solo: a vida sob nossos pés” os alunos do Jardim III puderam conhecer mais sobre algo que faz parte de seus cotidianos e que é inerente a vida: o solo. Uma atividade, portanto, que resgatou a importância de promover uma sensibilização ambiental e que, desde a primeira etapa do ensino regular, desperta o olhar geográfico.

Desse modo, observa-se que uma das responsabilidades sociais da Geografia Brasileira diante das transformações contemporâneas é se fazer presente de forma efetiva em todas as etapas da Educação Básica, pois é possível abordar dinâmicas da natureza e questões ambientais desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. Estabelecendo critérios e abordagem que sejam adequadas para cada etapa educacional.

Referências

BRASIL, Ministério da Educação. Base nacional comum curricular. **Brasília-DF: MEC, Secretaria de Educação Básica**, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: dez. de 2023.

CALLAI, Helena Copetti. Temas e conteúdos no ensino de Geografia. **Currículo-Políticas Públicas e Ensino de Geografia**, v. 1, p. 213-230, 2015.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, Escola e construção de conhecimento**. 2001. Disponível em: <https://www.skoob.com.br/livro/pdf/geografia-escola-e-construcao-de-conhec/livro:65342/edicao:72159>. Acesso em: 31 out. 2023.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 23 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GARCIA, Gustavo Gabriel. LITERATURA COMO PROPOSTA DIDÁTICA PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA. **Anais do 14º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia: políticas, linguagens e trajetórias**, p. 1775-1786, 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. Os Métodos de Ensino. In: LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

OLIVEIRA, Jully Gabriela Retzlaf de; RIBEIRO, Lygia de Oliveira; PEREIRA, Camila de Souza; REZENDE, Leandra Eduarda Fabri. **Cadê a Água que estava aqui?** Pará de Minas: Virtual Books, 2021.

ONU - BRASIL. **Dia Mundial do Solo**: a biodiversidade do solo é a base da vida humana. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/fr/c/1361870/>. Acesso em: 11 nov. 2023.

ONU - BRASIL. **Dia Mundial do Solo**: pare a salinização do solo, aumente a produtividade do solo. Disponível em: <https://www.fao.org/global-soil-partnership/resources/events/detail/en/c/1372164/>. Acesso em: 11 nov. 2023.

PEREIRA, Camila de Souza; REZENDE, Leandra Eduarda Fabri; RIBEIRO, Lygia de Oliveira; Jully Gabriela Retzlaf de. **A Biodiversidade do solo: a vida sob nossos pés**. Pará de Minas: Virtual Books, 2021.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 46, v. 4 - Vol. Esp. da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Pres. Prudente, p. 87-102, agosto/2024.

ISSN: 2176-5774

A contação de história como estratégia para promover o ensino de temáticas físico-naturais nas aulas de Geografia.
Camila de Souza Pereira; Leandra Eduarda Fabri Rezende.

PONTES, Denize da Encarnação. **A LEITURA E A FORMAÇÃO DO CIDADÃO: POR UMA PRÁTICA EDUCATIVA TRANSFORMADORA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.** p. 52 – 57. Por uma prática educativa inovadora: concepções, contextos e metodologias/ Eduardo Fofonca (Organizador) – Rio de Janeiro, BG Business Graphics Editora, 2020, 198 p.

SOUSA, Linete Oliveira de; BERNARDINO, Andreza Dalla. A contação de história como estratégia pedagógica na Educação Infantil e Ensino Fundamental. **Revista de Educação**, v. 6, n. 12, p. 235-249, 2011.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes; NUNES, João Osvaldo Rodrigues. A natureza da Geografia Física na Geografia. **Terra Livre**, n. 17, p. 11-24, 2001.

VILLARDI, Raquel. **Ensinando a gostar de ler:** formando leitores para a vida inteira. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.

A CONCENTRAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS E AS MUDANÇAS NAS ÁREAS CENTRAIS NA CIDADE MÉDIA DE DOURADOS/MS¹

Igor Adriano Sufi Soares da Silva

Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, Brasil

E-mail: igor.sufi@unesp.br

Resumo

Este estudo se propõe a explorar as repercussões das transformações econômicas nas cidades médias do Brasil, com especial atenção voltada para Dourados/MS, ao examinar as metamorfoses ocorridas na cidade e na reconfiguração das áreas centrais ao longo do tempo. A pesquisa destaca a presença multifacetada de atividades econômicas nessas regiões da cidade, influenciadas pela introdução de empreendimentos alinhados à lógica de acumulação flexível. Por meio da aplicação de abordagens tanto quantitativas quanto qualitativas, como o mapeamento detalhado da concentração de atividades econômicas e entrevistas, o estudo revela uma monocentralidade muito forte na cidade média estudada. Os resultados obtidos apontam para a persistência de uma dinâmica espacial de natureza centro-periférica pelo menos em nível estrutural, evidenciando a intrincada complexidade das dinâmicas urbanas em meio às reestruturações econômicas.

Palavras-chave: Reestruturação da cidade; Áreas centrais; Cidades médias; Atividades Econômicas; Dourados/MS.

THE CONCENTRATION OF ECONOMIC ACTIVITIES AND CHANGES IN THE CENTRAL AREAS IN THE MEDIUM CITY OF DOURADOS, MATO GROSSO DO SUL, BRAZIL

Abstract

This study aims to explore the repercussions of economic transformations in medium cities in Brazil, with a special focus on Dourados, Mato Grosso do Sul, by examining the metamorphoses that have occurred in the city and the reconfiguration of central areas over time. The research highlights the multifaceted presence of economic activities in these areas of the city, influenced by the introduction of companies aligned with the logic of flexible accumulation. Through the application of both quantitative and qualitative approaches, such as detailed mapping of the concentration of economic activities and interviews, the study reveals a very strong monocentrality in the medium city under study. The results indicate the persistence of a center-periphery spatial dynamic, at least at a structural level, highlighting the intricate complexity of urban dynamics amid economic restructurings.

Key words: City restructuring; Central areas; Medium cities; Economic activities; Dourados; Mato Grosso do Sul.

LA CONCENTRACIÓN DE LAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS Y LOS CAMBIOS EN LAS ÁREAS CENTRALES EN LA CIUDAD MEDIA DE DOURADOS, MATO GROSSO DO SUL, BRASIL

¹ O artigo é uma revisão do trabalho publicado entre os Anais da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente-SP (2024).

Resumen

Este estudio se propone explorar las repercusiones de las transformaciones económicas en las ciudades medias de Brasil, con especial atención a Dourados, Mato Grosso do Sul, al examinar las metamorfosis ocurridas en la ciudad y la reconfiguración de las áreas centrales a lo largo del tiempo. La investigación destaca la presencia multifacética de actividades económicas en estas regiones de la ciudad, influenciadas por la introducción de emprendimientos alineados con la lógica de acumulación flexible. Mediante la aplicación de enfoques tanto cuantitativos como cualitativos, como el mapeo detallado de la concentración de actividades económicas y entrevistas, el estudio revela una monocentralidad muy fuerte en la ciudad media estudiada. Los resultados obtenidos apuntan a la persistencia de una dinámica espacial de naturaleza centro-periferia al menos a nivel estructural, evidenciando la intrincada complejidad de las dinámicas urbanas en medio de las reestructuraciones económicas.

Palabras-clave: Reestructuración de la ciudad; Áreas centrales; Ciudades medias; Actividades económicas; Dourados, Mato Grosso do Sul.

Introdução

Nos últimos anos, o processo de reestruturação produtiva tem se intensificado com a implementação de um modelo de acumulação flexível o decorrer da terceira revolução industrial, que desconcentra as atividades produtivas em relação aos espaços de gestão. Esse processo não tem apenas implicações econômicas, mas também políticas, sociais e espaciais, visto que, à medida que explora não apenas recursos, mas também o capital humano, o capitalismo de plataformas atinge níveis cada vez mais profundos, representando uma faceta do neoliberalismo atual que continua a expandir sua influência. No contexto da urbanização brasileira, essas tendências têm levado a um aumento na complexidade da divisão social e territorial do trabalho e isso tem sido acompanhado por um significativo processo de urbanização e pelo fortalecimento das relações entre as cidades. Como resultado, observamos mudanças substanciais nos papéis desempenhados pelas cidades na rede urbana, assim como em aspectos que afetam o âmbito do intraurbano.

No contexto das cidades médias brasileiras, ao considerarmos as últimas cinco décadas, é notável que estas têm ampliado sua influência regional e redefinido seus papéis na rede urbana. Esse processo muitas vezes é influenciado pelas novas dinâmicas de consumo e pela presença de empresas cada vez mais interconectadas. Com o passar do tempo, essas cidades têm se adaptado à introdução de novas tecnologias e infraestruturas, além de se tornarem centros para novos empreendimentos econômicos. As alterações nas características qualitativas e quantitativas das atividades econômicas que ocorrem na cidade

levam a uma reflexão sobre as mudanças constantes que afetam os centros urbanos, estes que representam as conexões e articulações mais importantes e complexas da cidade.

Esses centros desempenham papéis cruciais como locais de comando e tomada de decisões, bem como espaços de encontros e conflitos. Tais espaços centrais têm passado por contínuas mudanças, tanto em termos de suas formas quanto de seus usos e conteúdo. No entanto, com a evolução da produção da cidade sob novas lógicas, surgem também novas áreas centrais e centralidades, além de redefinições das já existentes, acompanhadas por diversos processos de centralização e descentralização que alteram o intraurbano e suas modalidades de ocupação.

Portanto, o propósito principal deste trabalho² é examinar as características espaciais das áreas centrais em uma cidade média ao longo do tempo. A partir disso, procura-se investigar se os agentes econômicos ainda preferem se estabelecer principalmente nas áreas centrais tradicionais ou se estão começando a criar áreas ou eixos de centralidade totalmente ou parcialmente novos. Isso será realizado a partir da análise da concentração das atividades econômicas, visto que esses aglomerados de estabelecimentos podem ser considerados um indicador de centralidade, uma vez que envolvem espaços interconectados e articulados de maneira mais complexa dentro da cidade.

O recorte espacial escolhido para este trabalho foi a cidade de Dourados, localizada no estado do Mato Grosso do Sul, desempenhando um papel importante em sua região, especialmente quando são considerados os setores de comércio, serviços e lazer. O estudo da Região de Influência das Cidades de 2018 (IBGE, 2020), por exemplo, afirma que a cidade é influenciada pela capital do estado, Campo Grande/MS, e influencia diretamente em 22 municípios em sua proximidade. Da mesma forma, é inegável a grande relevância das atividades agroindustriais, que são essenciais na consolidação desse papel abrangente de Dourados/MS na rede urbana (Silva, 2012).

Resumidamente, com o intuito de alcançar os objetivos delineados e estabelecer diálogo com estudos previamente conduzidos sobre a mesma temática e recorte analítico, foram empregadas abordagens quantitativas — englobando a construção, análise e

² Este trabalho advém de uma pesquisa de Iniciação Científica, desenvolvida pelo autor deste texto no âmbito do Projeto Temático “Fragmentação socioespacial e urbanização contemporânea: escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos - FragUrb”, processo FAPESP nº 2018/07701-8. Da mesma forma, este trabalho se origina da Monografia de Conclusão de Curso (Bacharel em Geografia), defendida no ano de 2023, intitulada “Reestruturação da cidade, atividades econômicas e áreas centrais nas cidades médias: os casos de Maringá/PR e Dourados/MS”.

mapeamento de dados do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE) e do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) — e qualitativas — através de entrevista realizada com agentes bem-informados em Dourados/MS. Um outro objetivo deste trabalho, portanto, é um diálogo entre os resultados da aplicação de tais metodologias³ com outros trabalhos que já tratam das centralidades intraurbanas na cidade média estudada.

Por fim, ao examinar a concentração das atividades econômicas e as transformações ao longo do tempo, foi possível perceber diversos indícios de uma manutenção da ênfase do “centro tradicional” como centralidade principal na cidade média de Dourados/MS. Isso será mais bem explicitado no decorrer do trabalho. De qualquer forma, considerando o que foi exposto até o momento, este texto será organizado da seguinte maneira: (1) uma exposição mais aprofundada do referencial teórico e dos conceitos-chave que orientam a condução da pesquisa, acompanhada de uma contextualização do recorte espacial de análise; (2) uma exploração mais detalhada das metodologias, tanto quantitativas quanto qualitativas, empregadas para atingir os objetivos da investigação; (3) a análise e discussão dos principais resultados obtidos por meio das metodologias aplicadas; (4) algumas conclusões breves em relação ao que foi proposto neste trabalho.

Arcabouço teórico e contextualização sobre as áreas centrais e as atividades econômicas em Dourados/MS

No contexto da urbanização brasileira, essas tendências têm levado a um aumento na complexidade da divisão social e territorial do trabalho e isso tem sido acompanhado por um significativo processo de urbanização e pelo fortalecimento das relações entre as cidades. Como resultado, observamos mudanças substanciais nos papéis desempenhados pelas cidades na rede urbana, assim como em aspectos que afetam o âmbito do intraurbano. Como já abordado anteriormente, o processo profundo e abrangente de reestruturação produtiva gera impactos de ordem econômica, social, política e, conseqüentemente, espacial (Harvey, 2007 *apud* Amorin, 2013). No contexto brasileiro,

³ Um outro trabalho, com objetivos similares e a aplicação das mesmas metodologias que localizam e mapeiam as atividades econômicas no tecido urbano em relação à outra cidade média (Maringá/PR) foi apresentado e publicado pelo mesmo autor nos anais do XV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, realizado em Palmas/TO no ano de 2023. Esta publicação está referenciada no final deste texto.

especialmente a partir das últimas décadas do século XX, essas tendências resultaram na introdução de novas relações de trabalho, incentivando investimentos públicos e privados para a implementação de práticas que dispersassem a produção e o consumo por todo o território nacional (Amorin, 2013). Essa complexificação, associada à expansão do processo de urbanização, contribuiu para ampliar as relações entre as cidades na rede urbana.

Argumenta-se, portanto, que se intensificam as interações espaciais, gerando novos papéis de comando, que agora não estão mais restritos apenas às grandes cidades e/ou metrópoles. Essa dinâmica permite sustentar a ideia de uma reestruturação urbana (Soja, 1993; Amorin, 2013; Sposito, 2017), visto que a complexificação da divisão do trabalho entre cidades tem intensificado as conexões entre elas dentro da rede urbana, e isso não apenas muda a escala das interações espaciais, mas também altera os padrões e direções dos fluxos, questionando as hierarquias previamente estabelecidas (Amorin, 2013). Sposito (2004), por exemplo, aponta que a relativa diminuição dos papéis industriais e comerciais da metrópole São Paulo/SP, a partir do interesse dos grupos empresariais em estabelecer-se no interior do estado, criou uma rede urbana “paulista” com algumas cidades como centros regionais muito importantes, sendo referências para as dimensões do “consumir”, do “trabalhar” e do “lazer” de habitantes de cidades pequenas em suas proximidades.

Desta forma, destacam-se os novos papéis urbanos e regionais assumidos pelas consideradas “cidades médias”, principalmente devido à expansão das dinâmicas de consumo, com a ampliação da satisfação das necessidades por meio do crédito (Góes *et al.*, 2019), colocando esses núcleos urbanos em uma posição intermediária entre as cidades pequenas e as metrópoles (Sposito, 2017). Diante desse contexto, observa-se um aumento da integração de diversos agentes nas cidades médias, que agora são alvos de investimentos por parte de empresas cada vez mais vinculadas às mais diversas escalas. O impacto dessas empresas, muitas vezes nacionais ou mesmo globais, reflete-se nas dinâmicas locais e regionais, moldando o espaço urbano por meio de suas estratégias de localização. Nesse sentido, torna-se claro que os setores econômicos, tais como comércio, indústria e serviços, desempenham papéis cruciais na compreensão das novas relações e dinâmicas que caracterizam a reestruturação urbana, especialmente quando se considera o cenário específico das cidades médias (Sposito; Sposito, 2017).

No interior desses núcleos urbanos, as reestruturações econômicas sucessivas não se limitam apenas às relações com o externo (com as demais cidades na rede urbana), mas

alcançam também o contexto intraurbano, resultando em uma reestruturação da própria cidade (Sposito, 2005; 2007). Esse processo passa a moldar novas tendências geográficas que contribuem para a reprodução cada vez mais ampla e dinâmica da lógica capitalista. Como resultado, as cidades médias se adaptam à introdução de diversas tecnologias e infraestruturas, exemplificadas aqui pelo surgimento de empreendimentos econômicos como hipermercados e *shopping centers*, mas também pela chegada do automóvel e de outras inovações que alteraram profundamente as dinâmicas que envolvem o tecido urbano (Silva, 2008). Essas transformações têm um impacto direto na atratividade dos espaços urbanos para os indivíduos que vivenciam e constroem a cidade.

As mudanças nas características quantitativas e qualitativas das atividades econômicas nas cidades médias suscitam reflexões sobre as transformações contínuas em seus centros urbanos. O “centro” representa os espaços em que estão as conexões e articulações mais cruciais da cidade, sendo locais de comando, decisão, encontros e conflitos (Silva, 2008), os espaços de confluência, de maior concentração de fixos, de especialidades socioeconômicas, temáticas e lúdicas (Whitacker, 2017). Tais alterações afetam não apenas os centros, materializados no espaço, mas também algo que deles é indissociável, as dinâmicas de “centralidade” — a qualidade do que é central, com áreas caracterizadas pela influência que possuem e por sua concentração de fluxos dentro da cidade (Whitacker, 2017) —, assim como as “áreas centrais” — caracterizadas especialmente pela concentração de atividades de comércio e serviços, ou seja, de estabelecimentos que se localizam no tecido urbano considerando lógicas econômicas/empresariais (Sposito, 2017).

Ao longo do tempo, as centralidades intraurbanas têm sido palco de mudanças significativas, abrangendo não apenas transformações em suas formas, mas também em seus usos e conteúdos (Whitacker, 2017). O desenvolvimento da cidade sob novas premissas leva à emergência de novas centralidades e à redefinição daquelas já existentes, conduzindo a uma complexa interação de processos de centralização e descentralização que impactam constantemente a configuração do tecido urbano e de sua ocupação (Silva, 2008; Whitacker, 2017).

Durante a reconfiguração desses espaços centrais, é essencial reconhecer as disputas de interesses e os confrontos que ocorrem entre diversos agentes urbanos. Entre os participantes desse “cenário”, destacam-se os grupos dominantes, as grandes empresas, as

incorporadoras imobiliárias, os proprietários de terras, o Estado com seus incentivos potenciais, e outros atores que desempenham papéis cruciais na definição do destino desses espaços, como movimentos contra hegemônicos, de reivindicação pelo direito à moradia, por exemplo (Corrêa, 2004; Oliveira Júnior, 2008; Sposito, 2013). Essas dinâmicas complexas moldam não apenas a dimensão física da cidade, mas também as relações de poder e as estratégias que orientam o desenvolvimento urbano.

À medida que as cidades médias passam por diversas transformações nas últimas décadas, esse processo é especialmente marcante devido à sua relativa "juventude" em comparação com as metrópoles, enfrentando agora processos econômicos que as grandes cidades já vivenciaram há tempos (Sposito, 2013). De qualquer forma, observa-se uma tendência de superação das estruturas monocêntricas tradicionais no tecido urbano das cidades médias. Esse fenômeno não se deve apenas à modernização e ao aumento do acesso aos transportes, nem apenas ao crescimento populacional e territorial, mas também às novas e frequentemente contraditórias formas de produção do espaço urbano fortemente atreladas aos novos empreendimentos econômicos.

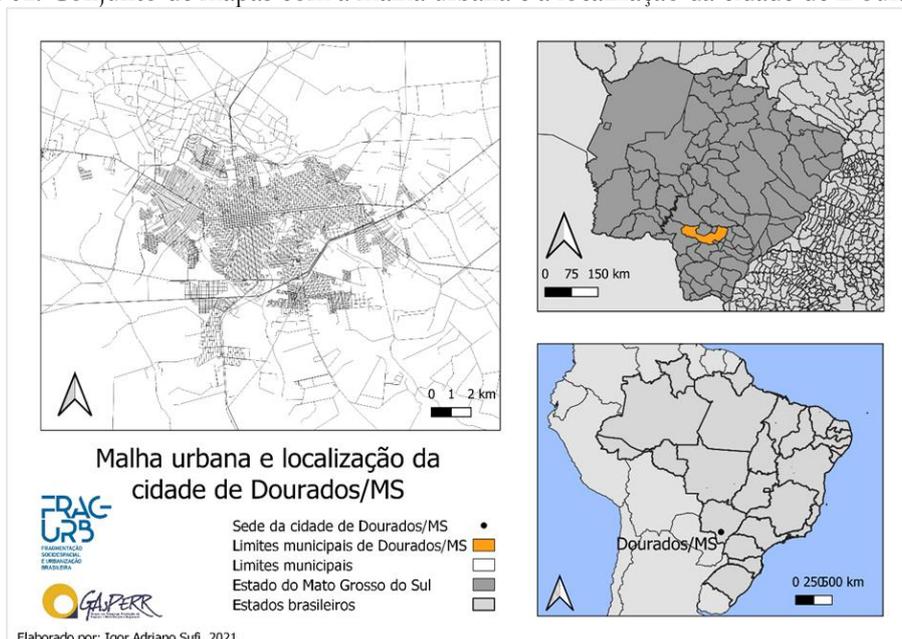
Essa dinâmica resulta na emergência de uma multiplicidade e diversidade de centralidades dentro das cidades, por vezes situadas em suas periferias geométricas. Uma análise mais aprofundada dessas alterações revela que estão intimamente ligadas, entre outros fatores, aos novos padrões de organização espacial dos equipamentos comerciais e de serviços (Sposito, 1998). Ao considerar especialmente os agentes econômicos, a abordagem de Sposito e Sposito (2017), por exemplo, destaca que as empresas são conduzidas por "lógicas", entendidas como modos de pensar, organizar-se e contemplar a racionalidade econômica ao seu redor. Essas lógicas englobam processos de planejamento e de avaliação que orientam escolhas que, em sua essência, visam à redução de custos e à ampliação das bases territoriais de atuação no mercado, e que influenciam diretamente na (re)produção do espaço.

Diante disso, evidencia-se a importância analisar e refletir sobre a atuação desses agentes econômicos e a localização das atividades econômicas no tecido urbano das cidades médias. Esses elementos desempenham um papel de suma importância na reestruturação das centralidades urbanas e, conseqüentemente, na reconfiguração urbana como um todo. Ao entender as dinâmicas das decisões empresariais e a busca por eficiência territorial, é possível compreender como as escolhas estratégicas desses agentes contribuem para a

transformação do ambiente urbano. Ainda, é preciso destacar que essas transformações não apenas impactam a economia local, mas também influenciam os padrões de consumo, o lazer dos indivíduos e até mesmo os vínculos cotidianos que as pessoas estabelecem com a cidade. Por fim, ao compreender a complexidade dessas mudanças, torna-se evidente que os agentes econômicos desempenham um papel crucial na dinâmica urbana contemporânea, especialmente no que se refere às dinâmicas de centralidade.

O escopo da pesquisa está intrinsecamente relacionado a esse contexto, pois a cidade média de Dourados (Figura 1) desempenha uma função vital em sua região, sendo designada como uma Capital Regional C. Sua influência se estende especialmente nos setores de serviços, comércio e lazer. Além disso, a significativa relevância das atividades agroindustriais é incontestável, juntamente com todo um conjunto de atividades comerciais e de serviços que constituem um sistema de apoio crucial para a consolidação desse papel abrangente na rede urbana. A cidade não apenas exerce uma influência localizada, mas também se projeta em municípios nas suas proximidades, desempenhando um papel estratégico em diferentes setores econômicos (Silva, 2012).

Figura 01. Conjunto de mapas com a malha urbana e a localização da cidade de Dourados/MS



Fonte: Silva (2023).

Para mais, defende-se a importância de serem abordados eventos históricos que não apenas moldaram a economia local, mas também contribuíram para a transformação do tecido urbano, estabelecendo as bases para o desenvolvimento industrial e comercial da

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 46, v. 4 - Vol. Esp. da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Pres. Prudente, p. 103-129, agosto/2024.

região e, mais especificamente, da cidade de Dourados/MS. Uma análise mais ampla desses processos espaço-temporais é fundamental para compreender o contexto atual e as dinâmicas que moldaram a cidade ao longo do tempo.

Portanto, destaca-se que após o cenário da Guerra do Paraguai, na segunda metade do século XIX, a região em que Dourados/MS se insere começou a receber maior atenção e investimentos nacionais, especialmente em processos de colonização. Isso se deu em virtude do interesse do Estado brasileiro em consolidar suas fronteiras. Já em 1882, a cidade recebeu a presença de uma grande empresa, a Companhia Matte Laranjeira, que se dedicava à extração e exportação de erva-mate (Silva, 2012).

Contudo, as transformações mais expressivas ocorreram a partir da década de 1940, quando a região foi impactada pelas políticas de "integração nacional" promovidas pelo governo brasileiro, com o objetivo de ocupar áreas consideradas "vazias". Estímulos decorrentes dessas políticas aumentaram as oportunidades de negócio nos setores imobiliário e comercial, influenciando também um crescimento demográfico significativo (Silva, 2012; Calixto, 2003). Esse período foi marcado pela criação de diversas indústrias voltadas para o beneficiamento de produtos agrícolas, animais e florestais que já eram obtidos na região (Silva, 2012).

Nas décadas de 1950 e 1960, a região de Dourados/MS enfrentava desafios marcantes, destacando-se a carência de infraestrutura básica, como saneamento e rede elétrica adequados. A presença acentuada da especulação imobiliária e de posseiros contribuía para a insatisfação da população, que, aliás, crescia em ritmo acelerado. Apesar dessas dificuldades, a cidade já despontava como um polo regional de comércio e serviços, impulsionado por esse aumento populacional que ampliava o mercado consumidor e, conseqüentemente, fomentava a expansão das atividades econômicas (Calixto, 2003).

A década de 1970 marcou uma intensificação significativa nos investimentos para integrar a cidade ao circuito capitalista de produção. Essa transformação se concretizou por meio da criação de infraestrutura viária, investimentos no setor de transportes, aumento da capacidade energética, implementação de políticas habitacionais e modernização do setor agrícola, entre outras iniciativas (Silva, 2012).

Nesse cenário, Dourados/MS emergiu como um forte expoente de um sistema agrícola tecnificado, estabelecendo sólidas conexões com a indústria. A cidade se especializou na produção de carne bovina e grãos, atendendo não apenas aos interesses

regionais, mas também aos mercados nacional e internacional (Calixto, 2003). Essas mudanças estruturais transformaram radicalmente a dinâmica econômica e social de Dourados, consolidando seu papel como um centro vital na produção agroindustrial, com projeção além das fronteiras regionais.

Ao longo das décadas subsequentes, impulsionada pelas transformações do período anterior, a cidade ganha a alcunha de "Grande Dourados". Durante esse período, houve uma ampliação significativa das atividades econômicas, abrangendo um comércio e serviços mais diversificados, além do fortalecimento de setores essenciais, como saúde e educação. Nesse contexto, Dourados/MS dinamizou-se, consolidando sua posição proeminente no cenário regional ao capitalizar recursos dos centros vizinhos, polarizando atividades ligadas ao consumo de bens e serviços e emergindo como fornecedora para esse mercado consumidor (Silva, 2012).

Já na década de 2000, surge o Shopping Avenida Center de Dourados, inaugurado em 2006, sendo um resultado de investimentos de empresários de Maringá/PR. Essa adição significativa ao tecido urbano da cidade gerou uma nova dinâmica de consumo, impactando a estrutura das centralidades. Segundo Romero (2016), a implementação desse empreendimento nas proximidades das áreas centrais não apenas redefiniu as áreas circundantes, mas também impulsionou o surgimento de novos setores comerciais e de serviços, como concessionárias de carros novos, agências bancárias, hotéis, restaurantes tidos como gourmet e hipermercados. Essa transformação não só diversificou a oferta comercial, mas também reconfigurou as interações inter e intraurbanas, assim como as dinâmicas de consumo na cidade e na região.

Apesar da implantação do *shopping center*, é crucial ressaltar que o centro comercial “tradicional” não perdeu seu status como a principal área de concentração funcional e financeira da cidade (Romero, 2016). Whitacker (2017) reitera essa perspectiva ao observar que Dourados/MS mantém um padrão monocêntrico, evidenciado pelo reforço da centralidade exercida pelo centro da cidade com a instalação de novos espaços de consumo, como também são os hipermercados, notadamente ainda em posição central ou pericentral.

Para além do centro urbano “tradicional”, análises anteriores sobre as dinâmicas de centralidade em Dourados/MS revelam que diversas vias estão experimentando transformações significativas em termos de usos e importância. Um exemplo notável é a

Rua Hayel Bon Faker, que passou a concentrar atividades relacionadas a produtos industriais e agrícolas, além de abrigar diversas lojas especializadas na revenda de veículos. Da mesma forma, a Avenida Weimar Gonçalves Torres emergiu como um novo polo, concentrando estabelecimentos voltados para públicos específicos, como butikues (Romero, 2016). Outro destaque é a Avenida Presidente Vargas, que corta o município do lado Norte em direção ao centro “tradicional”.

O destaque para essas vias apresentado pelo trabalho de Romero (2016) não apenas reflete as mudanças nas preferências e necessidades da população, mas também evidencia uma certa diversificação e expansão das atividades comerciais para áreas e eixos que se encontram nas proximidades do núcleo central. Para discutir apropriadamente sobre essas possíveis transformações nas áreas centrais da cidade média de Dourados/MS é que serão aplicadas metodologias para entender a concentração das atividades econômicas do tecido urbano e para investigar a atuação dos agentes econômicos na produção destes espaços. Tais procedimentos serão detalhados na próxima parte deste texto.

Procedimentos metodológicos

Um dos desafios centrais enfrentados por este trabalho consistiu na construção de um banco de dados abrangente que englobasse as empresas presentes na cidade média de Dourados/MS, juntamente com suas respectivas localizações dentro da malha urbana. Essa abordagem visou captar a distribuição de atividades econômicas no tecido urbano ao longo do tempo, analisando possíveis mudanças que influenciam em processos de reestruturação da própria cidade, compreendendo, desta forma, não apenas as dinâmicas comerciais.

Diante dessa demanda, optou-se por adotar uma metodologia previamente desenvolvida no âmbito do Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GAsPERR) e da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe). Tal abordagem foi desenvolvida anteriormente por diversos autores, incluindo Whitacker (2003), Miyazaki (2013), Porto-Salles *et al.* (2014) e Carli (2016). Nesse sentido, foram utilizados dados do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE), fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os quais foram organizados e reclassificados manualmente pelo pesquisador de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

Essa abordagem específica foi considerada viável neste contexto, alinhando-se a uma perspectiva apontada em diversos estudos, como o de Whitacker (2017). O autor destaca a possibilidade de se explorar as áreas centrais da cidade ao investigar a concentração de atividades econômicas no tecido urbano. Nesse contexto, essas atividades passam a ser consideradas como indicadores de centralidade, uma vez que representam espaços interconectados e articulados de maneira complexa com a cidade. Esses locais que concentram atividades são identificados como pontos de comando no ambiente urbano, reunindo indivíduos para diversas finalidades, incluindo consumo, socialização, lazer e trabalho, entre outras.

O Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE), organizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é uma base de dados pública acessível para *download* por qualquer interessado. Sua criação teve origem em um levantamento iniciado e refinado ao longo dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, conforme mencionado por Porto-Salles *et al.* (2014). A abundância de detalhes nos registros de endereços da cidade proporcionou a estabelecimento e quantificação das localizações das atividades econômicas no tecido urbano de Dourados/MS.

Essa análise foi viabilizada principalmente pela categoria "Identificação do estabelecimento", presente em todos dados de endereço e que, na maioria dos casos, possibilita a avaliação da natureza da atividade econômica exercida em determinado espaço. Nesse contexto, torna-se essencial a utilização da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) para compreender e interpretar essas informações de maneira adequada. Dentro da metodologia empregada e proposta, exemplificam-se os procedimentos de classificação para diversos tipos de atividades econômicas, a partir das identificações dos estabelecimentos (em caixa alta, conforme fornecido pelo IBGE): um estabelecimento identificado como "CASA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO" é categorizado na seção G (comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas), na divisão 47 (comércio varejista) e no grupo 474 (comércio varejista de material de construção); já um estabelecimento identificado como "DENTISTA" é classificado na seção Q (saúde humana e serviços sociais), na divisão 86 (atividades de atenção à saúde humana) e no grupo 863 (atividades de atenção ambulatorial executadas por médicos e odontólogos). Essa sistemática de classificação proporciona uma compreensão detalhada

das atividades econômicas e facilita a análise estruturada de diferentes setores dentro do contexto urbano.

A riqueza de informações disponíveis possibilitou não apenas a identificação e análise de cada atividade econômica, mas também a sua localização precisa, georreferenciada em mapas. Esse processo foi realizado por meio de ferramentas disponíveis em softwares de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), neste caso específico foi utilizado o *software* livre e aberto QGIS. Além disso, foi viável calcular a concentração desses estabelecimentos utilizando o método da Estimativa de Densidade de Kernel. Essa abordagem permitiu uma análise espacial mais aprofundada, contribuindo para uma compreensão detalhada da distribuição e densidade das atividades econômicas no tecido urbano estudado.

Devido à disponibilidade de dados CNEFE apenas para o ano de 2010, uma análise complementar foi conduzida usando uma série histórica abrangendo os Cadastros Nacionais de Pessoa Jurídica (CNPJ) abertos desde os anos 1970 até 2021. Essa metodologia, que incorpora um tipo diferente de dado, mas ainda assim integra atividades econômicas e suas localizações no tecido urbano, foi desenvolvida também no âmbito do GASPERR e da ReCiMe, sendo sintetizada em Silva e Britto (2024). A distinção dessa abordagem reside no fato de que ela permitiu a construção de uma série histórica, revelando as transformações nas áreas centrais na cidade de Dourados/MS ao longo do tempo. Essa estratégia proporcionou uma análise temporal abrangente não somente das mudanças nas atividades econômicas, mas também de suas distribuições espaciais na cidade.

Com o intuito de aprofundar a discussão em torno dos dados secundários obtidos, foi conduzido um trabalho de campo no período de 20 a 24 de março de 2022. Durante essa etapa, visitamos o Shopping Avenida Center de Dourados e foram percorridas áreas que se destacaram como centros aglutinadores de atividades econômicas. Além disso, foram estabelecidos contatos para a realização de uma entrevista semiestruturada com representantes da Associação Comercial e Empresarial de Dourados (ACED).

Essa entrevista⁴ contou com a participação do Presidente da ACED, além de outros agentes locais bem-informados, incluindo o atual Secretário Municipal de Desenvolvimento

⁴ É fundamental destacar que a entrevista mencionada foi conduzida em 24 de maio de 2022, com a colaboração do Dr. Hamilton Romero e da Prof.^a Dr.^a Maria José Martinelli Silva Calixto. Ambos *Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 46, v. 4 - Vol. Esp. da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Pres. Prudente, p. 103-129, agosto/2024.*

e um professor universitário aposentado que já ocupou o cargo de Secretário da Indústria, Comércio e Serviços da cidade. Uma variedade de temas foi abordada, incluindo: o perfil do entrevistado; o perfil e as atividades da entidade; a perspectiva da associação sobre o crescimento e a economia da cidade; as expectativas em relação às mudanças no centro da cidade; a interação com agentes políticos, entre outros tópicos. Essa abordagem ampla permitiu uma compreensão abrangente das opiniões e perspectivas da associação comercial sobre diversos aspectos relacionados ao desenvolvimento econômico e urbano da cidade, além de proporcionar uma análise sobre a influência dos agentes econômicos na produção do espaço (intra)urbano.

Com a metodologia estabelecida e a sistematização de dados concluída, a próxima parte do texto avança para a análise dos resultados obtidos. Consideramos que a combinação de dados secundários, provenientes de fontes como o Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE) e o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), juntamente com informações obtidas durante o trabalho de campo e entrevista, oferecem uma base interessante para a compreensão das dinâmicas que envolvem as centralidades intraurbanas em Dourados/MS. A partir deste ponto, os resultados serão examinados e discutidos à luz dos objetivos propostos, destacando padrões, tendências e implicações significativas para o entendimento das mudanças/reestruturações nessa cidade média.

Apresentação e discussão dos resultados

A observação do mapa gerado a partir dos dados do CNEFE (Figura 2) revela a presença de duas áreas de maior concentração de atividades econômicas em Dourados/MS. Uma dessas áreas encontra-se próxima ao centro da cidade, enquanto a outra está mais próxima do Shopping Avenida Center. Essa constatação reforça, mais uma vez, a proposição de Romero (2016), que sugere que o referido empreendimento comercial não apenas influenciou, mas também "valorizou" as áreas circundantes de onde foi instalado. A análise espacial proporcionada pelo mapa oferece uma compreensão visual da distribuição das atividades econômicas, ressaltando a influência do *shopping* na configuração urbana de Dourados/MS. Essa visualização contribui para uma análise mais aprofundada das

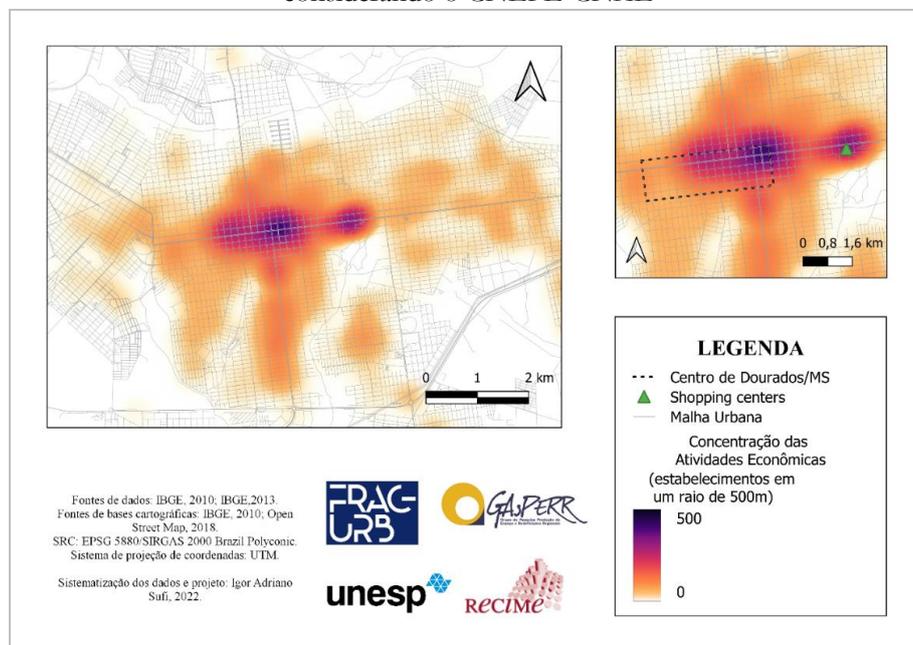
são pesquisadores afiliados à Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e estão envolvidos no projeto temático FragUrb.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 46, v. 4 - Vol. Esp. da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Pres. Prudente, p. 103-129, agosto/2024.

ISSN: 2176-5774

interações entre diferentes setores econômicos e o impacto de empreendimentos comerciais nas áreas circunvizinhas.

Figura 02. Mapa da concentração das atividades econômicas em Dourados/MS no ano de 2010, considerando o CNEFE-CNAE



Fonte: Silva (2023).

Os dados CNEFE-CNAE (Quadro 1) corroboram essas observações ao destacar que apenas algumas ruas do centro, especialmente a Avenida Marcelino Pires, que concentra a maior quantidade de atividades — além de quatro vias circundantes a ela, também com orientação Leste-Oeste — abrigam aproximadamente 20% de todos os estabelecimentos econômicos da cidade⁵. Essas vias específicas, juntamente com outras mencionadas no texto, são identificadas na Figura 3, reforçando a centralidade desses pontos na distribuição das atividades econômicas em Dourados/MS.

Observa-se que a Avenida Weimar Gonçalves Torres, de fato, abriga uma quantidade expressiva de estabelecimentos, como corroborado por Romero (2016), representando cerca de 5% do total de estabelecimentos da cidade. No entanto, não atinge o ponto de se destacar como um novo eixo de concentração de atividades econômicas em

⁵ Ou seja, a análise do material cartográfico adiciona outra perspectiva importante ao revelar uma baixa concentração de atividades econômicas fora da área central que conforma o centro da cidade, sendo claramente delineada e mantendo uma lógica espacial ainda centro-periférica quando se trata da estrutura econômica.

Dourados/MS, especialmente devido à sua conexão e participação no centro tradicional. Para afirmar que esse eixo não se constitui como uma nova centralidade na cidade, seria preciso considerar outras relações que podem ser mais subjetivas, de qualquer forma, podemos dizer que a abordagem aqui utilizada não mostrou uma concentração de estabelecimentos ao serem analisados os fixos e suas funções. Essa constatação ressalta a complexidade das dinâmicas urbanas, nas quais a inter-relação entre diferentes áreas desempenha um papel crucial na definição das centralidades e na compreensão da reestruturação espacial da cidade.

Quadro 01. Vias que se destacam pelo número de estabelecimentos em Dourados/MS

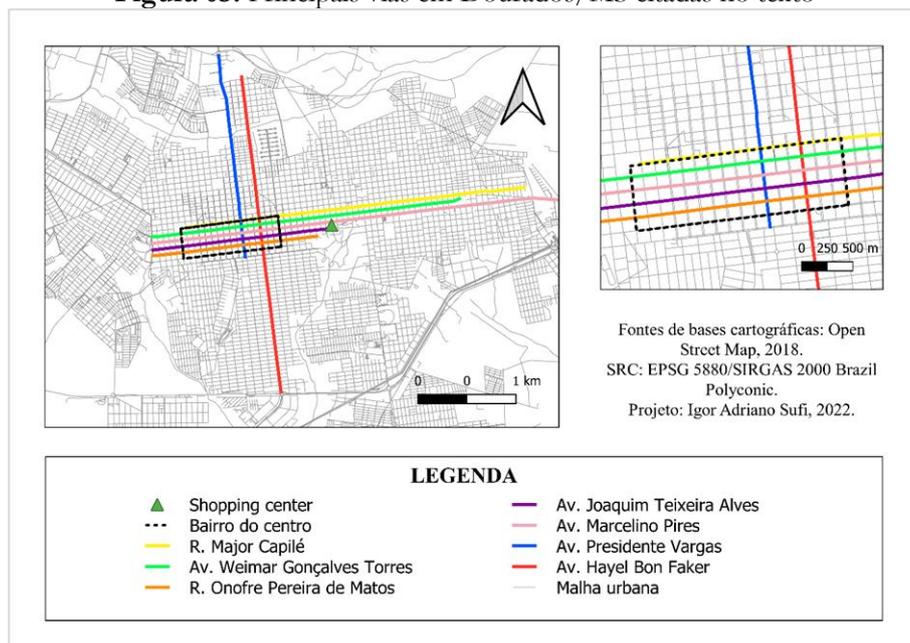
Via	Nº de estabelecimentos	% em relação ao total	Destaques com base na CNAE
Av. Marcelino Pires	730	8,43%	Lojas de roupas e acessórios; postos de combustível; oficinas; escritórios; restaurantes e lanchonetes; <i>shopping center</i> .
Av. Joaquim Teixeira Alves	297	3,42%	Escritórios; lojas de roupa; salões de beleza; bancos; oficinas.
R. Onofre Pereira de Matos	115	1,32%	Escritórios; bares e restaurantes;
Av. Weimar Gonçalves Torres	447	5,16%	Restaurantes; lojas de roupas e acessórios; escritórios; bancos; oficinas.
R. Major Capilé	130	1,5%	Consultórios médicos; escritórios; salões de beleza; lojas variadas.
R. Hayel Bon Faker (fora do centro)	382	4,41%	Concessionárias; acessórios para carros; borracharias e oficinas; consultórios médicos; lojas de materiais para construção etc.

Fonte: Silva (2023).

No que se refere à Rua Hayel Bon Faker, que corta a cidade no sentido Norte-Sul, a análise confirma as observações de Romero (2016), destacando-a como um eixo emergente na cidade média sul-mato-grossense. Essa via concentra aproximadamente 4,5% das atividades econômicas identificadas em Dourados/MS, totalizando 8.659 estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços. Notavelmente, essa via destaca-se, sobretudo, nas funções relacionadas à venda e manutenção de automotores. O mapeamento realizado a partir dos dados da CNEFE permite afirmar que esta via é o único expoente expressivo quanto às áreas centrais, que indicam certa centralidade considerando o indicador econômico, além do centro da cidade, mesmo que exista uma especialização funcional muito bem definida.

Para mais, ao se analisar os balanços dos dados de CNPJ até 1990 e, posteriormente, até o ano 2000 (Figura 4), torna-se evidente a presença da já mencionada "centralidade tradicional" em Dourados/MS, com o centro destacando-se como a principal área concentradora de atividades econômicas na cidade. Nenhuma outra área no tecido urbano da cidade média demonstra uma concentração tão significativa de estabelecimentos. É somente no intervalo entre 2000 e 2010, que se observa uma certa expansão deste centro principal, mesmo que discreta, notadamente após a inauguração do Shopping Avenida Center de Dourados, especialmente em direção às vias de acesso, como a Avenida Marcelino Pires e a Rua Hayel Bon Faker. A partir disso, é possível confirmar as proposições de Romero (2016) e Whitacker (2017) em seus estudos. Esses autores argumentaram que novos empreendimentos estavam dinamizando o centro "tradicional" da cidade, sem, contudo, competir diretamente ou se opor à sua influência, mas sim complementando-a.

Figura 03. Principais vias em Dourados/MS citadas no texto



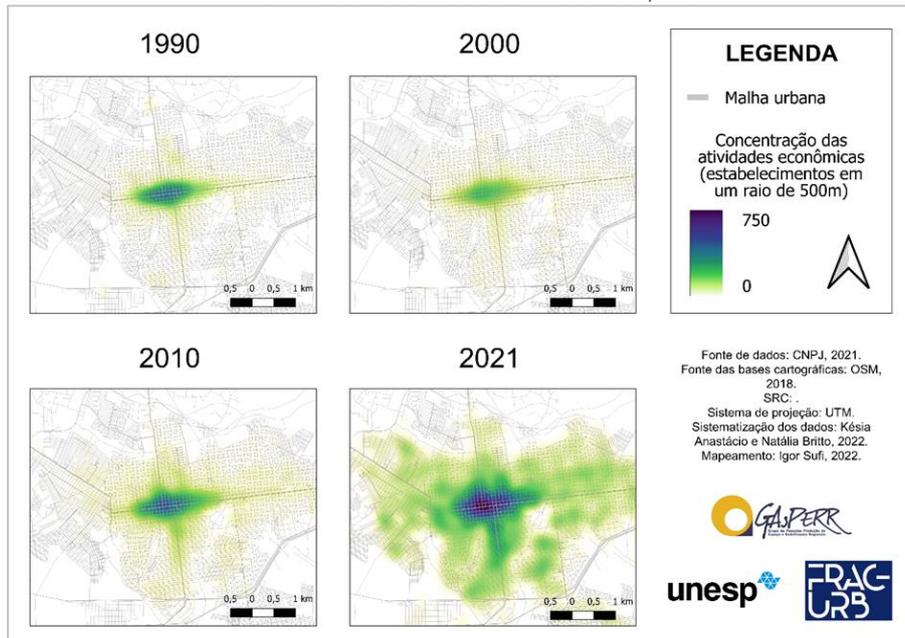
Fonte: Silva (2023).

Além disso, o período entre 2010 e 2021 revela o maior espalhamento das atividades econômicas pelo tecido urbano de Dourados/MS. No entanto, o centro parece se fortalecer como área central proeminente, apresentando uma concentração ainda mais expressiva de atividades econômicas, chegando a aproximadamente 750 unidades em um

raio de 500 metros. Essa dinâmica reflete as transformações no padrão de distribuição das atividades econômicas ao longo das últimas décadas na cidade.

Contudo, ao analisar a entrevista conduzida na Associação Comercial e Empresarial de Dourados (ACED), emerge uma visão que sugere que a cidade já está imersa em um profundo processo de descentralização, o que vai contra o que a análise da distribuição espacial das atividades econômicas revela. Nas declarações desses agentes econômicos e políticos, manifesta-se a percepção de que a cidade média estaria em um estágio que se assemelha a cidades como Presidente Prudente/SP e São Paulo/SP, nas quais existiriam centros antigos/históricos/populares em contraposição aos novos centros comerciais/econômicos.

Figura 04. Mapa da concentração de CNPJ ativos e em baixa durante os anos de 1990, 2000, 2010 e 2021 na cidade média de Dourados/MS



Fonte: Silva (2023).

A cidade média de Dourados/MS, segundo essas vozes, estaria se expandindo em todas as direções, com os bairros crescendo significativamente, e o comércio, por sua vez, experimentando uma descentralização:

A cidade está expandindo nos quatro cantos e os bairros cresceram muito também [...] o comércio descentalizou e hoje Dourados está muito forte, está abastecido de atacarejos e de mercados, nós perdemos a característica de centro único, vai ser centro velho.

(Presidente da Associação Comercial e Empresarial de Dourados. Entrevista realizada por Hamilton Romero, pessoalmente, em maio de 2022).

Os dados levantados nesta pesquisa, porém, evidenciam exatamente um processo contrário, de reforçamento dos papéis do centro “tradicional”. Portanto, atribui-se tais discursos — especialmente por estarem alinhados a um tom nostálgico sobre o crescimento da cidade — à intenção dos agentes econômicos em desenvolver ações e planejamentos em conjunto com os agentes políticos da cidade. Paralelamente e contraditoriamente, também com a intenção de “mostrar que o setor econômico é importante” e que existe o desejo desses agentes de, no futuro, depender menos da esfera pública municipal para a realização de ações determinantes na cidade.

Vale observar que a cidade de Maringá/PR, especialmente em seu processo de reestruturação produtiva e novos papéis na rede urbana, é citada como um exemplo a ser seguido por Dourados/MS. Nesse contexto, o ex-prefeito da cidade paranaense, o empresário Silvio Barros, é mencionado como mentor, trazendo suas “expertises acumuladas” e destacando a importância de políticas públicas elaboradas para atrair empresas e transformar a área industrial e comercial em um ponto disputado. Essa visão de futuro aponta, por exemplo, para a autonomia do distrito industrial, desejando que ele desenvolva sua força própria, independentemente do Estado ou do município. Fica evidente, desta forma, uma postura dual em relação ao poder público, tanto no esforço de construir parcerias, quanto no desejo de autonomia em relação a essas ações conjuntas.

Para mais, ganha destaque a discussão sobre a relevância do *shopping center* para a consolidação de Dourados/MS como um polo regional e os impactos de sua chegada no contexto intraurbano. Expandindo as reflexões apresentadas por Romero (2016), explora-se não apenas a alteração nas dinâmicas de centralidade intraurbana na cidade média, mas também a transformação do próprio perfil do “comércio de rua” local, que teria se reinventado sob o estímulo de estar nas proximidades do Shopping Avenida Center e de outras grandes empresas instaladas em seu entorno:

O *shopping* realmente foi um marco aqui, o comércio de Dourados anteriormente ao *shopping* ele era ainda um comércio que tinha um perfil mais provinciano. Não havia uma certa cultura, por exemplo, de investir para dar uma outra cara para o empreendimento “loja”, as lojas no geral eram muito simples. Com a chegada do *shopping*, ele serve um pouco de referência para estimular o comerciante de rua a investir mais, a mudar

um pouco o layout da loja, a aparência da loja, tentando fazer com que a loja se aproxime mais desse “padrão de *shopping*”. Isso terminou repercutindo favoravelmente com o nosso comércio, mas acho que o impacto maior do *shopping* foi também alterar a configuração do centro da cidade, do comércio da área central, porque anteriormente ao *shopping* o comércio tinha uma delimitação muito acanhada [...]

(Professor universitário aposentado da UFGD e ex-Secretário Municipal de Indústria Comércio e Turismo de Dourados. Entrevista realizada por Hamilton Romero, pessoalmente, em maio de 2022).

Ainda, segundo os entrevistados, o *shopping* foi, de fato, um marco significativo, provocando uma mudança no comércio local que, anteriormente, possuía um perfil “mais provinciano”. A chegada desse empreendimento serviu como referência para estimular os comerciantes de rua a investirem mais, a alterar o *layout* e a aparência de suas lojas, buscando se aproximar do padrão de *shopping centers*. Essa mudança teria reverberado favoravelmente no comércio local, mas o impacto mais expressivo do *shopping* seria a alteração na configuração do centro da cidade. Antes de sua chegada, o comércio estava concentrado em torno da Praça Antônio João — marco simbólico e que se localiza no centro geométrico da cidade —, com uma delimitação mais restrita e “típica de cidades do interior”. A presença do Shopping Avenida Center teria atraído o comércio para sua vizinhança, transformando a área em uma extensão do centro tradicional da cidade:

[...] você tem a abertura de agências bancárias, você tem a abertura de supermercados, a Havan quando decide vir para cá decide se instalar ali também, o supermercado Extra também ali naquela redondeza. [...] Hoje aquela área é praticamente um centro novo, melhor dizendo, é uma extensão do centro tradicional da cidade, que se ampliou enormemente [...] houve também uma elevação de padrão do comércio de rua.

(Professor universitário aposentado da UFGD e ex-Secretário Municipal de Indústria Comércio e Turismo de Dourados. Entrevista realizada por Hamilton Romero, pessoalmente, em maio de 2022).

Por fim, à luz dos resultados obtidos por meio da análise dos dados cartográficos e das entrevistas realizadas com agentes bem-informados locais, emerge um panorama revelador da dinâmica intraurbana e econômica de Dourados/MS: a visualização que indica as possíveis centralidades revelam a interação entre o centro “tradicional” e suas imediações, destacando a complexidade das transformações na cidade; o Shopping Avenida Center emerge como um elemento-chave, não apenas influenciando as dinâmicas de centralidade, mas também promovendo uma reconfiguração do comércio de rua,

impulsionando investimentos e elevando o padrão comercial; as entrevistas com representantes da Associação Comercial e agentes políticos apontam para uma percepção de descentralização em curso na cidade, o que conflita totalmente com o que é evidenciado pelos dados secundários levantados.

Com base nas análises abordadas e respaldado pelos fundamentos teóricos e metodológicos que orientaram esta investigação científica, a seção subsequente se dedicará às conclusões abrangentes deste estudo. Ao longo do percurso, buscou-se examinar minuciosamente os padrões de centralidade urbana, considerando as dinâmicas econômicas, a influência de empreendimentos comerciais como o Shopping Avenida Center e as percepções dos agentes econômicos locais. Desta forma, serão sintetizadas essas descobertas, conectando os fios condutores que emergiram das análises para fornecer uma compreensão geral das transformações intraurbanas observadas em Dourados/MS.

Breves conclusões

Este estudo almejou revisitar e examinar a relevância das dinâmicas econômicas nos processos de reestruturação urbana, com ênfase na transformação intrínseca da cidade e de suas áreas centrais. Uma atenção especial foi dedicada às áreas centrais de Dourados/MS, considerando suas particularidades espaciais e econômicas. O objetivo foi investigar se as proposições de estudos anteriores se mantêm ou passam por redefinições ao incorporar novas abordagens metodológicas, incluindo a análise da concentração das atividades econômicas por meio de dados do CNEFE-CNAE, CNPJ, observações de campo e entrevistas com agentes locais bem-informados.

No entanto, é justificado que, mesmo diante da relevância e da validade dos resultados obtidos, este trabalho sozinho não é capaz de comprovar ou estabelecer centralidades “absolutas” na cidade média estudada. Isso se deve principalmente à escolha metodológica de considerar apenas as atividades econômicas e os estabelecimentos a elas associados como indicadores dessas áreas centrais. É crucial reconhecer a existência de diversas outras variáveis fundamentais que contribuem para a dinâmica das centralidades urbanas, como é o caso do entendimento, por exemplo, do que Lefebvre (2006) define como “espaço vivido”, o espaço entendido pelos usos da cidade e de seus estabelecimentos, por meio do mover-se por ela e das vivências estabelecidas nela, ou

mesmo de “espaço percebido”, que se constitui nas práticas sociais, nas percepções do mundo ao redor.

Não obstante, a interseção dos resultados alcançados com outras publicações sobre a centralidade em Dourados/MS permitiu um diálogo eficaz, reafirmando ou ressignificando constatações. Esses fatos corroboram a conclusão de que a abordagem da CNEFE-CNAE, aliada ao mapeamento da concentração de CNPJ ao longo do tempo, revela-se uma metodologia extremamente útil para a análise das centralidades intraurbanas, especialmente quando combinada com outras investigações.

Ao analisar os resultados, torna-se evidente em Dourados/MS um processo significativo de reestruturação nas áreas centrais. Essas mudanças refletem uma complexa interação entre os agentes econômicos e políticos locais, que ao longo do tempo consolidaram seus interesses, exercendo influência direta na configuração do espaço urbano. E um fator relevante, que possivelmente contribuiu para reestruturações na rede urbana e no tecido urbano da cidade média em questão, foi a importância de o *shopping center* emergir como um elemento-chave no fortalecimento e na manutenção de centralidades “tradicionais”, já que este empreendimento econômico aparente ter “valorizado” o centro e as áreas pericentrais.

Como resultado disso, é notável a presença de um núcleo central mais claramente delineado e até mesmo “tradicional”, mesmo que tenha se expandido com a chegada do *shopping center* em suas proximidades. A única via que pode ser vista como um sinal de expansão para fora da área central é a Avenida Hayel Bon Faker, no entanto, essa via revela uma forte especialização funcional, concentrando atividades comerciais e de manutenção de veículos.

Por fim, destaca-se esta pesquisa destacou os intrincados processos pelos quais as cidades médias brasileiras têm atravessado ao longo das últimas décadas, com especial ênfase nas transformações observadas nas áreas centrais desses núcleos urbanos. Vale mencionar que futuros estudos podem sem dúvida explorar diferentes recortes espaciais e temporais, que os indicadores usados aqui podem ser atualizados ou que novas ideias inovadoras podem surgir para continuar contribuindo para tais discussões no âmbito da Geografia Urbana. A complexidade desses fenômenos urbanos sugere a necessidade contínua de pesquisa e reflexão para compreender plenamente as dinâmicas em constante reestruturação que moldam o tecido das cidades médias brasileiras.

Referências

AMORIN, E. M. J. C. O processo de reestruturação urbana nas cidades médias de Marília-SP e Mossoró-RN: generalidades e particularidades. In: Encuentro de Geógrafos de América Latina (EGAL), 14., 2013, Lima. **Anais eletrônicos...** Observatorio Geográfico de América Latina, 2013. Disponível em:

<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/098.pdf>. Acesso em: 22 de dezembro de 2023.

CALIXTO, M. J. M. S. O processo de expansão territorial e seus desdobramentos socioespaciais na cidade de Dourados-MS. In: **Anais...** Encuentro de Geógrafos de América Latina, 9, 2003, Mérida, 2003. Disponível em:

<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal9/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/10.pdf>. Acesso em: 22 de dezembro de 2023.

CARLI, L. A. D. **Delimitação, intensidade e especialização de áreas comerciais:** uma proposição para o estudo das áreas centrais em cidades médias a partir da análise dos Índices de Densidade Informacional para os casos de Presidente Prudente - SP e Ribeirão Preto - SP. 2016. Monografia de Conclusão de Curso (Bacharelado - Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/139253>. Acesso em: 22 de dezembro de 2023.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 2004.

GÓES, E. M.; CATALÃO, I.; MAGRINI, M. A. O.; FURINI, L. A.; CATELAN, M. J. V.; SPOSITO, M. E. B. **Consumo, Crédito e Direito à Cidade**. São Paulo: Appris Editora: 2019.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 16. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

IBGE. **Regiões de Influência das Cidades – 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/regic/pdf/REGIC_2018.pdf. Acesso em: 18 de março de 2024.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

MIYAZAKI, V. K. **Estruturação da cidade e morfologia urbana**: um estudo sobre cidades de porte médio da rede urbana paulista. 2013. 305 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/105090>. Acesso em: 22 de dezembro de 2023.

OLIVEIRA JÚNIOR, G. A. Redefinição da Centralidade Urbana em Cidades Médias. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 20, n. 1, p. 205-220, jun., 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/250054577_Redefinicao_da_centralidade_urbana_em_cidades_medias. Acesso em: 22 de dezembro de 2023.

PORTO-SALES, A. L.; COUTO, E. M. J.; WHITACKER, A. M.; SPOSITO, M. E. B.; REDÓN, S. M.; MIYAZAKI, V. K. Pesquisa em Geografia Urbana: desafios e possibilidades de análise espacial com o uso do Cadastro Nacional de Endereços para fins Estatísticos (CNEFE). **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 36, v. 3, p.81-103, ago./dez. 2014. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/3194>. Acesso em: 22 de dezembro de 2023.

ROMERO, H. Centralidade urbana e redefinição socioespacial: uma análise do Shopping Avenida Center em Dourados-MS. In: CALIXTO, M. J. M. S.; FLORENTINO, V. F. S. **Produção do Espaço Urbano e Regional**: leituras de uma cidade média. Dourados: Editora UFGD, 2016. p. 67-102.

SILVA, I. A. S. S.; LOPES, L. N. Reestruturação da cidade e mudanças nas áreas centrais: análise a partir da concentração das atividades econômicas da cidade média de

Maringá/PR. In: Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 15., 2023, Palmas. **Anais...** Campina Grande: Realize Editora, 2023.

SILVA, I. A. S. S. **Reestruturação da cidade, atividades econômicas e áreas centrais nas cidades médias**: os casos de Maringá/PR e Dourados/MS. 2023. 95 f. Monografia de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/239587>. Acesso em: 9 de novembro de 2023.

SILVA, K. A. A.; BRITTO, N. D. S. S. O Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica como recurso metodológico para as pesquisas socioespaciais: potencialidades e limitações da base de dados nacional. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 25, n. 99, p. 279-300, 2024. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/69640>. Acesso em: 7 de junho de 2024.

SILVA, V. F. Sob a perspectiva do novo: um olhar sobre a dinâmica intraurbana de Dourados-MS e seu processo de urbanização. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 34, v. 2, p. 97-119, ago./dez. 2012. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/2033>. Acesso em: 22 de dezembro de 2023.

SILVA, W. R. A redefinição da centralidade em cidades médias. Londrina e Maringá no contexto da reestruturação urbana e regional. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 5., 2008, Barcelona. **Anais Eletrônicos...** Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/37.htm>. Acesso em: 22 de dezembro de 2023.

SOJA, E. **Geografias Pós-Modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SPOSITO, M. E. B. A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana. **Território**, Rio de Janeiro, a. 3, n. 4, jan/jun, 1998. Disponível em: <https://doceru.com/doc/8x1ss0x>. Acesso em: 22 de dezembro de 2023.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 46, v. 4 - Vol. Esp. da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Pres. Prudente, p. 103-129, agosto/2024.

ISSN: 2176-5774

SPOSITO, M. E. B. Centros e centralidades no Brasil. In: FERNANDES, J. A. V. R.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **A nova vida do velho centro nas cidades portuguesas e brasileiras**. Porto (Portugal): CE de Geografia e Ordenamento do Território, 2013. p. 45-59.

SPOSITO, M. E. B. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SPOSITO, M. E. B. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do estado de São Paulo, Brasil. **Investigaciones Geográficas**, n. 54, 2004. p. 114-139.

SPOSITO, M. E. B. **O chão aos pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo**. Presidente Prudente: UNESP, 2005 [tese de livre docência].

SPOSITO, M. E. B. Olhando de vários pontos de vista o processo de urbanização e a rede urbana. In: SUERTEGARAY, D.; SILVA, C. A.; PIRES, C.; PAULA, C. (Org.). **Geografia e conjuntura brasileira**. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, v. 1, 2017. p. 185-211.

SPOSITO, M. E. B.; SPOSITO, E. S. Articulação entre múltiplas escalas geográficas: lógicas e estratégias espaciais de empresas. **Geosp – Espaço e Tempo**, online, v. 21, n. 2, p. 462-479, agosto. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/131655>. Acesso em: 22 de dezembro de 2023.

WHITACKER, A. M. Centro da cidade: consolidação e expansão. In: MAIA, D. S.; SILVA, W. R.; WHITACKER, A. M. Org. **Centro e centralidade em cidades médias**. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

WHITACKER, A. M. **Reestruturação urbana e centralidade em São José do Rio Preto-SP**. Tese (Doutorado em Geografia) – FCT-UNESP. Presidente Prudente, 2003.

Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/03/03_arthur.pdf. Acesso em: 22 de dezembro de 2023.

Agradecimentos

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo apoio à pesquisa de Iniciação Científica intitulada “Padrões de localização das atividades econômicas nas cidades médias brasileiras: Mossoró, Marabá, Dourados e Maringá”, processo nº 19/09523-2.

Agradeço aos colegas do Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GAsPERR) e da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe), especialmente ao Prof. Dr. Eliseu Savério Sposito, que orientou o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço ao Dr. Hamilton Romero à Prof.^a Dr.^a Maria José Martinelli Silva Calixto pela contribuição com a realização da entrevista com representantes da Associação Comercial e Empresarial de Dourados (ACED).

A BATALHA DO VALE PARA ALÉM DA PRAÇA! AÇÕES COLETIVAS EDUCATIVAS EM PRESIDENTE PRUDENTE.¹

Bruno Fantin Salvi

Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, Brasil

E-mail: bruno.salvi@unesp.br

Resumo

O trabalho que segue expõe os resultados de pesquisa de mestrado, na qual os objetivos foram identificar e analisar os processos educativos acionados na vida dos jovens a partir de seu envolvimento com o Hip Hop, através da experiência na cidade promovida por esta participação, bem como relacionar os saberes que se dão meio a espaços não formais de educação com os que acontecem nas instituições escolares. Realizamos a pesquisa junto a jovens envolvidos com Coletivo Batalha do Vale, que atua desde 2015 em Presidente Prudente realizando ações culturais voltadas a cultura de rua em espaços públicos da cidade. A participação das juventudes em coletivos juvenis incentiva e direciona suas trajetórias de vida para uma formação intelectual, política e social que ocorre fora da escola e se desenvolve a partir da articulação e implementações de espacialidades pela cidade.

Palavras-chave: Educação; Geografia das Juventudes; Territórios; Investigação Militante; Hip Hop.

THE “BATALHA DO VALE” BEYOND THE SQUARE!: EDUCATIONAL COLLECTIVE ACTIONS IN PRESIDENTE PRUDENTE.

Abstract

The article that follows exposes the results of the master's research, in which the objectives were to identify and analyze the educational processes triggered in the lives of young people based on their involvement with Hip Hop, through the experience in the city promoted by this participation, as well as relate the knowledge that occurs through non-formal education placements with that that occurs in school institutions. We carried out research among young people involved with Coletivo Batalha do Vale, which has been operating in Presidente Prudente since 2015, carrying out cultural actions focused on street culture in public spaces in the city. The participation of young people in youth collectives encourages and directs their life trajectories towards an intellectual, political and social formation that occurs outside of school and develops from the articulation and implementation of spatialities throughout the city.

Key words: Education; Children's Geography; Territories; Militant Research; Hip Hop.

¡LA “BATALHA DO VALE” MÁS ALLÁ DE LA PLAZA!: ACCIONES COLECTIVAS EDUCATIVAS EN PRESIDENTE PRUDENTE.

¹ O artigo é uma revisão do trabalho publicado entre os Anais da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente-SP (2024)

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 46, v. 4 - Vol. Esp. da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Pres. Prudente, p. 130-146, agosto/2024.

Resumen

El trabajo que sigue expone los resultados de la investigación del docente, en la cual los objetivos son identificar y analizar los procesos educativos relacionados con la vida de los jóvenes a partir de su involucramiento con el Hip Hop, a través de la experiencia en la ciudad promovida por esta participación. así como cómo relacionar los conocimientos que más se dan a espacios no formados por la educación, como lo que sucede en las instituciones escolares. Realizamos la investigación junto con jóvenes involucrados con el Coletivo Batalha do Vale, que funciona desde 2015 en Presidente Prudente, realizando acciones culturales orientadas a la cultura de calle en espacios públicos de la ciudad. La participación de los jóvenes en las escuelas juveniles incentiva y orienta sus caminos de vida hacia una formación intelectual, política y social que ocurre fuera de la escuela y se desarrolla a partir de la articulación e implementación de especialidades en la ciudad.

Palabras-clave: Educación; Geografía de la Juventud; Territorios; Investigación Militant; Hip Hop.

Introdução

O artigo a seguir mostra alguns dos resultados do processo de pesquisa realizada a nível de mestrado, sendo um estudo sobre as juventudes e as culturas juvenis que se espacializam pelo espaço urbano, especialmente o Hip Hop. Consideramos então a cidade e seus lugares como espaços onde processos educativos são acionados à medida que os jovens vivenciam e constroem territorialidades acerca das culturas juvenis que se identificam.

Para a investigação contamos com a colaboração de jovens envolvidos com o movimento Hip Hop, especificamente com o Coletivo Batalha do Vale (BDV), que atua em Presidente Prudente desde 2015, promovendo semanalmente em praça pública eventos culturais ligados a cultura Hip Hop, sendo que as principais questões desta pesquisa surgiram a partir do trabalho de iniciação científica do pesquisador (AUTOR, 2019) já realizado junto a este mesmo coletivo.

O Hip Hop na qual nos referimos é uma cultura e um movimento que se consolidou nos guetos novaiorquinos, nas décadas de 1970 e 1980, sendo formado por jovens negros, latinos e empobrecidos que utilizaram da arte de rua como alternativa de superação frente a realidade de exclusão, vulnerabilidade e a forte presença de gangues. Os principais elementos artísticos do Hip Hop são: o break (dança), o rap (música), o Dj (a técnica dos toca discos e discotecagem, o grafite (pinturas) e o principal elemento na qual todos os outros orbitam ao redor: o conhecimento (PIMENTEL, 1997; MIRANDA, 2006). A cultura chega ao Brasil através das rádios e dos discos importados ainda nos anos 70, se popularizando nos anos 80 nas periferias urbanas de diversas cidades, sendo São Paulo, especialmente a Av. 24 de Maio, considerado o marco zero do Hip Hop no Brasil. Esta cultura acabou dando continuidade as pautas das juventudes periféricas e do movimento negro que já vinham se organizando artisticamente através do samba e dos bailes black.

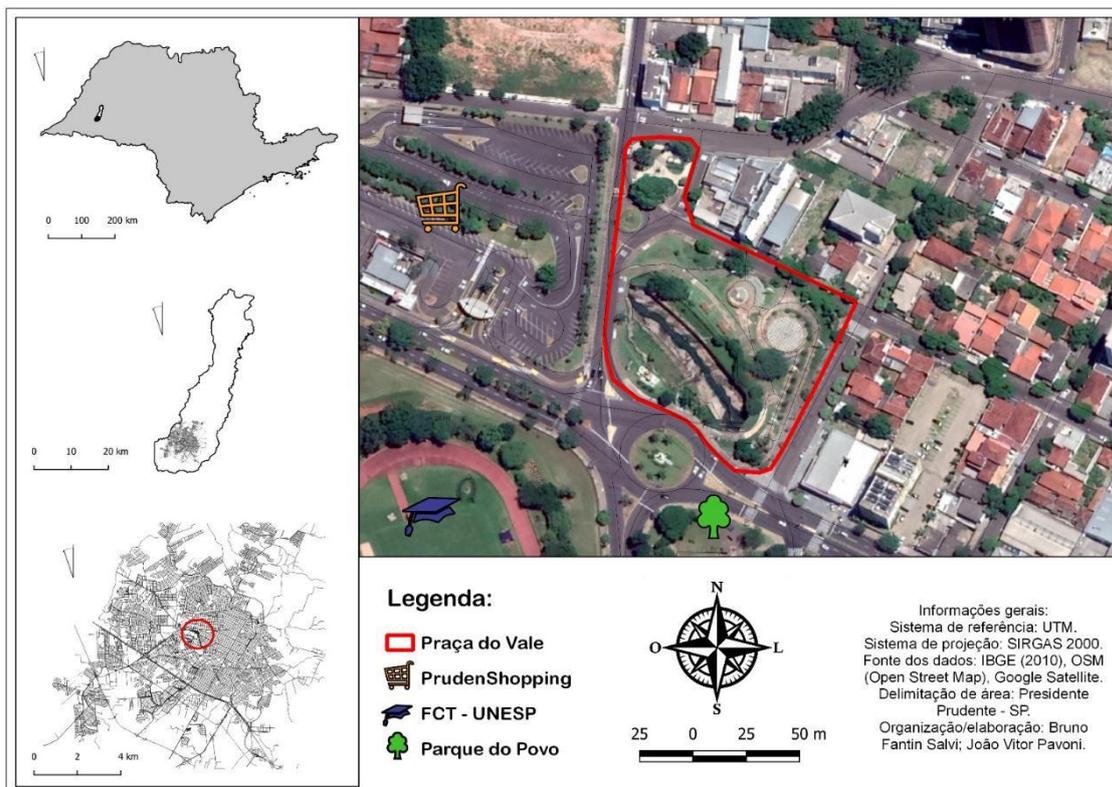
Já a Batalha do Vale, por sua vez, é um coletivo cultural independente que atua em Presidente Prudente e nas cidades menores da região desde 2015, através de ações culturais ligadas as vertentes artísticas e políticas do Hip Hop. Ao longo de seus anos de atividade, a BDV se apropriou da Praça “Oscar Figueiredo Filho”, mais conhecida como Praça do Vale pelas juventudes periféricas da cidade e por isso o nome do coletivo, sendo que a batalha de Mcs é o mais divulgado e conhecido evento realizado pelo coletivo. Além destas ações culturais realizadas em espaço público, a Batalha do Vale realiza atividades em escolas públicas da região de Presidente Prudente, com o objetivo de atingir as gerações mais novas com os princípios educacionais da cultura Hip Hop.

Figura 01. Batalha do Vale acontecendo na Praça do Vale.



Fonte: Facebook da Batalha do Vale

Figura 02. Mapa de localização da Batalha do Vale.



Fonte: Extraído de Salvi (2019)

Figura 03. Batalha do Vale acontecendo em escola estadual de Presidente Prudente em 2019.



Fonte: Facebook da Batalha do Vale.

Com a realização da pesquisa foi possível avançar na compreensão a respeito da espacialidade das juventudes, entendendo qual é a cidade e o espaço urbano que os jovens produzem com as suas práticas espaciais e qual o posicionamento destes jovens frente as desigualdades da cidade. Além disso, os resultados de pesquisa contribuíram diretamente para a legitimidade das ações de coletivos juvenis, especialmente a Batalha do Vale, através do debate científico que aborde estas ações a partir do protagonismo juvenil e da participação dos jovens na construção da sociedade.

O objetivo principal da pesquisa foi identificar e analisar os processos educativos que são acionados em meio à vivência dos jovens moradores de periferias empobrecidas da cidade de Presidente Prudente e que estão envolvidos com a cultura Hip Hop e/ou com as ações do Coletivo Batalha do Vale. Neste contexto buscamos relacionar os saberes que circulam nas ruas junto as manifestações culturais das juventudes com os conhecimentos que são apreendidos no ambiente escolar. Outro de nossos objetivos, na qual consideramos o mais relevante, foi orientar toda a construção da pesquisa: a lapidação da problemática, a teorização, a produção dos dados e as análises junto aos membros da Batalha do Vale. Fizemos isso através da pesquisa militante e em colaboração (RAPPAPORT, 2007; BARTHOLL, 2018), na qual os membros do Coletivo, que também são nossos colaboradores e entrevistados, participaram de todo o processo de investigação.

Pensamos então que a cidade e seus lugares são espaços educativos, onde quem os vivencia aprende algo a respeito dela mesma, ao menos o suficiente para a experiência cotidiana (BERNET, 1997; CARRANO, 2003; DAYRELL, 2001; CAVALCANTI, 2015). Segundo Jaume Bernet (1997) a cidade abriga espaços formais de educação, que são as instituições de ensino (escolas e universidades), os espaços informais que configuram bibliotecas, museus, cursos profissionalizantes promovidos por organizações diversas, e também os espaços não formais de educação, que são os espaços vividos no cotidiano, o bairro, as ruas, as praças...

Sendo assim acreditamos que as juventudes, que moram nas periferias empobrecidas e distantes da cidade, estão acionando e circulando conhecimentos ao vivenciarem os espaços urbanos em suas práticas cotidianas, bem como em suas atividades políticas, culturais e de lazer. Para Lana Cavalcanti (2015) os jovens ao se lançarem nos espaços da cidade ressignificam esses espaços através de sua presença, como é o caso da Batalha do Vale, que

realiza atividades culturais ligadas ao Hip Hop em praças públicas localizadas nas áreas centrais da cidade, mas que trazem elementos da cultura periférica.

Para Paulo Carrano (2003) as experiências vividas nos espaços das cidades, em situações informais, complementam a aprendizagem que se espera das instituições formais de educação:

A realidade acentua o movimento de redes sociais que geram contextos e acontecimentos educativos, em simultaneidade com as ações de instâncias educativas tradicionais como as relacionadas com família e instituições escolares. [...] Em conjunto com mecanismos e ritos formalizados e concebidos para gerar aprendizagens, vivemos quotidianamente situações que não foram intencionadas para serem educativas, mas que, efetivamente, geram efeitos educativos. (CARRANO, 2003, p.16)

O autor destaca que os conhecimentos acessados pelos jovens dentro do espaço escolar, através dos conteúdos das disciplinas e atividades pedagógicas, não são a única face da formação das juventudes. Notamos em nossas pesquisas que estes jovens também estão adquirindo saberes que fazem parte da formação social, política e intelectual ao se envolverem em culturas juvenis (AUTOR, 2019). São através dos espaços de educação não formais (ruas, praças, espaços onde ocorrem as práticas cotidianas) que os jovens estão adquirindo conhecimentos a respeito a própria realidade da cidade e que pode contribuir para um melhor entendimento das contradições da vida urbana, colocando os jovens como um sujeito social ativo na sociedade (CAVALCANTI, 2015).

Além da abordagem da experiência educativa da cidade, outra preocupação deste trabalho foi a de teorizar e trabalhar com as juventudes como protagonistas de suas ações e conscientes de suas trajetórias. O pesquisador espanhol Carles Feixa (1999) nos mostra que muitas das pesquisas publicadas a respeito das culturais juvenis no século XX relacionam diretamente as práticas dos jovens com temáticas ligadas a delinquência (violência, gangues e criminalidade por exemplo), configurando uma tendência acadêmica de abordar em pesquisas científicas as juventudes como uma fase turbulenta e passageira da vida.

A professora Helena Ábramo (1997) nos mostra que no Brasil os estudos relacionados a juventude foram em grande parte: “abordagens que orbitavam a respeito das instituições que estão presentes na vida dos jovens, como a família, a religião, a escola e também os órgãos jurídicos, que tratam dos jovens frente aos problemas de desigualdade e estruturas sociais” (p. 25). A autora ainda nos alerta de que estas temáticas tendem a não

considerar o protagonismo das juventudes frente a superação dos problemas sociais, como traçar projetos de vida ousados e coletivos.

Diante deste contexto buscamos abordar os jovens e as juventudes através da cultura juvenil Hip Hop, que historicamente desde sua consolidação configura um movimento pensado por jovens com grande preocupação e potencial em levantar demandas e buscar melhorias sociais para a juventude através da arte e da informação (MIRANDA, 2006). Com isso acreditamos que as práticas espaciais dos jovens podem ser analisadas a partir da relação da juventude com a cidade em que vivem, onde suas trajetórias de vida são parte da sociedade como um todo (DAYRELL, 2001), produzindo sua cultura, estilos e objetivos.

Com isso analisamos os jovens e suas práticas espaciais na tentativa de situar as juventudes na composição da cidade e do espaço urbano. Para Turra Neto (2008) é necessária a atenção em como acontecem as espacialidades dos jovens, para que possamos compreender quais as práticas que os jovens exercem que compõem e produzem os espaços da cidade através da materialização de uma cultura juvenil.

Para fundamentar nossa análise, participamos ativamente do Coletivo Batalha do Vale, construindo um constante diálogo a respeito do desenvolvimento da pesquisa com os membros do coletivo ao mesmo tempo que eram realizadas as ações da Batalha do Vale. Através da Observação Participante, as atividades do coletivo estudado configuram os trabalhos de campo, e os acontecidos relevantes e destacados pelo pesquisador registrados em diário de campo. Também entrevistamos pessoas que estão envolvidas com este coletivo em diferentes níveis, bem como algumas pessoas que participaram da formação da cultura Hip Hop em Presidente Prudente.

Ao final do processo de pesquisa notamos que as contribuições educativas acionadas na vida dos jovens através de sua participação nas atividades de um coletivo juvenil como o da Batalha do Vale se dão através de outras linguagens, diferentes das que são cultivadas nas instituições escolares, atingindo temáticas e assuntos que são aprofundados pelas próprias experiências de vida dos jovens. Por isso tais situações de aprendizagem são importantes para a formação da juventude enquanto membros da sociedade, e que o encontro e a sociabilidade nos espaços da cidade promovem reflexões formativas no âmbito político, social e também intelectual ao mesmo tempo em que se configuram territorialidades pelos espaços urbanos.

Desenvolvimento

A proposta de trabalho que adotamos aborda as juventudes como protagonistas de suas ações, o que inclui participar da pesquisa que está sendo desenvolvida. Por isso nossa primeira atividade foi o diálogo com o Coletivo Batalha do Vale a respeito dos objetivos de pesquisa e também da maneira como seria construída. Ao mesmo tempo, foram realizadas leituras a respeito de temas que abordem a proposta de pesquisa, especialmente a respeito das metodologias.

Esta primeira etapa foi importante para que se estimássemos os limites e a viabilidade desta investigação, tanto para o pesquisador quanto para o Coletivo estudado e seus membros. Isso fez com que acontecesse mutações nos limites da pesquisa diversas vezes, sendo que, lentamente, através do diálogo, o estudo foi se tornando também uma das pautas do coletivo Batalha do Vale.

A negociação coletiva parte da proposta metodológica de Pesquisa em Colaboração e Militante (RAPPAPORT, 2007; BARTHOLL, 2018) que adoramos como guia metodológico. Esta proposta consiste na participação direta do pesquisador no grupo estudado, onde este assume funções como um membro ativo do coletivo, que influencia e é influenciado. Desta forma, o Coletivo Batalha do Vale através de conversas a respeito da operação da pesquisa aderiu em suas pautas a realização da pesquisa, na qual contamos com a participação de membros do coletivo em atividades da pesquisa, e também, a participação do pesquisador em atividades do coletivo. Esta negociação teve de ser respeitada e, eticamente, cumprida de acordo com o combinado por ambas as partes. Através deste diálogo, em pleno desenvolvimento da pesquisa foi possível passar de uma pesquisa sobre o Coletivo Batalha do Vale, para uma pesquisa com e para a Batalha do Vale (RAPPAPORT, 2007).

Nossa importante ferramenta metodológica que acompanha todo o processo de pesquisa foi a Observação Participante, que Para Turra Neto (2001) pode ser compreendida como “uma metodologia na qual o pesquisador se coloca no campo como uma antena de rádio, a captar de forma sensível os elementos que interessam para a sua proposta, interagindo com o grupo, vivendo com ele e influenciando e sendo influenciado” (p.31). Com o tempo de pesquisa, na medida em que o vínculo com o coletivo se tornava mais intenso, passamos a praticar a “Participação Observadora” (p.80), estratégia metodológica desenvolvida por Timo Bartholl (2018) e que nos foi útil para que começássemos a atuar na

articulação e construção das ações da Batalha do Vale, de maneira que os membros do coletivo debatiam a pesquisa e o pesquisador debatia as ações do grupo coletivamente.

Em relação aos trabalhos de campo desta pesquisa, destacamos que foram realizados durante atividades do Coletivo Batalha do Vale, incluindo reuniões de organização, realização de eventos culturais, festas e atividades informais e sem planejamento. O que legitima estas participações como fonte para produção de dados é o registro no diário de campo, com o maior nível de detalhamento possível (WINKIN, 1998).

Para a produção de um registro formal sobre os dados realizamos entrevistas com pessoas escolhidas juntamente com o Coletivo Batalha do Vale, mas que correspondessem aos objetivos da pesquisa. As entrevistas foram filmadas, gravadas e armazenadas em nuvem. O roteiro manteve um caráter aberto e focalizado (BRITTO JUNIOR e FERES JUNIOR, 2011), onde o entrevistado ficou livre para detalhar sua perspectiva dos acontecimentos e nós, o pesquisador e líderes da Batalha do Vale, conduzimos a conversa de acordo com o roteiro elaborado previamente.

Classificamos os jovens em dois níveis de envolvimento com o Coletivo Batalha do Vale: Organizadores e Mcs. Também conversamos com uma jovem que foi aluna e participou de atividades da Batalha do Vale em sua escola, visando captar ações educativas nas atividades do Coletivo que acontecem em ambiente escolar. Para o público das ações culturais da Batalha do Vale aplicamos enquetes online, visto que os eventos promovidos pelo coletivo estudado foram realizados virtualmente. Além disso realizamos a mesma estrutura de entrevista para dialogar com pessoas que participaram da formação da cultura Hip Hop em Presidente Prudente, a fim de contextualizar o coletivo que estudamos na história da cultura. Após serem realizadas, as entrevistas foram transcritas para que fosse feito o tratamento destas através de quadros analíticos. Estes quadros que são organizados por temas que consideramos relevantes nos dão uma visão de totalidade, nos permitindo comparações entre os depoimentos, ampliando nossas possibilidades de análise.

Como proposta de divulgação dos resultados do trabalho e como contribuição ao Coletivo Batalha do Vale, consideramos que o texto de dissertação fornece amparo para futuras pesquisas a respeito de coletivos juvenis e também oferece material para que o Coletivo Batalha do Vale possa legitimar cada vez mais suas ações, produzindo projetos culturais e pedagógicos que possam fomentar ainda mais as atividades do coletivo. Além disso, na proposta inicial propomos o lançamento de um vídeo, em formato de documentário

contendo principalmente a relação entre a Batalha do Vale e a educação da juventude. Este vídeo está sendo produzido juntamente com o coletivo, mas até o presente momento não foi lançado, visto que existe a necessidade de atividades como edição de áudio e vídeo que exigem conhecimento técnico e o envolvimento de pessoas que não estão diretamente ligadas com a pesquisa e com a Batalha do Vale. Outra maneira de ampliar o alcance dos resultados da pesquisa, que acreditamos ser de grande importância, é a produção de fanzines, que são “pequenas revistas produzidas artesanalmente e de tema livre” (FRANCO, 2014, p.39). A partir da confecção dos fanzines é possível circular os resultados da pesquisa, em uma linguagem popular e artística, nos eventos realizados pelo Coletivo Batalha do Vale.

Resultados e Discussão

Para captarmos o que os jovens aprendem ao se envolverem com o movimento Hip Hop, através dos depoimentos dos colaboradores, percebemos que o encontro do jovem com o Hip Hop, que na maioria das vezes é dado através dos elementos artísticos desta cultura, os jovens sujeitos são estimulados ao pensamento, a refletir a respeito da realidade em que estão inseridos. O trecho a seguir foi destacado da entrevista com Brenner e após ser perguntado se algo mudou em sua vida após aderir o Hip Hop ele responde:

Brenner²: *Pra caramba, pra caramba. Eu acho que eu, primeiramente, como negro retinto, né mano, acho que fez eu perceber, primeiramente assim, me fez perceber o meu lugar como civil, tá ligado? O rap me fez sentir um civil, real assim, tipo... o rap me fez sentir, de fato assim, aquele artigo 1º, não tem? que todo mundo tem o direito de ir e vir? Então... o rap me faz me sentir nesse direito aí, tá ligado? Eu acho que depois que eu conheci o rap... eu não me sentia assim, não só de conhecer o rap, mas de entender o Hip Hop em si, acho que quando eu conheci o Hip Hop que eu entendi essa parada do Artigo número 1...que até então eu achava que eu entendia, mas aí tinha aquela parada que nois fica brincando sobre a síndrome do Calton Banks, tá ligado? Porque eu achava que eu era pá, falando: não, mas eu sou preto, não, mas eu sou preto..., mas nessa achando o Roberto Carlos melhor que o Tim Maia, tá ligado?... Nunca mano, nunca vai ser, não por questão pá, mas a gente é condicionado a pensar dessa forma, a gente é condicionado desde cedo a se perguntar: o que que tem de errado com você? Sendo que a única coisa que você tem diferente das outras pessoas, e que o sistema quer que seja demonstrado que seja diferente é que você tem a cor diferente da outra pessoa, mano... e de certa forma você se sente mais pra baixo...e aí o Hip Hop me mostrou mesmo mano, me*

² Os nomes dos colaboradores, para este texto, foram preservados e alterados para nomes fictícios.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 46, v. 4 - Vol. Esp. da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Pres. Prudente, p. 130-146, agosto/2024.

mostrou a cultura, tá ligado? Uma cultura afrodescendente muito forte falando: “pô mano, você tem o direito de ir e vir também, você é um pretão da hora...”

Percebemos do depoimento de Brenner que ao conhecer a cultura Hip Hop ele tomou conhecimento a respeito de seus direitos e de sua própria liberdade. Com isso fica evidente que a partir da reflexão promovida pelo envolvimento com esta cultura, o jovem passa a ter maior identidade racial e autoestima. Essa reflexão coloca o jovem como um sujeito social, consciente de sua posição no mundo, o mesmo podemos notar nas palavras de Billy:

Billy: *Cara, olha...uma mudança assim, que o Hip Hop causou, o rap em si falando, foi a mudança do pensamento... quando eu comecei a prestar atenção nas letras, principalmente nas letras do Sabotage, Rzo, aquelas músicas lá, tá ligado? Pensava muito naquelas letras, por que as histórias que os cara contava no rap era muito parecida com a nossa história, com história de luta, de sofrimento, que a gente tem que batalhar pra chegar onde quer... e a gente se identificava e queria troca ideia com alguém e não tinha ninguém pra dar um conselho, e quem dava o conselho? O rap mano... as músicas. Sozinho de fone de ouvido, as música que tocava no fone voltando sozinho da pista de skate, colocava um rap e ouvia as mensagens... foi a partir disso que eu acredito que o amadurecimento mental foi evoluindo e eu não parei mais, não parei mais...*

Destacamos que ambos os entrevistados receberam informações a respeito da realidade, que os forçaram a uma reflexão crítica de seus lugares no mundo e essa informação chegou através da arte, da música rap. As letras das músicas conversam sobre a realidade de uma forma lúdica, utilizando de problemas sociais urbanos como inspiração para rimas e o comprometimento com a mensagem a ser passada atinge realmente, como percebemos, quem as escuta.

O que é notável é que esta reflexão na qual os jovens estão se submetendo não foi gerada no ambiente escolar, partindo de atividades de lazer como ouvir música e caminhar pela cidade com fones de ouvido. Outro Mc entrevistado, Tiago, que também é organizador da Batalha do Vale e membro mais atuante do Coletivo, deixa claro em sua fala que a rua, os espaços da cidade em que frequentava em tempo livre, foram os espaços que promoveram maior curiosidade e ambição pelo conhecimento, assim como seu interesse pela leitura:

Tiago: Mano, esse livro aqui eu ganhei da minha primeira namorada, de aniversário, ela deu de presente pra mim, é autografado aqui ó [Tiago mostra o livro a "Guerra Não Declarada na Visão de um Favelado" de Carlos Eduardo Taddeo]... mas é autografado para o nome do pai dela por que foi no cartão dele que ela comprou pela internet (risos). Não tem o meu nome, mas firmão... já coletei assinatura do Eduardo na palestra dele, tá no meu caderno da faculdade. E o Eduardo tinha acabado de lançar esse livro e eu ganhei ele, lendo me interessei pela faculdade mas já tinha saído da escola. E aí eu queria ser revolucionário, queria fazer a diferença... pretão, queria fazer dinheiro, fazer a diferença, quero conseguir muita fita, mas não quero roubar e nem fazer nada ilegal... e tem uma parada dessa época que eu curtia ficar debatendo, eu colava na pista de skate do São Matheus, e tava eu o Mantega, e uma mão colo uma mina lá com uma ideia de coxinha, e o Mantega punk já lançou as paradas do capitalismo, tá ligado, mano? Falando sobre o universo, o Mantega debatendo e eu entrando nos debates, mas eu não tinha muito embasamento mano, não tinha argumento, eu me baseava tudo nos rap mano, o rap que falou pra mim tipo: Mano, você tem que estudar". Eu comecei a tomar enquadrado e não sabia o que falar pros PMs mano, e queria tomar enquadrado e não ficar chamando ninguém de senhor, com medo... eu queria estudar mano, eu percebi que pra bater de frente com o sistema tinha que estudar, tinha que fazer meu corre, obter conhecimento, ler livro... voltei para o supletivo... as pessoas fazem o supletivo rapidão, eu demorei pra caramba pra fazer meu supletivo, um ano inteiro... fiz meu vestibular... passei em História...

Com as falas dos jovens sujeitos entrevistados percebemos que o estímulo para buscar o conhecimento e a curiosidade foram acionados através da vivência nas ruas, nos espaços de lazer e culturais. Segundo Paulo Carrano (2001) e Juarez Dayrell (2008), a partir da sociabilidade e da relação que os jovens têm entre si e com a cidade em que vivem, é que possibilita a formação de cidadãos críticos e participativos, o que complementa o processo de educação que é iniciado na escola.

Em nenhum caso nossos entrevistados mostraram ter tido uma trajetória escolar positiva no sentido de estar sempre acompanhando as aulas e os conteúdos ministrados em sala de aula. Por outro lado, na vida extraescolar, fora dos muros, estes mesmos sujeitos vivenciaram situações que os fizeram se aproximar dos estudos, buscando no acesso à universidade, por exemplo, uma alternativa de projeto de melhoria de vida. Já as ações do Coletivo Batalha do Vale demonstraram contribuir neste processo no sentido de continuidade e reforço dos valores apreendidos com o Hip Hop, de aproximar a juventude periférica dos estudos e do conhecimento. Podemos destacar que a experiência coletiva, de

ocupar espaços da cidade para promover o Hip Hop, gerou um empoderamento e autoconfiança nesses jovens para que enfrentassem as barreiras sociais, incluindo as presentes no acesso à universidade, de maneira mais leve e consciente:

Billy: *E também a BDV me mostrou algo assim que eu nunca pensei que eu ia enxergar mano, essa parada de ser bolsista, de depender do transporte público...cara vou falar uma coisa pra vocês aqui, trabalhar e estudar, pegar busão (ônibus) chegar meia noite, uma hora mano. Eu chegava até cedo, chegava meia noite, tem gente que chegava uma hora da manhã em casa... essa realidade não é fácil, e essas ideias são as que a gente trocava na BDV, e eu me deparei com essa situação em diversos momentos. Mas isso não me pegou de surpresa... é aí que tá... quando a gente é pobre, periférico e se depara com um ambiente universitário é um choque, mano. Por que infelizmente a nossa educação não prepara o aluno para todo o processo da universidade... então tem muita gente que chega a desistir. Então até a gente se adaptar, ver que aquilo é real, a gente desiste..., mas assim, eu não desisti mano, por que? Porque eu sou melhor? Porque pra mim foi diferente? Não mano, por que a Batalha do Vale, de alguma forma, meio que preparou, tá ligado? Ela pegou toda aquela ideia que eu tinha, por que as vezes você tem as ideias, mas não sabe como estrutura-las, e eu tinha as ideias...e aí vendo tudo aquilo, participando, vivendo, conhecendo outros Mcs com mais caminhada, outros que passavam a visão, eu fui assimilando... então a BDV me preparou pra esse corre, e eu hoje estou no último período da faculdade. Não foi fácil, foi muito difícil e eu vou exercer a profissão de professor...*

Brenner: *Eu acredito que sim, ajudou e vai ajudar ainda mais...mas como a gente estava falando, não só me deu essa vontade de querer estudar, de querer ter uma formação, de compromisso... eu quero, de fato, terminar a Pedagogia, para conseguir aplicar dentro da Pedagogia, o Hip Hop, e colocar para as crianças, de certa forma, de forma bem pedagógica, para ensinar para as crianças desde pequenas, que elas tem seu direito de ir e vir desde criança, mano. Você sendo preto, sendo mulher, sendo homossexual, sendo diferente, fora do padrão que o sistema quer que você seja... eu acho que o Hip Hop vem muito para querer demonstrar essa diferença, essa diversidade...*

As respostas mostradas surgem após os entrevistados serem perguntados se as ações da Batalha do Vale tinham contribuído para suas vidas. Percebemos que o envolvimento da juventude periférica com a cultura e movimento Hip Hop pode ser tão educativa e inspiradora para os estudos quanto as situações vividas em ambiente escolar, e por vezes,

muito mais. Destacamos que as práticas coletivas dos jovens, em espaços diversos da cidade, através de manifestações políticas, culturais e de lazer, promovem ambientes educativos, na qual a realidade é uma pauta a ser discutida, refletida e plausível de intervenções.

Em nosso projeto de pesquisa as ações do Coletivo Batalha do Vale dentro das escolas eram fundamentais para entendermos a relação do Hip Hop com a escola. Porém, devido aos impedimentos da pandemia da covid-19, a escola se tornou inacessível para o Coletivo BDV, assim como os estudantes e para o pesquisador, o que causou um afastamento da pesquisa do ambiente escolar. Buscamos então dialogar com Mila, estudante da E. E. Pedro Tófano, no bairro Montalvão, onde a Batalha do Vale realizou atividades pedagógicas, a convite desta estudante, em dezembro de 2019, sendo a última atuação do Coletivo em escolas antes da pandemia da covid-19.

Conversando com a estudante percebemos que a escola enquanto uma instituição canaliza esforços para aproximar os conteúdos escolares da realidade dos alunos fora daquele ambiente. Essa aproximação, na maioria das vezes em que acontece, parte do esforço individual de algum professor ou até mesmo dos jovens estudantes, como comenta Mila a respeito da ida da Batalha do Vale até sua escola:

Mila: Foi diferente, porque o pessoal já conhecia um pouco pela internet, alguns iam para o parque do povo e passavam lá e já tinham uma ideia do que era Batalha do Vale, que é um movimento de batalha de rima, isso que eles têm o entendimento, eles sabem que é isso, e alguns já conheciam os Mcs, já tinham uma ideia de quem era... alguns eles não conheciam, que era novo para eles, e eles não conheciam... mas a Batalha do Vale ajudou bastante para eles conhecer o que é o movimento do rap, o que é o Hip Hop. Ajudou muito eles (seus colegas de escola) nessa questão de refletir, porque às vezes eles têm interesse. Eles escutam as músicas, mas não sabem da onde veio, qual a causa, o que não é a causa, quais as referências essas coisas assim eles não sabiam. E a Batalha do Vale levou para escola, para eles entenderem sobre, a onde surgiu os primeiros b-boys, os rappers, o movimento em geral, foi muito importante para eles eu tenho certeza disso.

Os estudantes das escolas em que o Coletivo Batalha do Vale já realizou ações, como percebemos em Salvi (2019), se animam ao verem jovens vestidos como querem (fora dos padrões), falando gírias e usando bonés. Esse contato dos jovens da Batalha do Vale com os jovens "mais novos" se torna um momento de aprendizagem, pois ao verem pessoas próximas a eles, que falam a mesma linguagem, tocarem em assuntos e promoverem debates

a respeito da importância dos estudos e do conhecimento realmente estimula os alunos a se aproximarem e levarem mais a sério os estudos. Sabemos, no entanto, que uma aprendizagem significativa não acontece a curto prazo, porém não podemos deixar de destacar que as investidas dos coletivos de Hip Hop para dentro das escolas são uma conexão do ambiente escolar com os saberes que ocorrem nas ruas, como mostramos aqui. Diversos trabalhos já destacaram o potencial do Hip Hop e seus elementos artísticos em abordar temáticas sociais previstas pelo currículo escolar (JOVINO, 1999; NEVES, 1999). O que tratamos aqui, é mais uma tentativa de ampliar a relação entre a realidade do aluno e os conhecimentos adquiridos em espaços não formais de educação dentro da escola, propondo fazer isso através da cultura Hip Hop.

Conclusões

No transcorrer da pesquisa que apresentamos mantivemos como base a proposta construir uma pesquisa de maneira horizontal e coletiva, a respeito de coletivos juvenis e das juventudes, em especial da Batalha do Vale, compreendendo como as participações dos jovens em coletivos juvenis contribuem para a sua formação política, social e intelectual a partir do compartilhamento de referências culturais e identitárias.

De acordo com as entrevistas de nossos colaboradores que trouxemos ao longo do texto, podemos afirmar que os jovens, ao aderirem às culturas juvenis são estimulados a refletir a respeito de seu contexto social e espacial, acionando processos educativos por meio de experiências em espaços informais e não-formais de educação, como eventos culturais, rodas de conversa e de rimas, pistas de skate, conversas com amigos, entre outras atividades cotidianas, em que o encontro, a sociabilidade, a diversão e as conversas sérias se sobrepõem.

A reflexão estimulada pelo Hip Hop coloca os jovens envolvidos a par das dinâmicas desiguais da sociedade. A partir da chegada de uma nova consciência de si e de sua posição, esses jovens se situam na cidade e passam a agir, movimentar suas vidas como estratégia de luta e de superação, reorientando trajetórias de vida e de cidade. Devido a isso, as trajetórias de vidas de jovens negros e moradores de periferias empobrecidas sofrem profundas mudanças em suas práticas espaciais, sociais e políticas ao se associarem com a cultura Hip Hop.

Evidenciamos ao longo da pesquisa que uma das estratégias apropriadas pelas juventudes periféricas para conquistar a superação da sua condição inicial e se inserir em trajetórias de ascensão social foram os estudos. Analisamos as trajetórias escolares dos nossos colaboradores e destacamos que estes jovens eram “maus alunos” na escola. Ao nos contarem suas vidas os jovens não atribuíram conquistas pessoais e coletivas às experiências “educacionais” que viveram na escola. Porém, hoje em dia, todos os jovens que colaboraram com esta pesquisa acessaram a universidade e são educadores que atuam diretamente nas escolas. Isso se tornou possível devido ao processo de reflexão, de contextualização espacial e social que foi acionado no momento em que nossos colaboradores assimilaram a cultura Hip Hop com suas vidas.

Referências Bibliográficas

BARTHOLL, Timo. **Por uma Geografia em movimento: a ciência como ferramenta de luta**. Rio de Janeiro. Consequência, 2018.

BERNET, Jaume T. Ciudades Educadoras: bases conceptuales. In: ZAINKO, Maria Amélia Sabbag (org). **Cidades Educadoras**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1997.

BRITTO JUNIOR, A. F.; FERES JUNIOR, N. A Utilização de Entrevistas em Trabalhos Científicos. **Evidência**, Araxá, v.7, n.7, p. 237-250, 2011.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Juventudes e cidades educadoras**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2003.

CARRANO, Paulo C. R.. Jovens, territórios e práticas educativas. **Revista Teias**, v.12, nº 26, p. 07-22. Set./Dez. 2011.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Os jovens, a escola e suas práticas espaciais: jovens escolares e sua geografia: práticas espaciais e percepções no/do cotidiano da cidade. In: CAVALCANTI, L. S., CHAVEIRO, E. S., PIRES, L. M. (org.) **A cidade e seus jovens**. Goiânia: Editora PUC Goiás. 2015. p. 12-29.

DAYRELL, J. A escola como espaço sócio-cultural. In: DAYRELL, J. (org.) **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG. 2001. p. 136-161.

FEIXA, Carles. **De jóvenes, bandas e tribus**. Barcelona: Ariel, 1999.

FRANCO, F. Poletto. **Geografia e Ensino: Elaboração de Fanzines como possibilidade na construção do conhecimento**. 2014. 271f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 46, v. 4 - Vol. Esp. da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Pres. Prudente, p. 130-146, agosto/2024.

ISSN: 2176-5774

FOOTE-WHYTE, William. Treinando a observação participante. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar (org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. p. 77-86.

JOVINO, D. S. Ione. “Rapensando” os PCN’S. In: ANDRADE, Elaine (org.) **Rap e educação rap é educação**. São Paulo. Editora: Summus, 1999. p. 161-166.

NEVES, L. A. D. Rap na Sala de Aula. In: ANDRADE, Elaine (org.) **Rap e educação rap é educação**. São Paulo: Editora: Summus, 1999. p. 153-160.

MIRANDA, Jorge Hilton De Assis. Relação De Mercado e Trabalho Social No Hip Hop. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, [S.l.], n. 223, p. 32 - 41, jun. 2006. Disponível em: <<https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/165>>. Acesso em: 30 jun. 2021.

PIMENTEL, Spency. **O Livro vermelho do Hip Hop**. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes – Universidade de São Paulo. 1997. Trabalho de Conclusão de Curso. 1997.

RAPPAPORT, Joanne. Más allá de lá escritura: la epistemología de la etnografía em colaboración. **Revista Colombiana de Antropología**. Vol.43, enero-diciembre, 2007, pp. 197-229. Instituto Colombiano de Antropología e Historia. Bogotá, Colombia.

SALVI, Bruno Fantin. **A cidade e os espaços informais de educação: contribuições da Batalha do Vale para a educação dos jovens de Presidente Prudente**. 2019. 93f.

AUTOR. **PARA ALÉM DA PRAÇA!: a contribuição educativa da Batalha do Vale na educação das juventudes em Presidente Prudente (SP)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente. p. 215. 2023.

TURRA NETO, Nécio. **Múltiplas trajetórias juvenis em Guarapuava: territórios e redes de sociabilidade**. 2008. 526 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2008.

O CENTRO PRINCIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP: UM ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DOS DIFERENTES AGENTES NA MUTAÇÃO DA PAISAGEM¹

Crislaine Lima de Oliveira

Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, Brasil

E-mail: crislaine.lima@unesp.br

Erika da Silva

Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, Brasil

E-mail: erika.silva1993@unesp.br

Resumo

O trabalho teve como proposta analisar a composição da paisagem sobre o recorte da malha urbana do centro principal do município de Presidente Prudente, através da identificação dos diferentes agentes de produção do espaço urbano, suas distintas formas de articulação e transformação do sítio urbano. A análise visou explorar para além dos elementos estéticos de um “plano de fundo”, para assim, compreender a sociedade a partir das transformações da paisagem. O quadrilátero central caracteriza-se como o primeiro núcleo urbano do município. Na atualidade, a área e parte de seu entorno concentram as principais atividades comerciais e de serviço públicos e privados, de modo que, possibilitou neste trabalho a estruturação dos diferentes processos de centralização materializados historicamente na área de estudo. Em suma, examinou-se nas formas e nos conteúdos da área, como a ação dos agentes de produção do espaço urbano, desde o período de formação do município até os dias atuais, produziram um local fragmentado ao mesmo tempo que articulado aos interesses capitalistas.

Palavras-chave: Centro; Paisagem; Agentes de Produção; Presidente Prudente.

THE PRINCIPAL CENTER OF PRESIDENTE PRUDENTE/SP: A STUDY ABOUT THE PERFORMANCE OF DIFFERENT AGENT IN LANDSCAPE MUTATION.

Abstract

The work aimed to analyze the landscape composition within the urban mesh of the principal Center of the town of Presidente Prudente, through the identification of different agents of urban space production, their distinct forms of articulation, and transformation of the urban site. The analysis aimed to explore beyond the aesthetic elements of a “backdrop”, thus understanding society through landscape transformations. The central quadrilateral is characterized as the first urban nucleus in the town. Today, the area and part of its surroundings concentrate the main commercial and public and private service activities, thus enabling, in this work, the structuring of the different centralization processes historically materialized in the study area. In summary, the examination focused on the forms and content of the area, exploring how the actions of urban space production agents, from the formation of town to the present day, have created a fragmented yet articulated space aligned with capitalist interests.

Key words: Center; Landscape; Agents of production; Presidente Prudente.

EL CENTRO PRINCIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP: UN ESTUDIO SOBRE LA ACTUACIÓN DE LOS DIFERENTES AGENTES EN LA MUTACIÓN DEL PAISAJE.

Resumen

El trabajo tuvo como propuesta analizar la composición del paisaje sobre el recorte de la malla urbana del centro principal del municipio de Presidente Prudente, mediante la identificación de los diferentes agentes de producción del espacio urbano, sus distintas formas de articulación y transformación del sitio urbano. El análisis tuvo como objetivo explorar más además de los elementos estéticos de un “plano de fondo”, para así comprender la sociedad a partir de las transformaciones del paisaje. El cuadrilátero central se caracteriza como el primer núcleo urbano del municipio. En la actualidad, el área y parte de su entorno concentran las principales actividades comerciales y de servicios públicos y privados, lo que permitió en este trabajo la estructuración de los diferentes procesos de centralización materializados históricamente en el área de estudio. En resumen, se examinaron las formas y los contenidos del área, cómo la acción de los agentes de producción del espacio urbano, desde el período de formación del municipio hasta la actualidad, ha producido un lugar fragmentado pero al mismo tiempo articulado con los intereses capitalistas.

Palabras-clave: Centro; Paisaje; Agentes de Producción; Presidente Prudente.

Introdução

A paisagem urbana é formada historicamente por seus aspectos naturais, pelas formas das construções e suas funções, bem como, pelas pessoas que ali se relacionam. A maneira como ocorrem as combinações entre suas estruturas físicas e os elementos de organização da vida social, transformam cada local em um lugar singular. É, portanto, “resultado de uma combinação dinâmica, em determinada porção do espaço, de elementos físicos, biológicos e antrópicos reagindo dialeticamente, um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução” (Bertrand, 2004).

As paisagens urbanas não são homogêneas, por mais que disponham de produtos e infraestruturas similares, resultantes da materialização dos processos de produção capitalista. Cada componente se define historicamente por meio das relações de afetividade, identificação e concretização dos eventos, próprias dos grupos sociais que produzem os espaços urbanos, através de projetos individuais e coletivos. Para Bertrand (2004), a paisagem não é a expressão de uma simples adição de elementos geográficos.

Roberto Lobato Corrêa (1995) analisa a atuação de cinco conjuntos de agentes sociais que produzem e se apropriam do espaço urbano através das diferentes formas de uso da terra, são estes: os proprietários dos meios de produção; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; e o grupos sociais excluídos.

Os primeiros agentes são os proprietários dos meios de produção, representado pelas grandes indústrias e as empresas comerciais, cuja atividade leva à criação de áreas fabris

dotadas de infraestrutura para escoamento de sua produção e interferem na localização de outros usos da terra, sobretudo na criação de distintas áreas residenciais.

Os proprietários fundiários compõem o grupo de agentes de produção do espaço urbano detentores da propriedade privada da terra, que os permitem auferir renda através de vantagens naturais, ou indiretamente, por meio da incorporação de melhorias aplicadas em seu entorno (Harvey, 2013).

Os promotores imobiliários atuam sob a organização espacial da cidade capitalista. Suas atividades se caracterizam pela incorporação, construção, comercialização e transformação de imóveis acrescidos de lucro. Outrossim, sua dinâmica de atuação resulta na produção de desigualdades habitacionais e segregação socioespacial.

O Estado atua de forma complexa e plural, seja na regulamentação do uso do solo, controle de taxas e mecanismos de créditos para habitação, bem como no gerenciamento dos investimentos públicos e implantação de infraestruturas.

Por último, os grupos sociais excluídos, enquanto agentes produtores do espaço urbano (Corrêa, 1995), são produzidos através das práticas de segregação capitalista que se organizam oferecendo resistência frente ao fenômeno de exclusão social.

Neste contexto, ao se analisar a composição da paisagem sobre o recorte do centro principal do município de Presidente Prudente, é possível integrar os elementos da paisagem natural e as implicações das ações de diferentes agentes de produção do espaço urbano. Tal análise explora não apenas os elementos estéticos de um “plano de fundo”, assim, compreendendo a sociedade a partir das transformações da paisagem.

Assente à escolha da área de desenvolvimento do trabalho, marcado como um espaço central urbano, é necessário estabelecer como o centro se materializa a partir da capacidade de polarização dos processos de centralidade:

“[...] não está necessariamente no centro geográfico, e nem sempre ocupa o sítio histórico onde esta cidade se originou; ele é antes de tudo o ponto de convergência/divergência, é o nó do sistema de circulação, é o lugar para onde todos se dirigem para algumas atividades e é o ponto para onde todos se deslocam para a interação destas atividades aí localizadas com outras que se realizam no interior da cidade ou fora dela. Assim, o centro pode ser qualificado como integrador e dispersor ao mesmo tempo”. (Spósito, 1991, p. 6 apud Bueno, 2016, p. 5).

Dessa forma, pautado na concepção de que a paisagem urbana é formada por uma realidade material, historicamente produzida por inúmeros agentes ao longo do tempo, através de controle de atração e dispersão de fluxos que se manifestam em sua configuração física, buscamos por meio de uma análise de seus aspectos perceptíveis um meio de aproximação da realidade geográfica.

Metodologia

A fim de possibilitar o desenvolvimento deste trabalho os procedimentos metodológicos que nortearam a análise encontram-se subdivididos em quatro etapas:

A primeira etapa abrangeu a definição da escala base de trabalho e das unidades de paisagem que amparam a análise. Com esse objetivo, a área de estudo delimitada compreende o quadrilátero central da cidade de Presidente Prudente/SP, delimitado pelas avenidas Manoel Goulart, Brasil, Washington Luiz, Coronel José Soares Marcondes e seu entorno imediato. As unidades de paisagem, como afirmam Queiroz e Queiroga (2016, p.3), “são definidas com base em unidades observáveis a partir da avaliação morfológica da paisagem e do sistema de espaços livres urbanos em função da escala de pesquisa e trabalho”. Com base na análise prévia da área de estudo, revisão da bibliografia e disponibilidade de materiais foi definido cinco unidades de paisagem para o desenvolvimento deste trabalho.

A primeira diz respeito ao todo, uma investigação ampla das mudanças e permanências na paisagem no raio que delimita a análise. A segunda é um conjunto de edifícios históricos que compunham a rede de infraestrutura e que possibilitaram o escoamento de produtos e pessoas através do transporte ferroviário, com ênfase na estação ferroviária, parte da linha férrea e seus anexos em si e na casa do antigo engenheiro chefe.

A terceira abrangeu a observação das mutações nos edifícios da Catedral de São Sebastião e do Santuário de Nossa Senhora Aparecida e os elementos que estão em seu entorno imediato, com destaque para as praças que as permeiam (Praça Nove de Julho e Praça da Bandeira, respectivamente). A partir da quarta unidade de paisagem comparou-se os conteúdos das duas vias que concentram atividades de comércio e serviço, a Rua Quintino Bocaiúva e o calçadão (parte da Rua Tenente Nicolau Maffei), que sofreram diferentes tipos de intervenções ao longo dos anos.

Por fim, foi realizado uma análise do complexo de edifícios que pertenciam a Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo por se tratar de um bom exemplo de preservação e

refuncionalização do patrimônio histórico na cidade e do galpão ocupado pelo Coletivo Cultural Galpão da Lua, mostrando outras formas de preservação do patrimônio por meio da ação de movimentos sociais.

A segunda etapa do trabalho consistiu na pesquisa e levantamento de dados e informações através da busca em arquivos históricos e materiais fotográficos do acervo do Museu e arquivo histórico Prefeito Antônio Sandoval Netto, e revisão bibliográfica, a fim de caracterizar e classificar a área de estudo, por meio do levantamento histórico de sua formação e estruturação urbana, bem como, a identificação dos agentes de produção do espaço envolvidos.

Posteriormente, houve pesquisa em campo com levantamento in loco de fotografias atuais que serviram de base para o comparativo da mutação da paisagem desde o estabelecimento do núcleo urbano, passando por seu período de expansão e os dias atuais.

Na última etapa foi elaborado um quadro síntese da análise das mutações na paisagem e uma discussão a respeito do papel dos agentes de produção da paisagem urbana.

Resultados e discussões

Por se tratar do primeiro núcleo urbano da cidade, a estruturação do quadrilátero central e adjacências promoveu grande adensamento logo nos primeiros anos de sua ocupação. A partir de 1917, os proprietários fundiários, representados pelas figuras dos “Coronéis” Marcondes e Goulart, impulsionaram o estabelecimento dos primeiros aglomerados populacionais sob os contornos das vias férreas.

Os dois núcleos urbanos, Vila Goulart e Vila Marcondes, deram início a ocupação do território da cidade de Presidente Prudente. Sposito afirma (1983, p.71), “alguns aspectos foram relevantes para a direção da expansão territorial inicial da cidade, tais como o relevo, que é mais suave na porção oeste, e ainda a porta da estação da estrada de ferro, que era voltada para a Vila Goulart”.

As vilas possuíam características distintas uma da outra. A Vila Goulart, hoje denominada centro principal, no início de seu povoamento enfrentou problemas com a regularização dos lotes devido a divergências nas medições, mas isso não impediu uma maior expansão para o setor Oeste, facilitada por haver compartimentos mais suaves e ruas retilíneas, estruturas observáveis até hoje nas ruas e avenidas do centro. A sua localização também influenciou nesse processo, pois os imigrantes que desembarcavam da estação

ferroviária já se deparavam com o loteamento iniciado por Goulart. Enquanto na porção Leste, Vila Marcondes, os terrenos eram mais acidentados, possuindo os maiores declives. Durante o processo de expansão, os bairros localizados em lotes com predomínios de declividade, caracterizado como áreas de vertentes de alta vulnerabilidade, foram destinados à população de baixa renda.

“A dinâmica de apropriação do relevo de Presidente Prudente ocupou em um primeiro momento os compartimentos geomorfológicos mais altos, chamados espigão divisor de águas e seguiu esta dinâmica ocupando os espigões secundários e, conseqüentemente, as partes mais baixas” (Pedro, 2008, p. 47).

José Soares Marcondes, além de proprietário fundiário, também foi um agente promotor imobiliário. Inicialmente comercializava as terras pertencentes ao Dr. Armando Nogueira Cobra, até que em 1920 adquiriu 500 alqueires de terra da fazenda Montalvão e fundou a Companhia Marcondes de Colonização Industrial e Comércio, companhia responsável pela venda de pequenos lotes de terra no sítio oposto à Vila Goulart. Neste período, temos a primeira fase de especulação imobiliária na região (Pedro, 2008).

Nas décadas de 1920 e 1930 a cidade foi sustentada por uma economia essencialmente agrícola, tendo o café como principal produto, até que no período de 1960 a 1982 houve um grande crescimento populacional e o surgimento de movimentos migratórios do rural para o urbano. Segundo Pedro (2009), este foi o período de expansão capitalista no Estado, com o crescimento das cidades médias, retroalimentadas pela economia das cidades menores do entorno.

Atualmente a área central do município é densamente ocupada e parcialmente verticalizada (Figura 01), com maior concentração de edifícios com mais de três pavimentos no quadrilátero central e as principais atividades são o comércio e a prestação de serviços.

Figura 01. Vista panorâmica do centro de Presidente Prudente



Fonte: Zekialves, 2013 [Wikimedia Commons].

A presença de edifícios institucionais de gestão municipal faz com que o centro seja importante área de interesse ao Poder Público, ao passo que ainda mantém-se como um dos locais com maiores preços imobiliários praticados, motivo pelo qual pode-se explicar a verticalização como alternativa de ampliação da captura de rendas fundiárias em um local amplamente adensado e com pouca oferta de terrenos disponíveis, mas ainda muito valorizado (Sposito, 1983; Melazzo, 1993; Reis, 2015; Costilhas, 2023).

Parte do que podemos considerar um “corredor histórico” de Presidente Prudente, o conjunto Estação Ferroviária Prudente de Moraes e edifícios que a compunha (edifícios públicos, galpões, moradias de funcionários) foi descaracterizado ou demolido, restando apenas o prédio da Estação e alguns dos galpões. O prédio da Estação (Figuras 02 e 03) manteve grande parte de suas características originais, nele foram anexadas estruturas para garantia de acessibilidade de pessoas com deficiência, pois durante alguns momentos o edifício abrigou algumas atividades institucionais do Poder Público Municipal.

Figuras 02 e 03. Antiga Estação Ferroviária Prudente de Moraes (1950 e 2023).



Fonte: Museu e Arquivo Histórico Prefeito Antônio Sandoval Netto e G1 Presidente Prudente, 2023.

As demandas estabelecidas pelos promotores imobiliários levaram à transformação das construções físicas. Muitos edifícios históricos adjacentes foram completamente demolidos e substituídos por novas edificações visando o atendimento das demandas comerciais, elevando significativamente o preço do metro quadrado do local. A exemplo podemos destacar a antiga casa do engenheiro chefe da estação (Figuras 04 e 05), situada bem próxima ao prédio da Estação. Nos anos posteriores à desativação da ferrovia o imóvel foi apropriado pelo setor privado para fins comerciais até o ano de 2022, quando foi demolido para instalação de um estacionamento.

Figuras 04 e 05. Antiga casa do engenheiro chefe transformada no Bar da Estação em 2014 e imóvel demolido em 2022



Fonte: Acervo pessoal, 2014 e Luis Valente, 2023.

A unidade de paisagem associada aos edifícios da Catedral de São Sebastião e do Santuário de Nossa Senhora Aparecida foi escolhida devido ao fato de que não há como dissociar a formação dos núcleos urbanos brasileiros ao funcionamento das igrejas e a sua importância para as funções civis, sociais e religiosas no passado. Além disso, cabe ressaltar a importância das praças que as acompanham, que podem ser consideradas os primeiros espaços de lazer da cidade (Teixeira, 2001; Caldeira, 2007). Segundo Choay (1999) as praças e os passeios públicos são vistos como resistência ao crescimento descontrolado das cidades e também constitui um espaço dedicado ao reencontro entre as pessoas.

A Catedral de São Sebastião (Figuras 06 e 07) sofreu poucas alterações em sua estrutura ao longo dos anos, seu entorno ora adensado, porém com o predomínio de edifícios térreos e assobradados, hoje se encontra intensamente verticalizado. Os espaços livres em seu largo, ainda que mantidos, tiveram parte considerável impermeabilizados e convertidos em estacionamento.

Figuras 06 e 07. Catedral de São Sebastião (1959 e 2013)



Fonte: Museu e Arquivo Histórico Prefeito Antônio Sandoval Netto e Prefeitura Municipal de Presidente Prudente.

O Santuário de Nossa Senhora Aparecida (Figuras 08 e 09) faz parte do conjunto de edifícios históricos que remontam o início da formação urbana da cidade. Na década de 1940 o Santuário era composto apenas por nave central, adquirindo com o passar do tempo mais duas naves laterais. Suas características arquitetônicas foram bem preservadas e os anexos mais recentes integram de maneira eficaz o antigo e o novo. O entorno e a praça que o compõem, no entanto, foram bastante alterados.

Figuras 08 e 09. Santuário de Nossa Senhora Aparecida (década de 40 e 2020)



Fonte: Pascom Diocesana/Arquivo.

A Praça da Bandeira (Figuras 10 e 11) era um grande espaço livre anexo ao Santuário de Nossa Senhora Aparecida, que permitia a circulação de transeuntes e era um dos principais espaços de lazer da época. Porém, na década de 1970, através de medidas do governo municipal e estadual, foi realizada a construção do Viaduto Comendador Tanel Abbud, ligando a malha urbana central ao setor leste e possibilitando a travessia de carro sob os trilhos da linha férrea, de modo que, foi alterada a dinâmica original do local dando espaço a outras formas de apropriação.

Figuras 10 e 11. Praça da Bandeira (1930) e Viaduto Comendador Tanel Abbud (1970)



Fonte: Museu e Arquivo Histórico Prefeito Antônio Sandoval Netto.

As obras de instalação da infraestrutura de rodagem reduziram drasticamente o espaço livre da Praça da Bandeira. O baixo do Viaduto e seu entorno foi apropriado pelo Poder Público Municipal para ocupação de comerciantes ambulantes. O local que ficou conhecido como “Camelódromo” passou a atrair inúmeros consumidores em busca de produtos importados, principalmente eletrônicos.

No início de 2020, o Camelódromo passou por obras de reestruturação da prefeitura, a fim de tentar regularizar as atividades dos ambulantes e adequar suas instalações. Desde sua criação, diversos camelôs se instalaram no local de forma irregular, ultrapassando o número de boxes em situação regularizada. Conseqüentemente, a reestruturação resultou na desapropriação de muitos comerciantes descontentes com as novas regras e taxas cobradas pela prefeitura municipal. Atualmente, parte da estrutura do viaduto abriga também de forma precária pessoas em situação de rua.

A análise de importantes vias de concentração de atividades de comércio e serviços permite observar a demanda e desigual distribuição da alocação de recursos do Poder Público em diferentes áreas de interesse. A próxima unidade de paisagem estabelecida propõe a comparação entre a Rua Quintino Bocaiúva e o chamado calçadão de Presidente Prudente (parte da Rua Tenente Nicolau Maffei). A Rua Quintino Bocaiúva (Figuras 12, 13 e 14) preserva muito dos edifícios históricos da época da formação da cidade e apresenta uma dinâmica muito diferente das atividades de comércio e serviços para além da linha férrea. É possível observar nesta rua casas assobradadas com fachadas de estilo *Art déco* cujos térreos comportam hoje pequenos comércios e prestadores de serviço. Assim como as demais áreas históricas da cidade, essas edificações também apresentam sinais de avarias devido ao tempo e ao abandono.

Figuras 12, 13 e 14. Edifícios na Rua Quintino Bocaiúva (2023)



Fonte: Autoras, 2023.

Diferente da dinâmica e tipos de comércios se comparado a Rua Quintino Bocaiúva (Figuras 15 e 16), no chamado calçadão de Presidente Prudente os edifícios históricos foram demolidos ou descaracterizados devido às marquises das lojas. Podemos observar a diferença de pavimentação, pois a via também passou por grande modificação estrutural devido a sua delimitação no quadrilátero central e denominação como calçadão, o que ocasionou mudança do tipo de uso, antes via de tráfego de veículos automotores e agora permite apenas a circulação de pessoas.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 46, v. 4 - Vol. Esp. da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Pres. Prudente, p. 147-163, agosto/2024.

ISSN: 2176-5774

Figuras 15 e 16. Rua Tenente Nicolau Maffei (década de 1970 e ano de 2021)



Fonte: Museu e Arquivo Histórico Prefeito Antônio Sandoval Netto e O Imparcial, 2021.

Ambas as vias, próximas geometricamente, se distinguem pela conservação evidenciada por características infraestruturais e estado de conservação de suas edificações. A primeira se destaca pela precariedade, presença de comércios menores e claro abandono do Poder Público Municipal, enquanto a outra conta com inúmeras iniciativas, até mesmo recentes, de manutenção e revitalização.

A última unidade de paisagem estabelecida neste trabalho permite analisar dois espaços refuncionalizados de modo distintos, que hoje produzem um contraponto. Os galpões das antigas Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo S/A foram revitalizados preservando suas características arquitetônicas e adquirindo nova função em 2007, como Centro Cultural. Enquanto um dos antigos galpões localizado no lado oposto à linha férrea foi apropriado pelo Coletivo Cultural Galpão da Lua, grupo formado por artistas e trabalhadores independentes que desenvolvem apresentações circenses e as mais diversas atividades culturais de forma gratuita para a população de Presidente Prudente/SP.

As Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo S/A (IRFM) (Figuras 17, 18 e 19) chegaram em Presidente Prudente em 1936, ocupando o prédio que pertencia à Companhia Marcondes Colonização Indústria e Comércio. Os galpões da indústria foram instalados estrategicamente nas proximidades das linhas férreas Sorocabana, facilitando o escoamento do beneficiamento de café e posteriormente de algodão e cereais, como o amendoim e milho. Suas atividades ocorreram até a década de 70, quando o conglomerado de indústrias não conseguiu sustentar mais as quedas dos rendimentos de exportação dos produtos brasileiros (Galindo *et al.*, 2008).

Figuras 17, 18 e 19. Antiga IRF Matarazzo (1938), Edifício tombado (1987) e atual Centro Cultural Matarazzo (2010)



Fonte: Museu e Arquivo Histórico Prefeito Antônio Sandoval Netto(1938), Revista Videre (2008), e Prefeitura Municipal de Presidente Prudente (2010).

O Coletivo Cultural Galpão da Lua (Figuras 20 e 21) funciona desde 2016 em um dos galpões que fazia parte da antiga rede ferroviária federal, servindo de armazém para os produtos e mercadorias que circulavam pela região e que hoje fazem parte do patrimônio da União. O Coletivo luta pela regularização da cessão do imóvel junto à Secretaria de Patrimônio da União, fazendo com que este espaço, ora ocioso, promova a cultura e projetos sociais a toda a população.

Figuras 20 e 21. Coletivo Cultural Galpão da Lua (2024)



Fonte: G1 Presidente Prudente e @galpaodalua, Bloco ÊtaNóis, 2024.

No presente, o edifício mantém quase que inteiramente as suas características originais. Os artistas que fazem parte do projeto intervieram no espaço físico do prédio apenas de modo a mitigar os danos ocasionados pelo tempo e abandono, pois ao contrário do Centro Histórico Cultural Matarazzo não conta com apoio do Poder Público.

A análise das mutações na paisagem do centro principal de Presidente Prudente/SP, sintetizadas no Quadro 01, convergem e dialogam com as fases de ocupação e urbanização

de cidades do interior do Estado de São Paulo, demonstrando que ainda que cada cidade tenha suas especificidades em sua estruturação, o modo de ocupação e reestruturação dos territórios das cidades paulistas seguem uma mesma lógica. O quadro foi elaborado a partir de registros históricos sobre o processo de expansão urbana do município de Presidente Prudente. O conteúdo adicional e correlacionado, foi desenvolvido através da observação in loco da área de estudo no presente.

Quadro 01 - Síntese das mutações da paisagem

Fases	Forma de Identificação	Principais características e mutações observadas
Colonização	Registros históricos escritos.	Antes do início da colonização sugere poucas alterações na paisagem natural, preservada e pouco modificada pelos povos originários.
Bandeirismo (séc. XVI a XVIII)	Registros históricos escritos.	Núcleo urbano ainda não estruturado. Pressupõe paisagem natural preservada e pouco modificada.
Tropeirismo (séc. XVII a XX)	Registros históricos escritos.	Núcleo urbano ainda não estruturado. Pressupõe paisagem natural preservada e pouco modificada.
Ferroviarista (início séc. XX a início séc. XIX)	Registros escritos, relatos e imagens históricas.	Ferrovias chegam antes do núcleo urbano, a fim de viabilizar o comércio de terras rurais. O conjunto da Estação Ferroviária foi muito importante na formação histórica da área analisada. Atualmente, a maior parte dos edifícios, estrutura que a compunham e entorno imediato foram parcial ou totalmente modificados e os remanescentes se encontram pouco preservados.

Rodoviarista (a partir do séc. XIX)	Registros escritos, relatos e imagens históricas.	Formação e intensificação de núcleos urbanos ao longo de vias e rodovias. Mudou completamente a dinâmica local da área de estudo através da construção e ampliação de avenidas e viadutos que diminuíram áreas livres, como o caso da Praça da Bandeira, e derrubada de patrimônio histórico. Influi diretamente no aumento da emissão de poluentes, pois é uma área de intenso tráfego de veículos automotores.
Atual	Levantamentos de imagens e condições atuais da área.	Padrão resultante dos períodos analisados, principalmente do rodoviarista, pois ainda nos dias atuais os poucos edifícios remanescentes continuam a ser derrubados para a utilização como estacionamentos.

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2023.

Considerações finais

Dessa forma, apresentou-se nas unidades da paisagem analisadas as influências dos agentes de produção do espaço urbano. Quando os proprietários fundiários dispuseram da infraestrutura implantada pela Ferrovia Sorocabana, iniciou-se um processo de uso intensivo do solo e estimação da terra para maximização da captura de renda. Com o complexo urbano já pré-estabelecido no município surgiram os proprietários industriais usufruindo não apenas do sistema férreo para escoamento da produção, como também da mão de obra disponível, e por seguinte trouxeram diversos outros comércios complementares. Os promotores imobiliários, como as incorporadoras, promoveram a verticalização nas áreas já densamente ocupadas, ocasionando uma concentração de edifícios no quadrilátero central.

Outrossim, ao longo das décadas a ferrovia foi perdendo sua importância entre os modais de transporte, dando espaço para as rodovias e deixando para trás edificações

abandonadas. Tais espaços passaram por um processo de reestruturação socioespacial e refuncionalização, engendradas tanto pelo Estado quanto por grupos sociais, se transformando em patrimônios culturais do município. Ressalta-se que em todos os processos houve a presença do Estado como regulador e também legitimador das ações de múltiplos agentes de produção do espaço urbano.

Diante do conjunto de transformações apontadas, concebe-se que o estabelecimento de múltiplas áreas de comércio especializado ao longo da malha urbana relativizou ao longo dos anos a capacidade de atração e concentração de fluxos do centro principal. Conjuntamente, o Poder Público atuou impossibilitando a preservação dos edifícios históricos, com pouca ou nenhuma iniciativa de tombamento, e demolições feitas sem consultas públicas, assim, favorecendo a incorporação dessas áreas para a implantação de produtos “novos” e diferenciados.

Destarte, conclui-se que, ainda que seja possível observar uma diversificação de seu conteúdo social influenciado pelos espaços culturais, tais mutações da paisagem foram em suma comandadas por processos e agentes onde se prevaleceu o ganho especulativo do setor privado, em detrimento de áreas de lazer e de preservação do patrimônio histórico.

Referências

- ABREU, Dióres Santos. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente**. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, 1972.
- BERTRAND, Georges. Paisagem e geografia física global. Esboço metodológico. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, v. 8, 2004.
- BUENO, Paulo Henrique de Carvalho. Centralidade Interurbana: uma abordagem conceitual. **Revista Equador**, v. 5, n. 5, p. 71-93, 2016.
- CALDEIRA, Junia Marques. **A praça brasileira: trajetória de um espaço urbano-origem e modernidade**. 2007. Tese de Doutorado. [sn].
- CHOAY, Françoise et al. A NATUREZA URBANIZADA, A INVENÇÃO DOS" ESPAÇOS VERDES". **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 18, 1999.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. Editora Ática, Série Princípios, 3ª edição, n.174, 1995.
- COSTILHAS, Tiago Maldonado. **A produção do espaço e o mercado de terras urbanas em Presidente Prudente/SP-1995 a 2022**. 2023.

GALINDO, Gisele. *et al.* A história de um patrimônio. 2008. **Revista Videre**. Disponível em: <<http://tvfacopp.unoeste.br/tvfacopp/online/medias/arquivos/t532008-12-1919-33-21>[[REVISTA_VIDERE.pdf >. Acesso: 27 de fevereiro de 2024.

HARVEY, David. Os limites do capital. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELAZZO, Everaldo S. **Mercado imobiliário, expansão territorial e transformações intraurbanas: o caso de Presidente Prudente-SP. 1993.** 1993. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado.(Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Museu e arquivo histórico Prefeito Antônio Sandoval Netto. Consulta de acervo histórico. 2023.

QUEIROZ, Alessandra Natali; QUEIROGA, Eugenio Fernandes. Unidades de Paisagem: materiais e metodologia para uma avaliação paisagística e ambiental. **Revista Paisagem e Ambiente** [online], v. 37, 2016.

PEDRO, Leda Correia. **Ambiente e Apropriação dos Compartimentos Geomorfológicos do Conjunto Habitacional Jardim Humberto Salvador e do Condomínio Fechado Damha.** Presidente Prudente: [s.n], 2008. xiv, 153f.

PRESIDENTE PRUDENTE. **Centro Cultural Matarazzo promove valorização imobiliária em bairros da zona leste.** 13 de janeiro de 2010. Disponível:<<https://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/noticia/4597>>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2024.

REIS, Bruno Pereira. **Produção do Espaço Urbano e Dinâmica Imobiliária em Cidades Médias: os casos de Presidente Prudente (SP), São José do Rio Preto (SP) e Lleida (ESP).** 2015.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O chão em Presidente Prudente: a lógica da expansão territorial urbana.** 1983.

TEIXEIRA, Manuel C. (Ed.). **A praça na cidade portuguesa: colóquio Portugal-Brasil; [comunicações apresentadas no Colóquio A Praça na Cidade Portuguesa; Centro de Estudos de Urbanismo e de Arquitectura, Março 1999].** Livros Horizonte, 2001.

DISPUTAS TERRITORIAIS ENTRE O MST E O AGRONEGÓCIO NO ASSENTAMENTO RODEIO – MUNICÍPIO DE PRESIDENTE BERNARDES – SP¹

Wuelliton Lima

Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, Brasil

E-mail: wuelliton.peres@unesp.br

Fernanda Aparecida Matheus

Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, Brasil

E-mail: manuelasaenz13@gmail.com

Bernardo Mançano Fernandes

Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, Brasil

E-mail: mancano.fernandes@unesp.br

Resumo

Os assentamentos de reforma agrária são territórios disputados entre movimentos socioespaciais e socioterritoriais e corporações do agronegócio. No estado de São Paulo, tal dinâmica foi reproduzida nos projetos de assentamentos estaduais, ganhando força com a aprovação, em 2022, de duas leis que regulamentam a disponibilização de terras públicas para o mercado. E, é em meio a esta situação adversa de precarização e disputas, que as famílias assentadas buscam formas de resistir na e pela terra. Nosso objetivo é analisar, a partir da dinâmica vivenciada no assentamento Rodeio, como acontece esse enfrentamento no cotidiano das áreas de reforma agrária entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o agronegócio, observando as estratégias de avanço do capital e de resistência camponesa. A metodologia para sua escrita tem como base as reflexões teórico-metodológicas travadas na Rede DATALUTA – Rede Brasileira de Pesquisa das Lutas por Espaços e Territórios, a revisão bibliográfica e os trabalhos de campo realizados no âmbito da pesquisa vinculada ao projeto Pró-Humanidades, que tem como premissa discutir ações e propor políticas públicas que contribuam com a emancipação do campesinato.

Palavras-chave: Movimentos Socioterritoriais; Produção; Comercialização; Titulação; Conflitualidade.

TERRITORIAL DISPUTES BETWEEN THE MST AND AGRIBUSINESS IN THE RODEIO SETTLEMENT – MUNICIPALITY OF PRESIDENTE BERNARDES – SP

Abstract

Agrarian reform settlements are disputed territories between socio-spatial and socioterritorial movements and agribusiness corporations. In the state of São Paulo, this dynamic was reproduced in state settlement projects, gaining strength with the approval, in 2022, of two laws that regulate the availability of public lands for the market. And, it is in the midst of this adverse situation of precariousness and disputes, that settled families seek ways to resist on and through the land. Our objective is to analyze, based on the dynamics experienced in the Rodeio settlement, how this confrontation happens in the daily life of agrarian reform areas between the Landless Rural Workers Movement (MST) and agribusiness, observing the strategies of capital advancement and resistance.

¹ O artigo é uma revisão do trabalho publicado entre os Anais da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente-SP (2024).

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 46, v. 4 - Vol. Esp. da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Pres. Prudente, p. 164-182, agosto/2024.

peasant. The methodology for its writing is based on the theoretical-methodological reflections carried out in the DATALUTA Network – Brazilian Network for Research on Struggles for Spaces and Territories, the bibliographic review and fieldwork carried out within the scope of research linked to the Pró-Humanidades project, which Its premise is to discuss actions that contribute to the emancipation of the peasantry and the proposition of public policies.

Keywords: Socioterritorial Movements; Production; Commercialization; Titration; Conflict.

DISPUTAS TERRITORIALES ENTRE EL MST Y LA AGROINDUSTRIA EN EL ACUERDO DE RODEIO – MUNICIPIO DE PRESIDENTE BERNARDES – SP

Resumen

Los acuerdos de reforma agraria son territorios en disputa entre movimientos socioespaciales y socioterritoriales y corporaciones de agronegocios. En el estado de São Paulo, esta dinámica se reprodujo en los proyectos estatales de colonización, ganando fuerza con la aprobación, en 2022, de dos leyes que regulan la disponibilidad de tierras públicas para el mercado. Y es en medio de esta situación adversa de precariedad y disputas, que las familias asentadas buscan formas de resistir en y a través de la tierra. Nuestro objetivo es analizar, a partir de la dinámica vivida en el asentamiento de Rodeio, cómo se da este enfrentamiento en el cotidiano de las zonas de reforma agraria entre el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) y el agronegocio, observando las estrategias de avance del capital y de resistencia campesina. La metodología para su redacción se basa en las reflexiones teórico-metodológicas realizadas en la Red DATALUTA – Red Brasileña de Investigación sobre Luchas por Espacios y Territorios, la revisión bibliográfica y el trabajo de campo realizado en el ámbito de las investigaciones vinculadas al proyecto Pró-Humanidades, cuya premisa es discutir acciones que contribuyan a la emancipación del campesinado y la propuesta de políticas públicas.

Palabras-clave: Movimientos socioterritoriales; Producción; Comercialización; Valoración; Conflicto.

Introdução

Os assentamentos de reforma agrária são territórios disputados entre movimentos socioespaciais e socioterritoriais e corporações do agronegócio. Essa disputa nos faz compreender que a conquista deste território pelas trabalhadoras e trabalhadores rurais sem terras é uma luta permanente, porque o capital reage e mobiliza sujeitos para atuarem no sentido de desterritorializar as comunidades que ali se formaram a partir das ocupações de terras, tanto pela expulsão dos camponeses da terra quanto pela subordinação de suas territorialidades pelo agronegócio, subordinando-as.

Nacionalmente, o desmonte das políticas públicas para a agricultura familiar e reforma agrária e o avanço da privatização de terras públicas, no período pós golpe (Malerba; Pinto, 2023), contribuíram com avanço das territorialidades do agronegócio e desterritorialidade do campesinato, ou descampesinização (Ploeg, 2016). No estado de São Paulo, tal dinâmica foi reproduzida nos projetos de assentamentos estaduais, ganhando força

com a aprovação, em 2022, de duas leis que regulamentam a disponibilização de terras públicas para o mercado. E, é em meio a esta situação adversa de precarização e disputas, que as famílias assentadas buscam formas de resistir na e pela terra.

Nosso objetivo é analisar, a partir da dinâmica vivenciada no assentamento Rodeio, localizado em Presidente Bernardes - SP, como acontece esse enfrentamento no cotidiano das áreas de reforma agrária entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o agronegócio, observando as estratégias de avanço do capital e de resistência camponesa. A metodologia para sua escrita tem como base as reflexões teórico-metodológicas travadas na Rede Brasileira de Pesquisa das Lutas por Espaços e Territórios (REDE DATALUTA) e no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), a revisão bibliográfica e os trabalhos de campo realizados no âmbito da pesquisa vinculada ao projeto Pró-Humanidades, que tem como premissa discutir ações que contribuam com a emancipação do campesinato e a proposição de políticas públicas.

O desenvolvimento do debate teórico está orientado pela categoria de análise “movimentos socioespaciais e socioterritoriais” em termos do seu caráter de disputa, mediação do espaço e apropriação do território (Silva; Sobreiro Filho; Fernandes, 2021; Halvorsen; Fernandes; Torres, 2022), enquanto ações coletivas com potencial de questionar a hegemonia do modelo capitalista e pela concepção político conceitual de Reforma Agrária Popular, em construção pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2014) que entende a reforma agrária como um projeto político com capacidade de dialogar com as necessidades de acesso à terra e trabalho para trabalhadoras e trabalhadores do campo, com a demanda do conjunto da população por alimentos saudáveis, bem-estar humano e respeito e cuidado com o ambiente e a produção agroecológica.

Os dados da pesquisa no assentamento Rodeio demonstram uma diversidade de formas de usos e organização do território, desde produção convencional de alimentos e *commodities*, baseada na utilização de insumos de origem industrial, agrotóxicos e adubos sintéticos para produção, sobretudo, de sementes de gramíneas e feno, até à produção orgânica e agroecológica diversificada, organizada e comercializada por camponesas e camponeses articuladas(os) pelo MST.

A luta pela terra no Pontal do Paranapanema e a conquista do assentamento Rodeio

O assentamento Rodeio foi criado em março de 1997, em uma área de 1.861 hectares, no município de Presidente Bernardes, na região do Pontal do Paranapanema (SP), pela política estadual de regularização fundiária do estado de São Paulo, beneficiando 65 famílias. A conquista desse assentamento se insere no contexto dos intensos processos de lutas protagonizados pelo MST na região, especialmente na década de 1990, reivindicando a arrecadação e destinação das terras públicas devolutas para reforma agrária (Fernandes, 1996; Feliciano, 2007; Sobreiro Filho, 2012; Lima, 2023).

Em outubro de 1995, o MST realizou uma ocupação no município de Sandovalina, originando o acampamento Taquaruçu. Posteriormente, em março de 1997, destaca entre estas famílias, um grupo para montar acampamento na fazenda Rodeio, onde em setembro do mesmo ano inicia-se o parcelamento da área (Miralha, 2009; Matheus; Luz, 2019).

De acordo com Mazzini (2007), o MST foi um dos principais movimentos responsáveis pela conquista de assentamentos na região do Pontal do Paranapanema, tendo, a ocupação de terras, como principal instrumento de ação no processo de luta e pressão aos governos para realização da reforma agrária (Fernandes, 2008). Segundo Miralha (2006) o assentamento Rodeio é um exemplo de território conquistado via luta da terra.

Consideramos que as relações entre o MST e as camponesas e camponeses assentadas(os) são um indicativo da organização política das famílias, reconhecendo as necessidades de seu território e contribuindo com a formulação de políticas públicas. Segundo Lima (2023) desde a implantação do assentamento Rodeio até a atualidade, o MST se faz presente no território organizando eventos de debate, cursos de formação técnica e política, mutirões ambientais, como se constata pela entrevista com dirigente regional do setor de produção do MST:

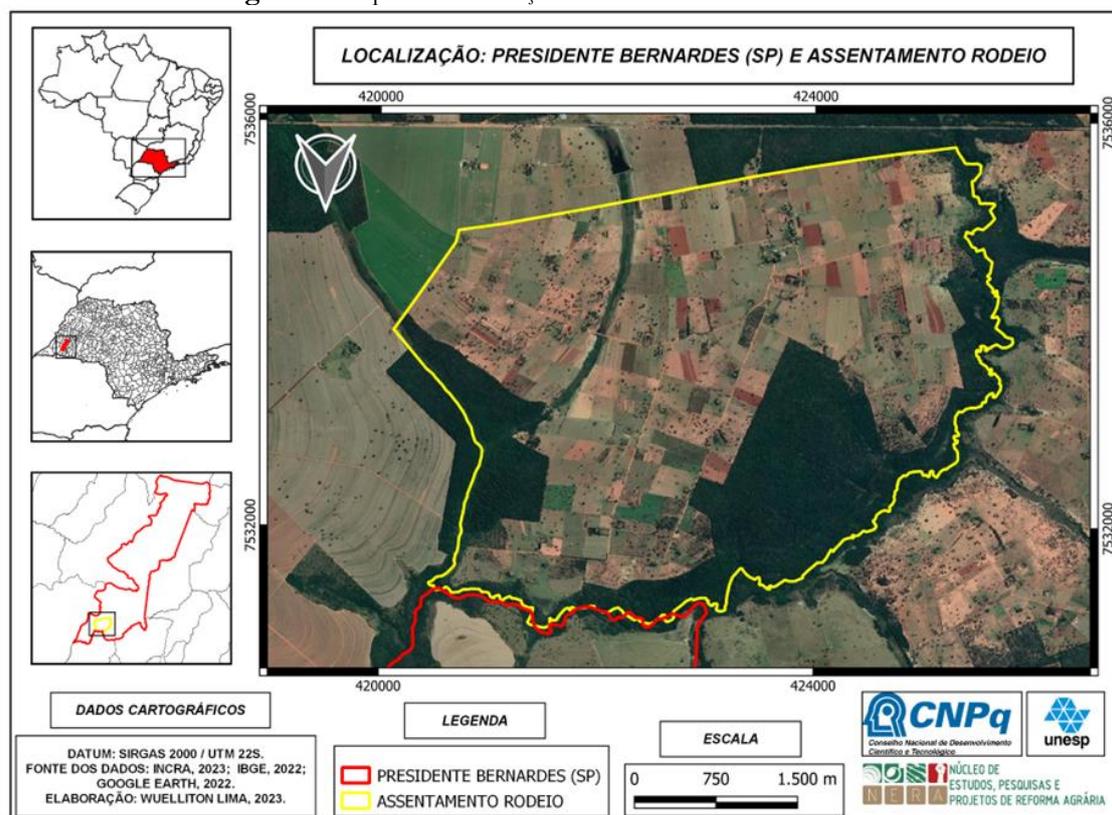
O assentamento Rodeio vai ser um assentamento em que algumas famílias do território são importantes lideranças no processo de organização da produção, “né”. Então você vai ter ali pessoas que participaram da criação do setor de produção na região, que participaram da direção da COCAMP, que foi uma experiência muito importante, “né”, na articulação, na organização da prestação de serviços e assistência técnica para as famílias assentadas da região. E você vai ter, também, pessoas que fizeram curso de formação, são técnicos formados pelo MST que vai fazer esse processo de discussão e de regência do setor de produção, então, o assentamento Rodeio é um local, mesmo que você não tenha um... planejamento mais organizado, digamos assim, o setor de produção está atuante o tempo

todo, como na articulação da associação, na organização da entrega de cestas na UNESP, na articulação da Feira da Reforma Agrária em Presidente Prudente, etc. (Entrevista concedida em: 07 jun.2023).

Vale destacar que na região do Pontal do Paranapanema, há uma grande concentração de comunidades oriundas de processos de luta pela terra, contabilizando em 2012, o total de 112 assentamentos (DATA LUTA, 2013). No município de Presidente Bernardes, além do assentamento Rodeio, encontramos outros sete territórios conquistados em decorrência dos processos de luta pela terra, são os assentamentos: Água Limpa I, Estância Palú, Santa Eudóxia, Santo Antonio, Quatro Irmãos, Água Limpa II e Florestan Fernandes, que segundo Miralha (2006) tem provocando modificações na paisagem, crescimento populacional e dinamizando a economia local.

Na Figura 1, visualizamos o mapa de localização do município de Presidente Bernardes e do assentamento Rodeio. De acordo com nossas observações de campo, o território analisado está distante aproximadamente 50 km do centro urbano de Presidente Prudente - SP e com fácil acesso à rodovia, o que representa um potencial na organização da comercialização da produção, aspecto sobre o qual vamos discorrer posteriormente.

Figura 1. Mapa de localização do território do assentamento Rodeio



Fonte: Lima (2023).

É importante destacarmos as condições de desequilíbrio ecológico e degradação dos solos, em que tais assentamentos foram implantados, devido a exploração predatória exercida pelo latifúndio-agronegócio nestas áreas, por um longo período de tempo. Isso, associado às condições estruturais e de baixa fertilidade natural dos solos (Miralha, 2006; Lima, 2023).

De acordo com Miralha:

Das 69 famílias que ocuparam a Fazenda Rodeio, foram assentadas 65 famílias em uma área de 1.861 hectares. O solo desse assentamento, diferentemente do Assentamento Água Limpa I, apresentava fertilidade baixa devido ao solo ser arenítico e também em virtude da degradação ocorrida por meio do cultivo das lavouras de café e algodão, em meados do século XX e pelas pastagens nas últimas décadas do século passado (Miralha, 2006, p. 94).

Tal análise é corroborada pela entrevista concedida por uma liderança assentada no assentamento Rodeio, em 06 de outubro de 2023:

Antes na Fazenda Rodeio era pasto! Se criava muito boi e se aproveitava para produção de leite. Teve um período que eles arrendavam para o plantio de cana de açúcar e, em outra parte da área, eles arrendavam para plantar milho, abóbora, tomate e outras culturas. E, por incrível que pareça, era a parte melhor que nós tínhamos do assentamento para produzir... Era a parte fértil na antiga área, "né"? Quem foi assentado ali deu sorte. Porque a cana teve um grande problema quando nós chegamos lá, as pessoas não conseguiam produzir determinados tipos de lavoura por conta do veneno que usavam... no caso o "thornton". Então, você plantava folhas redondas, como abóbora e tal... qualquer folha redonda, hortaliças, árvores, não dava. Ficou uns quatro anos para se recuperar com calagem e pastagem.

Com base nos elementos elencados anteriormente podemos interpretar os assentamentos no Pontal do Paranapanema como uma conquista da luta pela terra, que conseguiu conquistar territórios e reterritorializar o campesinato, mas que enfrenta grandes desafios, em função das condições de degradação ecológica das áreas em que foram implantados, das condições ambientais inerentes à região e frente as constantes investidas do agronegócio, como discutiremos a seguir.

Resistência ou subordinação? as territorialidades expressas na lógica de organização da produção e da comercialização

O modelo de desenvolvimento do agronegócio se constitui em um complexo de interesses, processos, sujeitos e instituições que controla, desde a produção, beneficiamento, comercialização e circulação de insumos, máquinas e equipamentos, produtos

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 46, v. 4 - Vol. Esp. da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Pres. Prudente, p. 164-182, agosto/2024.

agrícolas/commodities, conhecimento e tecnologia, impondo uma territorialidade, onde o campesinato participa de forma marginal e subordinada.

Controlando os sistemas agrícola, pecuário, industrial, comercial, financeiro e tecnológico, o agronegócio é um complexo de sistemas organizado em rede que envolve empresas de todos os setores da economia, partidos políticos e governos. Com essa estrutura as corporações capitalistas passaram a controlar as sementes e as tecnologias, além da terra, do trabalho e da produção. Desse modo, a participação do campesinato no modelo de desenvolvimento do agronegócio é sempre marginal e subordinada aos interesses das corporações. O uso do trabalho assalariado é predominante, embora esteja diminuindo por causa da intensificação da mecanização e da robotização (Fernandes, 2019, p. 193).

É um modelo ditado pelas corporações transnacionais, fundamentado na concentração fundiária; monoculturas; desmatamento e destruição ambiental; violência no campo; uso de organismos geneticamente modificados e insumos industriais altamente demandantes de energia, degradantes e poluentes; desterritorialização de comunidades tradicionais, seus modos de vida e cultura; mercantilização dos alimentos, distribuídos e comercializados em longas cadeias de comercialização (Origuela, 2019; Porto-Gonçalves, 2004; Matheus, 2023). Em contraposição ao modelo de desenvolvimento camponês, alicerçado na produção orgânica e agroecológica, na conservação da cultura local e da biodiversidade, na cooperação e ajuda mútua e na organização das camponesas e camponeses em movimentos socioespaciais e socioterritoriais.

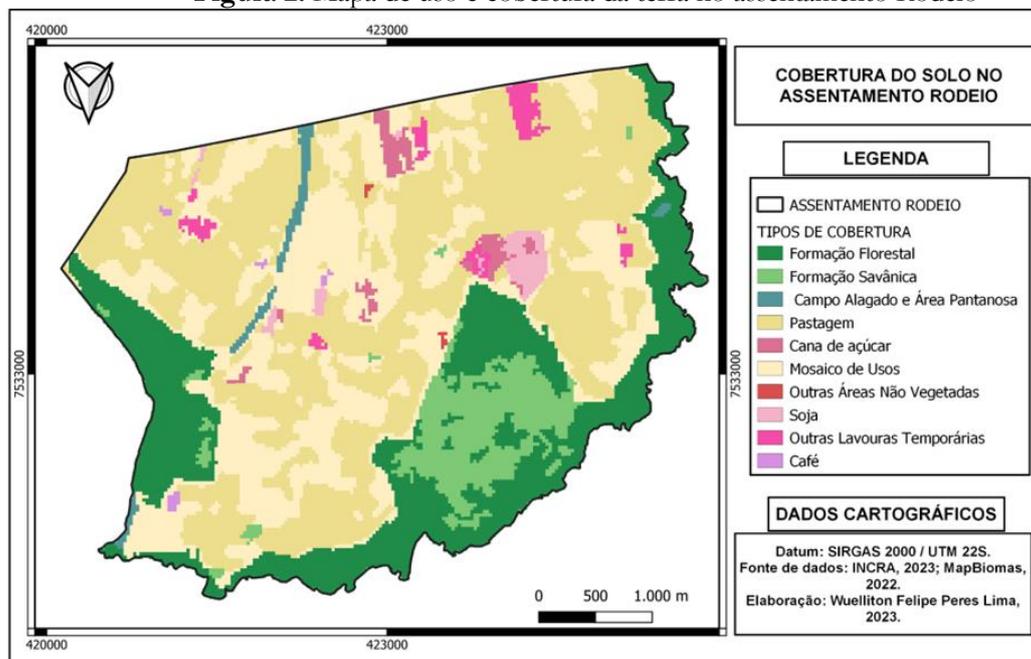
Neste contexto, mesmo frações do território camponês, como os assentamentos são disputados entre dois modelos de desenvolvimento diferentes e antagônicos (Roos, 2016; Origuela, 2019), propondo distintas territorialidades, que compreendem a multidimensionalidade e multiescalaridade das formas de uso dos territórios, com seus sistemas de objetos e sistemas de ações organizados para atender interesses e necessidades específicas dos grupos que as produziu (Fernandes, 2005; 2009).

O diálogo e entrevistas com as camponesas e camponeses, durante os trabalhos de campo e mapeamento via sensoriamento remoto permitiram a produção de diferentes informações qualitativas, sobretudo em relação às formas de uso e organização dos territórios, ou seja, as territorialidades, como visualizamos na Figura 2.

O mapa da Figura 2 indica a predominância de cultivos de pastagens na área do assentamento, dos 65 lotes, destes 15 estão produzindo sementes de capim e, sendo que 7 famílias se dedicam exclusivamente à produção de sementes e feno. No entanto, também

observamos uma multiplicidade de formas de uso do território para cultivo agrícola, como de cana-de-açúcar, café e soja, além de culturas temporárias, como olerícolas e forrageiras e árvores frutíferas, que no mapa incluímos nas categorias “outras lavouras temporárias” e “mosaicos de usos” (Lima, 2023).

Figura 2. Mapa de uso e cobertura da terra no assentamento Rodeio



Fonte: Lima (2023).

Atribuímos o uso múltiplo do território à presença do MST na organização dos camponeses assentados. Como salientou uma das lideranças entrevistadas, há uma atuação histórica do MST, na formação e capacitação dos sujeitos, nos diferentes níveis, desde a alfabetização à pós-graduação, debatendo a política da agroecologia e da agricultura orgânica, propondo e desenvolvendo experiências práticas de produção não subordinadas à lógica do agronegócio. Como a entrevista com dirigente regional do setor de produção do MST, no Pontal do Paranapanema.

Aqui na região do oeste paulista o debate sobre as agroflorestas foi bem importante num determinado período. E mesmo que essas experiências... elas não continuem em sua totalidade, mas elas deixam muitos ensinamentos... elas deixam muitas práticas, “né”, que as famílias vão aproveitando, ora totalmente ora parcialmente, mas a cobertura de solos, o próprio sombreamento, a introdução de árvores no sistema de produção, o aproveitamento da matéria orgânica, resto de palhada, resto de folhas, “né” (Entrevista concedida em: 07 jun. 2023).

A constatação de diferentes formas de uso do território, baseada em territorialidades camponesas e do agronegócio é um indicativo para pensar diferentes demandas das famílias assentadas, desde a produção agroecológica e orgânica até as famílias envolvidas na lógica da produção e comercialização agrícola em diferentes escalas (Lima, 2023).

No contexto das disputas pelas territorialidades, no assentamento Rodeio, observamos, em contraposição ao modelo camponês, de produção agroecológica, a subordinação do território camponês à lógica do agronegócio, sobretudo, no que se refere ao cultivo sementes de gramíneas, material de propagação utilizado para recomposição de pastagens destinada à alimentação de ruminantes, especialmente bovinos (Vieira Júnior; Cabral; Factori; Ribeiro; Arrigoni; Costa, 2023).

A atividade pecuária é importante na economia do campesinato, mas, sobretudo, do agronegócio, para exportação de carne (Girardi, 2022). De acordo com os depoimentos, o interesse pelo cultivo de sementes e feno é decorrente da insatisfação com o retorno econômico de outras linhas de produção, como o leite e olerícolas, principalmente após 2017, com o retrocesso das políticas públicas voltadas para a aquisição de alimentos da agricultura familiar.

Aspecto que afeta negativamente a reprodução do grupo familiar, contribuiu para o endividamento das agricultoras e agricultores e para a saída de jovens e mulheres em busca de alternativas econômicas.

Isso vale também para as famílias que produzem de forma subordinada a lógica do capital, o que é no caso do pessoal do capim. Eles entram nessa por falta de alternativa. Por isso a necessidade de políticas públicas que subsidiem a produção e a comercialização agroecológica. Pensando no retorno e permanência das mulheres e dos jovens nos assentamentos e a reprodução econômica das famílias como um todo (Entrevista concedida em 30 de out. de 2023).

Como destacam Alves, Cirino Júnior, Rocha, Vieira, Eugenio e Leite (2021), as gramíneas são espécies vegetais muito sensíveis ao clima, a forma de manejo e a presença de animais, o que exige cuidados específicos para a produção de sementes de boa qualidade, com elevada taxa de germinação. Assim, a produção de sementes de capim é muito dependente de agroquímicos, como fertilizantes nitrogenados (Canto; Barth Neto; Pancera Júnior; Gasparino; Boleta, 2012), inseticidas e herbicidas, principalmente para controlar o ataque de insetos herbívoros e a proliferação de outras espécies vegetais competidoras, que

germinam espontaneamente. O uso intensivo de agrotóxicos afeta a biodiversidade, com prejuízos especialmente para espécies polinizadoras, como as abelhas (Lopes; Sales, 2020).

A comercialização da produção convencional, no caso das sementes, é articulada junto às grandes empresas que atuam com a comercialização do insumo, fornecendo aos pecuaristas da região e de outros estados do país ou é entregue a intermediários, conhecidos como atravessadores. No caso da produção agroecológica, parte é destinada aos programas de compras institucionais, que nos últimos anos tem se resumido ao Programa de Alimentação Escolar (PNAE).

A agroecologia, como forma de enfrentamento e resistência ao agronegócio, é praticada por três famílias, que mantêm uma produção bastante diversificada, desde olerícolas, frutas e grãos. Nos últimos 2 anos, duas destas famílias estão experimentando a produção de milho orgânico, com certificação, em parceria com uma empresa de produção de ovos orgânicos e nesta safra darão início ao cultivo de soja não transgênica e orgânica (Lima, 2023). E uma das famílias tem demonstrado maior interesse pela constituição de Sistemas Agroflorestais (SAF).

De acordo com o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do Brasil (CNPO), atuam no município de Presidente Bernardes (SP) 3 produtores certificados, a partir de entrevistas, constatamos que estas(es) agricultoras(es) são do assentamento Rodeio. No Quadro 1 podemos identificar a variedade de alimentos produzidos de forma agroecológica/orgânica no território pesquisado. Os alimentos certificados somam um total de 44 itens, contando com hortaliças folhosas, frutas, legumes, tubérculos, raízes tuberosas e grãos (Lima, 2023).

Quadro 1. Alimentos orgânicos certificados no assentamento Rodeio

Nº DO LOTE	ALIMENTOS CERTIFICADOS
Lote 29	Feijão e Milho
Lote 12	Abacate, abobrinha, acelga, acerola, alface, almeirão, banana, batata-doce, biribá, berinjela, beterraba, brócolis, café, cana-de-açúcar, carambola, cebolinha, cenoura, chicória, coentro, couve, espinafre, feijão, feijão verde, graviola, jaca, laranja, limão, mamão, mandioca, manga, maxixe, pepino, pequi, pimentão, pitanga, quiabo, repolho, rúcula, salsa, tomate, umbu, urucum e vagem.

Fonte: Lima (2023).

Segundo Lima (2023), a motivação da produção da busca pela obtenção da certificação orgânica, está pautada pelos princípios da agroecologia, mas também pela busca

da viabilização econômica das unidades de produção camponesas. Em depoimento colhido por Lima, temos o seguinte relato de um dos camponeses com produção certificada:

A certificação partiu de uma... sequência dos nossos princípios, da agroecologia. E também de conversas, sobretudo com um “camarada” nosso aqui em Presidente Prudente (SP), que tinha uma loja de orgânicos e reclamava muito da dificuldade que tinha em buscar produtos fora... em Maringá (PR) ou em São Paulo (SP). E que ele acreditava que, se a gente produzisse orgânico, ele conseguiria absorver na loja dele. Então a gente partiu dessa ideia. Ele nos apresentou para a certificadora, a TECPar, lá do Paraná. E a gente iniciou todo o processo de certificação, já que a gente tinha uma área de agroecologia, onde já tinha aberto mão de usar produtos químicos, né. Então foi uns seis meses... oito meses para a conquista do primeiro certificado de orgânico e, até hoje, que vai fazer quatro anos, expandimos e permanecemos com selo de orgânico, demonstrando a possibilidade de produzir alimento sem veneno. Hoje temos três famílias assentadas no Rodeio com certificação orgânica: eu e mais dois companheiros. Um deles era certificado antes, ele começou com a gente, aí ele ficou um tempo sem certificação e agora voltou a ser certificado outra vez (Entrevista concedida em: 07 set. 2023).

O desafio da construção da agroecologia, de acordo com os depoimentos das famílias assentadas e lideranças do MST, além dos aspectos da demanda por recursos para investimento e custeio e técnico-agronômicos da produção em si, está ligado à dimensão da comercialização. Neste sentido, a atuação junto aos programas de compras institucionais como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi muito importante para a diversificação da produção.

Com a diminuição de recursos para manutenção destes programas, as famílias que produzem com base na agroecologia buscaram outras formas de comercializar seus produtos, via circuitos curtos de comercialização (Matheus, 2023), como é o caso da participação de uma experiência de CSA, entregando alimentos para um grupo de coagricultoras(es) no município de Presidente Prudente (Matheus; Luz, 2019).

A comercialização, também é realizada na Feira da Reforma Agrária, em Presidente Prudente, por meio de uma parceria entre o coletivo cultural Galpão da Lua, o MST e Consulta Popular, com apoio de vários sindicatos (Matheus; Ferreira; Lima; Silva, 2023). E nas Cestas Agroecológicas e Solidária Raízes do Pontal, organizada pelos grupos de Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGET), Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), Núcleo de Estudos e Pesquisas em Agroecologia do Pontal (NEAPO), em parceria com o MST, efetuando entregas para professores, estudantes de funcionários da UNESP-Presidente Prudente (Rabello; Silva; Negrão, 2019).

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 46, v. 4 - Vol. Esp. da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Pres. Prudente, p. 164-182, agosto/2024.

De acordo com entrevistas, em 2023, seis famílias do assentamento, estabeleceram contrato com a Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus Presidente Prudente, para o atendimento de parte da demanda do Restaurante Universitário, por meio do Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS). Outra iniciativa na qual a produção agroecológica dos assentamentos Rodeio é comercializada é na feira da agricultura familiar, promovida pelo Serviço Social do Comércio (SESC), em Presidente Prudente.

Titulação e os interesses do agronegócio pelas terras públicas

A regularização fundiária representa um dos impasses da questão agrária brasileira (Girardi, 2008) e nos últimos anos, o interesse do agronegócio por se apoderar de novos espaços e territórios, têm forçado o Estado brasileiro a modificar a legislação, facilitando o avanço sobre as terras públicas:

Não por acaso, a partir de 2010, as entidades representativas do agronegócio passaram a atacar explicitamente os instrumentos e políticas de democratização do acesso à terra e a demandar políticas de regularização fundiária e ambiental que validassem ocupações ilegais de terras públicas e áreas desmatadas ilegalmente. Na esteira desse processo, em 2009, foi criado o Programa Terra Legal (Lei nº 11.952) com o intuito de acelerar o processo de regularização fundiárias em terras públicas federais que tenham sido ocupadas na Amazônia Legal antes de dezembro de 2004. Em 2012, já sob o governo Dilma, o Código Florestal foi alterado a fim de reduzir as regras de proteção socioambiental a que estão submetidos os imóveis rurais e regularizar áreas desmatadas ilegalmente. Ambas as iniciativas, ao criarem condições para privatização de terras públicas e regularização ambiental de áreas desmatadas, visavam atender às exigências de um mercado cada vez mais ávido, por um acesso estável e legal à terra e aos bens naturais (Pinto; Malerba, 2023, p.6).

No que se refere às terras públicas destinadas à reforma agrária, a disponibilização destas para o mercado, tem sido efetivada pela política de titulação definitiva dos assentamentos, quase que exclusivamente, por meio da transferência da propriedade da terra para os beneficiários da reforma agrária, através dos títulos de domínio. Nos assentamentos federais, criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, tais procedimentos são regulamentados pela legislação vigente, a Lei n. 13.465, de 11 de julho de 2017, regulamenta a regularização de terras rurais e urbanas e de terras na Amazônia Legal, a liquidação de créditos concedidos a assentados da reforma agrária e a regularização de terras na área da Amazônia Legal e; a alienação de imóveis da União (Brasil, 2017).

Segundo Pinto e Malerba (2023) a Lei 13.465/2017 expressa o retrocesso na realização da reforma agrária e de democratização da terra no país. Pois apesar da transferência de título de propriedade privada da terra estar prevista na legislação desde 1993, a lei vigente, dificulta e em determinadas situações impede, modalidades de títulos que concede o uso da terra aos beneficiários, mantendo o domínio público, como é o caso, da Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) e flexibiliza as condições e prazos para a recolocação das terras no mercado. Além de ser de não estar associada a políticas públicas de desenvolvimento e consolidação dos territórios de reforma agrária.

A titulação definitiva dos assentamentos, bem como a entrega de um documento que assegure às famílias beneficiárias de projetos de reforma agrária, o acesso a crédito bancário e o direito de permanecer e transferir a titularidade do pedaço de terra conquistado é um direito legal, tanto em âmbito federal, quanto estadual. Contudo, o que está em questionamento são os termos em que tais documentos estão sendo concedidos, sem levar em consideração o debate acumulado pelos movimentos socioterritoriais que lutam pela democratização da terra no país, as reais condições para a reprodução econômica e social das famílias e os riscos da reconcentração fundiária.

Ademais de toda a dinâmica de precarização dos assentamentos, em função da destruição das políticas públicas federais, no período de 2016-2022. No estado de São Paulo, o atual governo estadual vem empreendendo um processo de contrarreforma agrária, através da tentativa de privatização das terras públicas estaduais, sejam aquelas já conquistadas pelos movimentos socioterritoriais, de acordo com a Lei 17.517/2022 (São Paulo, 2022a) ou das terras devolutas ainda não destinadas para reforma agrária, conforme a Lei 17.557/2022 (São Paulo, 2022b).

Os processos de luta pela terra no estado de São Paulo, nos anos 1980 (Fernandes, 1996) fizeram com que o governo estadual instituisse a Lei 4.957/1985 (São Paulo, 1985), que através dos Planos Públicos de Valorização e Aproveitamento dos Recursos Fundiários, destina terras públicas para o assentamento de famílias sem terras (Matheus, 2018), como é o caso do assentamento Rodeio. A referida lei, prevê a titulação dos assentamentos em duas fases. Uma primeira fase experimental, de cinco anos, em que as famílias assentadas, recebem um documento de caráter provisório, o Termo de Uso da Terra. E na segunda fase, o estado emite um título definitivo, na forma de Concessão de Uso da Terra, que confere as/aos beneficiárias/os condições de acessar créditos bancários, dentre outras garantias, inclusive

A Lei 4.957/1985 passou por duas modificações, a primeira em 2016, pela Lei 16.115/2016, que mantém a questão da titulação como fixado anteriormente e passa a prever a possibilidade de parcerias. A segunda alteração, se dá com aprovação da Lei 17.517/2022. Com base na Lei 17.517/2022, é permitida a exploração do lote em parceria e a titulação definitiva passar a ser feita exclusivamente, com base na transferência de títulos de domínio, podendo estes serem negociadas, após 10 anos de sua outorga, desde que já tenham sido quitados e cumpram com os requisitos exigidos pela legislação vigente (São Paulo, 2022a).

Figura 03. Banner de divulgação da reunião sobre titulação do ITESP



Fonte: cedida pelas famílias assentadas (2023).

No dia 27 de julho de 2023, por exemplo, como visualizamos pelo banner de divulgação, figura 3, acima, houve uma "reunião de sensibilização sobre a titulação", promovida pelo ITESP. Entretanto, as lideranças do MST na região, denunciam que o processo de titulação das áreas estaduais, tem sido efetuada sem diálogo, em uma dinâmica que demonstra o compromisso do governo estadual com os interesses do agronegócio, de territorialização sobre as terras públicas estaduais.

Entre as famílias assentadas, o que se observa no assentamento Rodeio, assim como nos demais assentamentos na região do Pontal do Paranapanema, é a expectativa de ter alguma forma de titulação definitiva, como prevê a legislação. O que na nossa interpretação,

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 46, v. 4 - Vol. Esp. da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Pres. Prudente, p. 164-182, agosto/2024.

não necessariamente significa a intenção de negociar a terra conquistada. Contudo, a ausência de políticas públicas, a precarização das condições de vida, de produção e comercialização, o envelhecimento da população e o desinteresse dos descendentes em continuar com o lote, devido à falta de perspectiva de se obter renda, garantir conforto e acesso à equipamentos sociais de saúde, educação e entretenimento, podem ser fatores que levem as famílias assentadas a abrir mão do lote, repassando-o para outro interessado.

Vale ressaltar, que a titulação definitiva de um assentamento deveria ser a culminância do processo de consolidação deste território, em termos econômicos e sociais, em outras palavras, somente poderia se dar após a execução de um conjunto de políticas públicas, de apoio e fomento ao desenvolvimento econômico e social das famílias e do território (Pinto; Malerba, 2023), o que não se verifica na realidade pesquisada. Também teria que levar em consideração a dinâmica organizativa e de luta das famílias assentadas para a definição da modalidade de título a ser outorgado. Bem como o risco de desterritorialização destas comunidades pelo agronegócio, em se tratando do Título de Domínio, que promove a transferência da propriedade para as famílias beneficiárias, permitindo a transferência posterior a terceiros.

Considerações Finais

O MST, enquanto o principal movimento socioterritorial de luta pela terra no país, tem pautado, através de suas ações, de modo especial, pelas ocupações de terras, a efetivação de uma política de reforma agrária no país. Razão pela qual, tem se enfrentado com os interesses do latifúndio e do agronegócio. Na região do Pontal do Paranapanema, o foco desta disputa tem sido as terras públicas devolutas. Após anos de lutas, que resultaram em inúmeras conquistas, dentre as quais, a criação do assentamento Rodeio, no município de Presidente Bernardes, o desafio é manter seus territórios conquistados e territorialidades baseadas na cooperação, na produção de alimentos saudáveis e no respeito mútuo entre seres humanos e seres humanos-natureza.

A dinâmica de precarização dos assentamentos, pela ausência de políticas públicas de desenvolvimento e consolidação das áreas de assentamentos, enquanto territórios de produção e reprodução camponesa, aliada a uma política de titulação, comprometida com os interesses de disponibilização de terras para a espacialização e territorialização do agronegócio, dificulta a permanência e o trabalho das famílias beneficiárias nestas

comunidades. Frente ao exposto identificamos a expectativa das famílias do assentamento Rodeio de retomada das políticas públicas, de modo particular, o retorno dos programas de compras públicas de alimentos, bem como de instrumentos de renegociação das dívidas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (PRONAF).

Neste sentido, também compreendemos como fundamentais ações para o fomento da produção de alimentos sem uso de agrotóxicos, a valorização do trabalho familiar, preservação da cultura camponesa, a comercialização com base em circuitos curtos de comercialização, a promoção do ensino, pesquisa e experimentação em agroecologia e a difusão da certificação por controle social, aliada a política de pagamento com preços diferenciados da produção agroecológica.

Referências

ALVES, C. P.; CIRINO JÚNIOR, B.; ROCHA, A. K. P.; VIEIRA, D. S. M. M.; EUGÊNIO, D.S.; LEITE, M. L. M. V. Respostas morfofisiológicas de plantas forrageiras sob manejo de lavoura e pastejo: uma revisão. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 10, n. 6, p. 1-12, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/15405>. Acesso em: 19 de set de 2023.

BRASIL. **Lei n. 13.465, de 11 de julho de 2017**. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União. Brasília: Presidência da República, Secretaria-Geral, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113465.htm. Acesso em: 28 de novembro de 2023.

CANTO, M. W.; BARTH NETO, A.; PANCERA JUNIOR, E. J.; GASPARINO, E.; BOLETA, V. S. Produção e qualidade de sementes do capim-mombaça em função da adubação nitrogenada. **Bragantia**, Campinas, v. 71, n. 3, p. 430-437, 2012.

DATALUTA. Banco de Dados da Luta pela Terra. **Relatório Pontal do Paranapanema 2012**. Rede Dataluta, 2013. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_pontal_2012.pdf. Acesso em: 05 dez. 2023.

FELICIANO, C. A. “Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários! **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 10, n. 11 p. 48-60, jul./dez. 2007.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de São Paulo. São Paulo: Hucitec 1996.

_____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 08 n. 06 p. 24-34, jan.-jun. 2005.

_____. 27 anos do MST em luta pela terra. In: FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A. (Org.). **Reforma Agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília MDA; São Paulo: UNIARA, 2008. p. 27-52.

_____. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-215.

_____. Regimes alimentares, impérios alimentares, soberanias alimentares e movimentos alimentares. **Revista RelaER**, v. 4, n. 7, p. 188-209, 2019.

GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. 347 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

GIRARDI, E. P. Brasil potência agrícola: dinâmicas recentes, projeções, contradições e fragilidades (2006-2029), **Confins** [Online], 54 | 2022. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/44608>. Acesso em: 19 de set. de 2023.

HALVORSEN, S.; FERNANDES, B. M.; TORRES, F. V. Movimientos socioterritoriales. Casos de América Latina y Europa. **Geografando**, v.17, n.2, e097, nov. 2021- abr. 2022.

VIEIRA JÚNIOR, L. C. V.; CABRAL, L. S.; FACTORI, M. A.; RIBEIRO, F. A.; ARRIGONI, M. de B.; COSTA, C. Características da forragem que implicam no comportamento e consumo de ruminantes. **Veterinária e Zootecnia**, Botucatu, v. 20, n. 2, p. 9–19, 2023. Disponível em: <https://rvz.emnuvens.com.br/rvz/article/view/1477>. Acesso em: 22 de set. de 2023.

LIMA, W. F. P. **Produzindo conhecimentos, colhendo transformações: tecnologias socioterritoriais de produção e comercialização de alimentos no Brasil (2020-2022) e Presidente Bernardes - SP (2023)**. 138f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia), Faculdade de Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2023.

LOPES, R. A.; SALES, N. I. S. Utilização de agrotóxicos em pastagens e monoculturas e morte súbita de abelhas em Porangatu-GO. In. **Cadernos de Agroecologia - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia**, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.

MASSEY, D. (2011). A counterhegemonic relationality of place. In: MCCANN, E.; WARD, K. (Ed.) **Mobile urbanism: cities and policymaking in the global age**. Minneapolis: University of Minnesota, 2011.

MATHEUS, F. A. **Agroecologia como movimento socioterritorial: um estudo sobre circuitos curtos de comercialização e Reforma Agrária Popular no estado de São Paulo**. 308

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 46, v. 4 - Vol. Esp. da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Pres. Prudente, p. 164-182, agosto/2024.

ISSN: 2176-5774

f. 2023. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2023.

_____. **Ciência, terra e poder:** uso e apropriação territorial das terras públicas pelo capital no Sudoeste Paulista. 2018. 197f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe). Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2018.

_____; LUZ, M. F. A produção e a comercialização agroecológica como ferramentas para materialização da concepção de Reforma Agrária Popular: a experiência do CSA Rodeio. In: **Anais da XX Jornada do Trabalho**, Presidente Prudente, 2019.

_____; FERREIRA; LIMA; SILVA. Entre desafios e potencialidades dos circuitos curtos de comercialização: a experiência da feira da reforma agrária de Presidente Prudente. In: **Anais XXI Semana de Geografia da FCT UNESP**. Presidente Prudente, 2023.

MAZZINI, Eliane de Jesus Teixeira. **Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema – SP:** uma política de desenvolvimento regional ou de compensação social? 312 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2007.

MIRALHA, W. **A organização interna e as relações externas dos assentamentos rurais no município de Presidente Bernardes-SP.** 199 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2006.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Programa de Reforma Agrária Popular.** São Paulo: MST, 2014.

ORIGUÉLA, C. F. **Territórios e territorialidades em disputa:** subordinação, autonomia e emancipação do campesinato em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul. 293 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2019.

PORTO-GONÇALVES, C, W. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente. In: MARQUES, M.; OLIVEIRA, A. (Org.). **O campo no século XXI:** território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo, 2004. (p.207-253).

PLOEG, Jan Douwe Van der. **Camponeses e a arte da agricultura:** um manifesto Chayanoviano. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016.

RABELLO, D.; SILVA, L. S.; NEGRÃO, G. C. P. Estratégias de reprodução do campesinato na região do Pontal do Paranapanema (SP): o caso da comercialização das cestas agroecológicas e solidárias “Raízes do Pontal”. **PEGADA**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 62–80, 2019.

SILVA, A. A.; SOBREIRO FILHO, J.; FERNANDES, B. M. Movimentos socioespaciais, socioterritoriais, conflitualidades e contentious politics. In: SOBREIRO FILHO, J.; OLIVEIRA NETO, A; CRUZ, S. H. R.; PAULA, C. Q. (Org.). **Ofensiva e resistências:** ação coletiva, movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais. Belém do Pará: Universidade Federal do Pará, 2021.

ROOS, D. A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 19 n. 30, p. 169-187, 2016.

SOBREIRO FILHO, J. A luta pela terra no Pontal do Paranapanema: história e atualidade. **Geografia em Questão**, v.5, n.2, 2012.

SOUZA, R. dos S. R. **As disputas territoriais pela produção alimentar em Presidente Bernardes no Brasil e Nunchía na Colômbia**: contribuição ao estudo comparativo. 207 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2023.